UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL EM GEOGRAFIA HUMANA
(USP/UEA)

DANIELLE PEREIRA DA COSTA

A economia da cidade somos nós. Envelhecimento populacional e gestão
previdenciária no Brasil: o Amazonas em foco.

SÃO PAULO
MAIO DE 2013

DANIELLE PEREIRA DA COSTA

Tese apresentada ao Departamento
de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutor em
Geografia

Área de concentração:

Geografia Humana

Orientador: Prof. Dra.

Rosa Ester Rossini

São Paulo

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde de que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Serviço de Documentação

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Costa, Danielle Pereira da

A economia das cidades somos nós. Envelhecimento populacional e a gestão da previdência social: o Amazonas em foco / Danielle Pereira da Costa. Orientador Rosa Ester Rossini – São Paulo, 2013.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2013.

1. Idosos – aposentados. 2. Previdência Social. 3. Amazonas

Nome: COSTA, Danielle Pereira da

Título: A economia da cidade somos nós. Envelhecimento populacional e gestão previdenciária no Brasil: o Amazonas em foco.

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Julgamento:

Instituição:

Assinatura:

Prof. Dr.

Julgamento:

Instituição:

Assinatura:

Prof. Dr.

Julgamento:

Instituição:

Assinatura:

Prof. Dr.

Julgamento:

Instituição:

Assinatura:

Prof. Dr. Rosa Ester Rossini

Julgamento:

Instituição:

Assinatura:

Os idosos são “personagens” reais e também fictícios em nossa vida pessoal, afetiva e intelectual. Estamos em constante sintonia com eles em nossa vida familiar e no trabalho e também por meio de jornais, da televisão, do cinema, da literatura, da música, das artes. Podemos nos comover, nos emocionar e apreender com sua experiência e criatividade. Cada um deles nos transmite uma imagem pessoal e particular do que seja envelhecer. Muitas imagens são luminosas, vigorosas, expressando e traduzindo tranquilidade, felicidade e sabedoria nessa fase da existência. Outras vezes, nos defrontamos com imagens sombrias, tristes, refletindo uma situação de insegurança, carência e sofrimento. Diante de tal diversidade de imagens da velhice, existem várias maneiras de vivenciar o envelhecimento, segundo circunstâncias de natureza biológica, psicológica, social, econômica, histórica e cultural. (MASCARO, 1996, p.9). Restando o seguinte questionamento: E a geografia, o que pode ter com isso?

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, em especial aos meus pais Benjamim e Sueli, e a minha irmã Simone por me ensinarem que a riqueza da vida está em aprender sempre.

Ao meu companheiro de vida Jair Schmitt, por estar ao meu lado nessa labuta e naquela que avalio ser, nos dias atuais, um grande desafio – a de constituir e viver como uma família, por todo seu carinho, força e compreensão pelas minhas ausências.

Aos meus dois pequenos grandes amores – Ingrid e Irwin, que todos os dias me proporcionam alegrias infinitas e a reflexão de que a responsabilidade por educar é um ato eterno de aprender.

A minha orientadora professora Dra. Rosa Ester Rossini, pelas conversas, ensinamentos, mas, principalmente, pela história de vida dedicada à geografia e da qual hoje me sinto honrada por ter participado um pouquinho.

Aos meus “chefes” Fernando Campagnoli e Carlos Alcebíades, que com seus perfis profissionais dispares e complementares me inspiram a crescer como profissional e como ser humano, para os quais também agradeço por entenderem todas as cessões e ausências.

Aos amigos de “repartição” tanto do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) – Shirley, Ozimo, Varela, Raphael, Raquel, Lidia, Simone, Javier e Aquino; quando da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) – Neliane e Isaque; e do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (NEPECAB) – Tatiana, José Aldemir e Gercicley, que cada um ao seu modo têm me ajudado imensamente a ser uma melhor profissional, pesquisadora e pessoa.

E também ao acolhimento em São Paulo disponibilizado pelos colegas do LABOPLAN, em especial, aquele ofertado pela Ana, Elisa, Mateus e Diego, meu muito obrigado.

RESUMO

COSTA, D.P. A economia da cidade somos nós. Envelhecimento populacional e gestão previdenciária no Brasil: o Amazonas em foco. 2013. 207f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

O objetivo geral da tese foi compreender a participação dos idosos aposentados na consolidação do sistema financeiro, em especial o crédito, considerando o peso que esses benefícios têm para economia das pequenas cidades amazônicas. De cunho teórico a tese estabelecida foi que em regiões com uma fraca dinâmica econômica a universalização da aposentadoria concomitante com a consolidação do sistema financeiro digital fragiliza o grupo social dos aposentados, tornando-os vulneráveis a processos financeiros ilícitos. Quanto aos aspectos metodológicos, na busca por compreender os enlaces entre os idosos aposentados e a atuação do sistema financeiro e crédito foi preciso concatenar análises a luz de dados estatísticos àqueles procedentes das pesquisas realizadas em quatro campanhas de campo realizadas no município de Lábrea (AM), considerando os eventos normativos atrelados às políticas previdenciárias. O recorte temporal adotado foi o período de 1980 a 2012. Como resultados, posteriormente, a traçar uma retrospectiva do comportamento etário da população em diferentes escalas de análise, discorri sobre as categorias, conceitos temáticos abrangidos pelo estudo; e, verticalizei a análise para Lábrea, sendo caracterizada a cidade quando a historicidade de seu processo de formação/ocupação e a distribuição espacial dos idosos a luz de dados demográficos censitários e da avaliação documental; e, do qual lanço mão de análises qualitativas das entrevistas. Quanto ao processo de envelhecimento populacional e a inserção do idoso na dinâmica econômica da familiar e das cidades o estudo ratificou que o processo de envelhecimento da população brasileira nos últimos 30 anos foi evidenciado seja pelos montantes globais que superam o patamar estabelecido pela Organização Mundial de Saúde para classificar a população de um país como envelhecida, seja pela constituição de pirâmides etárias que vem confirmando o estreitamento da base e o alargamento do topo, ratificando uma mudança profunda no perfil reprodutivo da população brasileira e o efetivo aumento da expectativa de vida e aumento dos mais longevos. Já os novos arranjos familiares, validaram a ideia de pluralidade nas composições familiares, tanto no que diz respeito às famílias com idosos, tanto para aquelas de idosos, merecendo atenção questões como a troca cuidados entre gerações e o suporte material advindo do dinheiro das aposentadorias e pensões. Quanto ao idoso, à seguridade social e às possibilidades e riscos dos empréstimos consignados verificou-se com base no estudo realizado que os efeitos das mudanças na legislação brasileira relativos à efetivação dos benefícios de aposentadorias e pensões concedidos aos idosos proporcionaram impactos significativos na renda da sua família, nas suas condições de vida, na redução da pobreza, como também na dinamização da economia local. Contudo, pode-se concluir também que em que pese o amplo arcabouço legal existente no país sobre a previdência social, a expansão/estruturação da rede de atendimento, assim como, a ampliação de acesso ao sistema financeiro garantido por normativas específicas ainda verifica-se um hiato entre as políticas e sua concretização no território. Merecendo haver a conjugação de ações específicas para incorporação da análise espacial ao critério demográfico e a redução do descompasso entre as estratégias de financiamento e normativas.

Palavras-chave: Idosos aposentados. Previdência social. Amazonas

ABSTRACT:

COSTA, D.P. We are the cities' economy. Population aging and pension management in Brazil: focus in the Amazon region. 2013. 207f. PhD Thesis – Human Sciences and Philosophy Department, São Paulo University, São Paulo, 2013.

The main objective of this thesis was to understand the participation of elderly retirees in the consolidation of the financial system especially through public credit, considering the importance those benefits have for the economy of small cities in the Amazon. Using a theoretical standpoint, the established thesis was that in regions with a weak economic dynamic the universal retirement concurrent with the consolidation of the digital financial system weakens the social group of retirees, making them vulnerable to illicit financial processes. Regarding methodological aspects, to understand the linkages between the elderly retirees and the functioning of the financial and credit system, it was necessary to gather preexistent analyses of statistical data from four fieldwork surveys in the municipality of Lábrea (AM), considering the normative events tied to the welfare policies. The time frame utilized was the period from 1980 to 2012. As a result, after tracing a retrospective of the population aging in different scales of analysis, I discussed the categories and thematic concepts covered in the study; further, I expanded the analysis to Lábrea and characterized the city regarding the historic process of formation/occupation and the spatial distribution of elderly based on demographic census data and documental evaluation, from which I made use of qualitative analyses of interviews. Regarding the aging population process and the insertion of elderly in the economic dynamic of families and cities, the study confirmed that the aging process of the Brazilian population in the last 30 years was verified by the overall amounts that exceeded the threshold established by the World Health Organization to classify the population of any country as aging, by the changes in the population pyramid that have been pointing to the narrowing of the base and widening of the top, confirming the profound change in the reproductive profile of the Brazilian population and the effective increase in life expectancy with the increase in the number of longer-living individuals. The new types of family arrangements validated the idea of plurality in their composition, both regarding families with and of elderly, deserving special-attention issues such as the exchange of care between generations and the material support from pensions and retirement plans. Regarding the elderly, social security and the possibilities and risks of loans, it was observed that the effects of changes in the Brazilian legislation concerning the effective payment of benefits and pensions yielded significant impacts on the family income in their living conditions, in poverty reduction, as well as an improvement on the local economy. However, it can also be concluded that although the country has a broad legal framework on welfare, the expansion and structuring of the service network, as well as the expansion of access to the financial system guaranteed by specific standards, there is still a gap between policies and their implementation in the territory. Thus, what is necessary is an improved combination of specific actions for incorporation of spatial analysis to demographic criteria and the reduction of existent gaps between normative and financing strategies.

Keywords: Elderly retirees, Social welfare, Amazon

Lista de figuras

Figura 1: Localização do município de Lábrea no Brasil, na região norte e destaque para sede urbana municipal com a divisão por setor censitário.	28
Figura 2: Exemplo de acesso e consultas feitas as planilhas de dados disponibilizadas pelo sistema INFOLOGO/DATAPREV, 2011.	36
Figura 3: Site de acesso e consultas feitas as planilhas de dados disponibilizadas pelo sistema do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, 2011.	37
Figura 4: Brasil, Região Norte, Amazonas e Lábrea – Pirâmides Etárias, 1980, 1991, 2000 e 2010.	51
Figura 5: Taxa de fecundidade conforme as regiões do Brasil.	58
Figura 6: Sistema Nacional de Previdência pela Lei 6.439, de 1º de setembro de 1977, as duas clientelas foram unificadas e cada função passou a ser exercida por um órgão específico.	83
Figura 7: Pilares da reforma previdenciária brasileira.	87
Figura 8: Distribuição das Agências da Previdência Social, segundo os municípios brasileiros.	91
Figura 9: Amazonas - Agências de Previdência Social segundo os municípios e rede de abrangência territorial.	93
Figura 10: População potencialmente demandante de atendimento, segundo a área de abrangência dos municípios que possuem agências da Previdência Social.	96
Figura 11: Rodovia BR-317 interligando os municípios de Boca do Acre (AM) a Rio Branco (AC).	97
Figura 12: Rodovia BR-307 interligando os municípios de Guajará (AM) a Cruzeiro do Sul (AC).	98
Figura 13: Desvendando a rede de “pescadores” e “pescados”.	115
Figura 14: Psicosfera das facilidades creditícias – o marketing da CREFISA.	117
Figura 15: Psicosfera das facilidades creditícias – Os recursos técnicos de simulação <i>online</i> do BMG.	118
Figura 16: Atuação da rede ilegal do empréstimo consignado contra aposentados.	119

Figura 17: Amazonas - Comparação dos montantes (em R\$) de FPM e Benefícios – 2000 a 2010. 130

Figura 18: Lábrea (AM) - Pessoas residentes com 60 anos ou mais de idade - em destaque os setores censitários urbanos da sede municipal, 2010. 134

Figura 19: Lábrea (AM) - Área urbana – total de acima de 60 anos de idade, 2010. 135

Figura 20: Lábrea (AM) - Área urbana - total de pessoas idosas por grupos etários, 2010. 136

Figura 21: Lábrea (AM) - Distribuição dos fixos na área urbana, agosto de 2011. 141

Figura 22: Lábrea (AM) - Distribuição espacial das residências de idosos entrevistadas na zona urbana, 2011. 151

Lista de fotografias

Foto 1: Lábrea (AM) - Agência da Previdência Social, agosto de 2011.	38
Foto 2: Lábrea (AM) - Entrevista ao gerente da Agência de Previdência Social, agosto de 2011.	39
Foto 3: Lábrea (AM) - Fachada da agência do Bradesco, agosto de 2011.	40
Foto 4: Lábrea (AM) - Idosos na agência em dia de pagamento de aposentarias e benefícios, agosto de 2011.	41
Fotos 5 e 6: Entrevistas com idosos acompanhadas pelo funcionário da UEA.	44
Foto 7: Caixa exclusivo para idosos.	116
Foto 8: Tabatinga (AM) - Barraca financeira na cidade.	121
Fotos 9 a 12: Fachadas das lojas e residências aonde funcionam correspondentes autorizados de financeiras nos municípios de Parintins, Tefé, Tabatinga (AM).	122
Foto 13 e 14: Lábrea (AM) - Fachadas das residências que oferecem os serviços de financeiras.	122
Foto 15: Lábrea (AM) - Centro de Convivência do Idoso.	149
Foto 16: Lábrea (AM) - Abrigo para Idosos Ir. Cleusa Carolina.	149
Fotos 17 a 20: Lábrea (AM) - Festa dos Idosos no Centro de Convivência dos Idosos.	150
Foto 21: Lábrea (AM) - Pequeno comprado por idoso para filho com capital oriundo de empréstimos consignados, 2012.	153
Fotos 22 e 23: Lábrea (AM) – Ampliação e reforma de residência realizada com capital oriundo de empréstimos consignados, 2012.	153

Lista de gráficos

Gráficos 1 a 4: Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município – Proporção de idosos na população total, 1980, 1991, 2000 e 2010	49
Gráfico 5: Taxa de atividade para pessoas com 50 anos ou mais e 60 anos ou mais no total da população ocupada (2006) (%) Fonte: Censos demográficos, 2000 e 2010 - IBGE.	54
Gráfico 6: Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município - Percentual de população de idosos sobre a população total, 1980, 1991, 2000 e 2010	56
Gráfico 7: Amazonas – Fundo de Participação Municipal X Montante de benefícios (aposentadorias e pensões) – 2000 a 2010.	127
Gráfico 8: Lábrea (AM) – População por sexo, 2010	132
Gráfico 9: Lábrea (AM) – Distribuição dos idosos entrevistados segundo o sexo.	140
Gráfico 10: Lábrea (AM) – Distribuição dos idosos entrevistados segundo faixas etárias.	140
Gráfico 11: Lábrea (AM) – Distribuição dos idosos entrevistados segundo o tempo de residência na sede do município de Lábrea.	142
Gráfico 12: Total de idosos que já fizeram empréstimos e quantidade de vezes realizadas por idosos entrevistados em Lábrea (AM).	152

Lista de quadros

Quadro 1: Síntese da concepção pragmática e estratégia avaliativa adotada. 42

Quadro 2: Aspectos considerados no planejamento do estudo com método misto 42

Quadro 3: Sistema previdenciário brasileiro pós “reforma” de 1998. 85

Quadro 4: Síntese das resoluções legislativas relativas ao empréstimo consignado no período de 2003 a 2011. 104

Lista de tabelas

Tabela 1: Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município - Total de população e total de população com 60 ou mais, 1980, 1991, 2000 e 2010	48
Tabela 2: População total e população de 60 anos e mais (distribuição absoluta e percentual), segundo grandes regiões brasileiras, 1980 a 2010.	55
Tabela 3: Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município - Percentual de população de idosos sobre a população total, 1980, 1991, 2000 e 2010	56
Tabela 4: População residente de 60 anos ou mais, por situação do domicílio e sexo, Brasil e grandes regiões – 2010.	62
Tabela 5: Distribuição (absoluta e percentual) da população de 80 anos ou mais, segundo o sexo e grandes regiões brasileiras, 2010.	62
Tabela 6: Totais de leis, decretos, decretos leis e portarias abordando aspectos da previdência social brasileira no período de 1888 a 2007.	79
Tabela 7: População potencialmente demandante de atendimento, segundo a área de abrangência dos municípios que possuem agências da Previdência Social.	95
Tabela 8: Amazonas - Comparação dos montantes (em R\$) de FPM e Benefícios – 2000 a 2010	129
Tabela 9: Lábrea (AM), total de população residente segundo a situação domiciliar – urbana e rural, 2000, 2007 e 2010	132
Tabela 10: Lábrea (AM), proporção de pessoas na população total segundo grupos etários, 2000 e 2010	133

Lista de Siglas

ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais
APS – Agência da Previdência Social
BMG – Banco BMG
CEF – Caixa Econômica Federal
CEME – Central de Medicamentos
CGOPE – Coordenação Geral de Operações
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNPS – Conselho Nacional de Previdência Social
COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
FMP – Fundo de Participação Municipal
FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IAPs – Instituto de Aposentadorias e Pensões
IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Assistência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN – Instrução Normativa
INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INFOLOGO – Base de Dados Históricos da Previdência Social
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LOPS – Lei Orgânica de Previdência Social
NEPECAB – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as cidades na Amazônia Brasileira
OAV – Operação Arco Verde
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PAS – Plano Amazônia Sustentável
PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar

PPCDAM – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

PRODES – Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal

RG – Registro Geral

SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor

SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia

SISLEX – Sistema de Legislação da Previdência

SUS – Sistema Único de Saúde

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
PARTE 1: RETRATO DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO DE 1980 A 2010	47
1.1 Pirâmides em mutação: causas e consequências	48
1.2 Quantos são e onde estão os idosos: o que dizem os dados do Censo de 2010?	60
PARTE 2: IDOSOS E A PREVIDÊNCIA SOCIAL	68
2.1 Velhos, idosos e aposentados a produção histórica enquanto categoria	68
2.2 Previdência social brasileira – estruturação e o pós “reforma” de 1998	78
2.3 Normativas previdenciárias e a instituição do sistema financeiro creditício para idosos, possibilidades e riscos	101
2.4 Impactos das reformas e a economia das pequenas: valor dos benefícios x Fundo de Participação Municipal quem mais contribui para a economia?	123
PARTE 3: VERTICALIZANDO AS ANÁLISES PARA LÁBREA (AM)	130
3.1 Quantos são e onde estão os idosos da cidade de Lábrea (AM)?	131
3.2 Relatos dos idosos sobre a participação na dinâmica econômica urbana de Lábrea (AM)	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158
ANEXOS	170

INTRODUÇÃO

A ideia de estudar os idosos aposentados das pequenas cidades no Amazonas nasceu nos idos de 2007, quando, junto à equipe do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (NEPECAB/Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas) foi iniciado o projeto “As cidades e os rios: tipificação da rede urbana na calha Solimões-Amazonas”, onde a revelação de estruturas, formas, processos e funções diferenciadas dessas cidades fortaleceu o interesse em analisá-las indo além do enfoque demográfico, compreendendo o papel de cada uma na rede urbana, utilizando-se para tal a congregação de arranjos institucionais diversificados, tendo como métodos de análise a periodização e a dialética.

Contudo, a cada trabalho de campo realizado, a cada entrevista aplicada, a cada eixo avaliado a partir de dados secundários, alguns novos questionamentos surgiam, especialmente, aqueles que extrapolavam os vieses das formas e estruturas, dos fixos existentes no território e, conseqüentemente, exigiam um aprofundamento das análises sobre as funções e processos.

Dentre os serviços oferecidos, identificados e mapeados nas cidades estudadas uma recorrência trazia num certo incomodo e um novo questionamento: porque tantas financeiras em todas essas cidades? Como essas instituições, dependentes de uma rede técnica informacional operam em locais onde os sistemas de comunicação são incipientes, precários ou inexistentes? Qual a lógica em que elas se organizam? Que públicos são focados?

Para as três primeiras questões diversas análises foram verticalizadas, tais como colocam os estudos realizados por ALVES *et al* (2011, 2008), LIMA e LIMA *et al* (2009, 2008, 2007), SCHOR *et al* (2011, 2009, 2007).

Por outro lado, a situação das pessoas, de quem procura ou é aliciado, por diferentes situações para fazer empréstimos, ou, como se elucidaria mais

tarde, que se veem envolvidos por outrem de maneira indevida era ainda uma incógnita para o núcleo de estudos e que me despertou um grande interesse em compreender os enlaces dessas redes. Sim, redes no plural, porque conforme compreenderia mais tarde – envolvem gentes – próximas e distantes, configurando-se, portanto, como social; mas também, técnica – pelos meios e recursos que utilizam, que vão desde “barracas financeiras”, varandas de residências a representações de grandes grupos que operam nacionalmente; e, ainda informacional, expressa pelo acesso indiscriminado a cadastros oficiais, e, adquiridos via estratégias pautadas em relações de confiança por parentes, amigos, vizinhos, revelando mais uma vertente da perversidade dos nossos tempos e que acabaram por fortalecer cada vez mais a vontade em desenlaçar cada nó dessa trama.

Não na perspectiva de denunciismo, até porque a mídia em escala nacional já se preocupava com isso, mas como disse MACHADO (1996), em seus estudos sobre a lavagem de dinheiro e o crime organizado pela carência da compreensão científica sobre a questão e, sobretudo, para contribuir com outro olhar sobre as cidades amazônicas.

Mas, nessa chuva de ideias e interrogações iniciais qual era o foco a ser priorizado, que atores, escalas, categorias geográficas a serem trabalhadas? Como não fazer um pobre estudo antropológico ou sociológico e dialogar com aquilo que a geografia tem por objeto – a análise do espaço geográfico?

Nessa seara, penso que como todos que se envolvem no ofício de defender uma tese, num primeiro momento queria e precisava ler um pouco de tudo, sobre o sistema financeiro, sobre as normativas de empréstimos, sobre os públicos que mais se utilizam desses recursos e os porquês, sobre velhice, sobre violência. E paralelamente a isso, outras duas questões macro se somavam a existência das financeiras e acabaram por orientar a escolha pelo grupo a ser focado, sendo elas: o envelhecimento populacional e o peso das aposentadorias para economia dessas cidades, posto que, mesmo que em ritmo mais lento que o restante do país, o aumento da longevidade também

vem se processando na região norte e que a raridade de estudos sobre o assunto além do ponto de vista puramente demográfico se faziam premente.

Ainda é fato, que a convivência profissional com representantes da polícia federal¹ e com o cotidiano socioeconômico de diferentes municípios amazônicos me permitiram ratificar que igualmente para esses era importante ir além dos números, dos registros, das prisões, sendo necessária a compreensão dos processos, mas que por uma infinidade de motivos, não eram considerados. E que, especialmente pelo fato desta instituição ter seu foco de ação direcionado para escala federal, o crime rotulado por estelionato caía sobre sua investigação apenas quando envolvia instituições públicas federais, tais como: o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) ou a Caixa Econômica Federal (CEF) e, que, caberia às polícias civis as averiguações quando o golpe era praticado contra pessoas. O que, por consequência, já se colocava como um desafio, haja vista sua maior descentralização, mas não em um impeditivo para realização do estudo.

Quanto à mídia a recorrência dos casos de aposentados que se tornavam vítimas do crime de Estelionato, enquadrado pelo código penal Brasileiro no seu famoso artigo 171, Título II, Capítulo VI, que se vincula ao ato de *“Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento”*, também viria a fomentar o desenvolvimento da pesquisa.

Dessa maneira, postas essas considerações iniciais sobre o tema fez-se, como de praxe nos estudos acadêmicos, a definição da tese a ser defendida, da hipótese e dos objetivos geral e específicos a serem perseguidos e apresentados ainda nesta introdução. Assim como, foram eleitos os conceitos

¹ No ano de 2010 fui requisitada pela Casa Civil da Presidência da República para atuar como assessora da Coordenação Geral do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), em Brasília, órgão vinculado ao Ministério da Defesa e, que, em sua estrutura organizacional possui três áreas de atuação assim discriminadas: Direção Técnica, Direção de Inteligência e Direção de Produtos, a qual pertencio e, que, dentre outras ações se preocupa em compreender a dinâmica populacional na região Amazônica e os impactos socioeconômicos e ambientais a ela associados.

e as categorias de análise a serem trabalhadas a guisa de responder a problematização anteriormente exposta.

De cunho teórico a tese estabelecida foi que em regiões com uma fraca dinâmica econômica a universalização da aposentadoria concomitante com a consolidação do sistema financeiro digital fragiliza o grupo social dos aposentados, tornando-os vulneráveis a processos financeiros ilícitos e para defendê-la adotou-se como **objetivo geral** desse estudo compreender a participação dos idosos aposentados na consolidação do sistema financeiro, em especial o creditício, considerando o peso que esses benefícios têm para economia das pequenas cidades amazônicas.

Como **objetivos específicos** elencam-se:

- Caracterizar a dinâmica populacional da região norte, no Amazonas e na cidade de Lábrea em 2010 com destaque para composição etária;
- Analisar a composição da família e a participação da pessoa idosa na renda, em especial para cidade de Lábrea;
- Avaliar como as facilidades das redes creditícias e informacionais se constituem em riscos ou benefícios aos idosos;
- Ponderar o peso das aposentadorias para as cidades do Amazonas e especial para Lábrea; e,

Já as questões norteadoras para **hipótese** adotada foram as seguintes: Qual o impacto da universalização da aposentadoria na economia e sistema creditício das pequenas cidades? Como os idosos se constituem em atores sociais na dinâmica econômica urbana?

Como resposta admitiu-se como **hipótese** que o papel dos idosos aposentados e pensionistas se constitui de grande relevância na dinâmica

econômica e espacialidade urbana das cidades pequenas do interior do Amazonas.

Dentre as **justificativas** para realização do estudo cabe considerar que tecer relações entre os idosos e as cidades do Amazonas prescinde anteriormente, abordar quão singulares são estas cidades, especialmente pela impressão de que nestes pequenos e dispersos aglomerados ribeirinhos, conforme colocam Oliveira & Schor (2008), nada é perene, tudo é temporário, inacabado e precocemente improvisado. E que, em que pese a grandiosidade dos sistemas naturais existentes na Região Amazônica, não negando sua importância, expressa inclusive pela diversidade de estudos sobre os mesmos, os estudos sobre as cidades do Amazonas e da Amazônia merecem cada vez mais serem aprofundados, seja pelo fato desses centros urbanos serem ignorados por pesquisas realizadas por agências internacionais (SCHOR, 2005), mas, principalmente, por neles estarem concentrados de 60 a 70% da população da região, o que permitiu a Becker (2004) classificá-la como “floresta urbanizada”, em que pesem as capitais nesse contexto, nos últimos anos os maiores crescimentos populacionais na Amazônia ocorreu em cidades com população até 100 mil habitantes (OLIVEIRA & SCHOR, *op cit*).

Desse modo, compreender a dinâmica populacional e seus enlaces com a rede creditícia, financeira e econômica, na contemporaneidade, exige a necessidade de pensar a organização do espaço geográfico como reflexo do jogo de interesses de políticas governamentais endógenas e exógenas. Visto que, conforme expõe Becker (*op cit*), as raízes desta organização territorial têm relação direta com a intervenção do Estado sobre a economia e o espaço, e com a intervenção dos atores locais, regionais e nacionais frente às mudanças promovidas pelas sucessivas políticas governamentais, sendo por isso, analisada a extensão da seguridade social, seja por suas normativas, seja pela sua distribuição espacial.

No concernente a distribuição da população por grupos etários, as últimas pesquisas censitárias (1980, 1991, 2000, 2010) apresentaram um estreitamento da base pirâmide devido à queda da fecundidade, e ao mesmo

tempo, alargamento do topo causado pelo aumento da longevidade, caracterizando um envelhecimento populacional para todas as regiões do Brasil, ainda que em ritmo menos acelerado para as regiões Norte e Nordeste que as demais.

E que de acordo com as estatísticas e a literatura, é no contexto urbano complexo e muitas vezes carente de serviços que a população de idosos tem crescido (VERAS, 1988). Visto que, a exemplo da maioria dos grupos minoritários da população, o idoso tende a se concentrar predominantemente em determinadas áreas. Conforme ratificam (SHERMAN *et al* (1985), ao relatar o expressivo número de idosos nas "partes antigas" da cidade. Sendo, portanto, este o *locus* principal da análise deste estudo.

É fato que esforços teóricos e metodológicos no sentido de compreender a dinâmica populacional e o processo de envelhecimento nas cidades, vêm sendo realizados sob diferentes enfoques e escalas de análise por demógrafos como Ramos (1993); Siqueira *et al* (2002); Camarano (1999; 2002; 2004); Carvalho (2003); Wong (2002), Nery & Soares (2006) mas, ainda é a pequena, como dispõem Veras (1987), a ênfase dada a este campo de conhecimento quanto ao número de investigações relativas às implicações sociais, econômicas e territoriais causadas por mudanças na estrutura etária como as que atravessa a população brasileira. E que estudos particularizados sobre o perfil da população idosa em áreas urbanas no Brasil remontam a década de 1980 e ainda hoje são importantes posto que os dados sobre a situação socioeconômica, estrutura familiar, condições de saúde física e mental e grau de autonomia no dia-a-dia dos idosos contribuirão para melhor definição e redirecionamento de políticas sociais.

Como também, incipiente a leitura geográfica da questão conforme verificado na análise dos títulos de dissertações e teses produzidas desde 1942 pelo programa de pós-graduação em geografia humana da USP, onde não foi identificado nenhum título abordando sequer a problemática do envelhecimento populacional e, alguns poucos, nos últimos anos, tem se preocupado com a produção do território pelas finanças (CONTEL, 2011; ANTAS, JR., 2003).

No âmbito geral, estudos geográficos sobre o processo de envelhecimento populacional e as questões da dinâmica socioeconômica e territorial das cidades pequenas que vêm sendo desenvolvidos por alguns pesquisadores para as regiões nordeste e sudeste do país, principalmente sob a perspectiva do impacto que o rendimento desse grupo populacional tem na geração de renda na zona rural (AUGUSTO & RIBEIRO, 2005), cabendo avaliar se nas áreas urbanas das cidades pequenas do Amazonas esta situação também se efetiva ou se dilui na diversidade dos arranjos domiciliares existentes e nas diferentes alternativas adotadas para composição dos rendimentos.

Já a análise detalhada dos arranjos familiares também contribui para subsidiar políticas públicas, posto que, segundo o Censo Demográfico de 2010, a região norte foi a que apresentou o maior número médio de pessoas por domicílio (4,3 moradores) com responsável o(a) idoso(a). E a avaliação da razão de sexo da população idosa permitiu identificar se também nesses municípios vem ocorrendo o processo de feminização desta parcela da população, especialmente tratando-se de cidades, haja vista, que residir na cidade, conforme (IBGE, 2002) pode beneficiar a pessoa idosa, sobretudo aquela que é viúva, pela proximidade com os filhos, dos serviços especializados em saúde e outros facilitadores do cotidiano.

Considerar a variável educação foi pertinente, não apenas para identificar possíveis mudanças num cenário de baixos níveis de acesso ao ensino, reflexo das políticas educacionais restritivas de períodos pretéritos, mas por ter se constituído em decorrência disso um contingente expressivo de analfabetos e analfabetos funcionais, que acabam por se tornar, em alguns casos, alvo fácil de financiadoras, notadamente no que tange à categoria de crédito consignado situação identificada preliminarmente por SCHOR *et al* (2007) nas cidades situadas na calha do Solimões.

A análise da renda de um indivíduo, por seu turno, foi importante na busca de compreender como esta reflete a desigualdade na distribuição dos

rendimentos, como também nas relações idosos e demais membros que co-habitam o domicílio.

Dessa maneira, em face da necessidade de verticalizar qualitativamente as análises do espaço intraurbano transcendendo a escala regional tradicionalmente utilizada, somadas às restritivas condicionantes de acessibilidade expressas pelos elevados custos inerentes ao deslocamento para realização das atividades de campo no interior da Amazônia e as restrições atreladas ao calendário climático², o estudo foi aprofundado apenas para a sede urbana do município de Lábrea, situado na microrregião sul amazonense, sob as coordenadas geográficas -7.25° e -64.79° (figura 1) embora, o tratamento dos dados quantitativos, principalmente, por vezes tenha sido realizado para outras escalas geográficas de análise, tais como a estadual, regional e nacional.

A guisa de exemplificar quão onerosos são os custos de acessibilidade a Lábrea relata-se que por via aérea, o trecho Manaus-Lábrea-Manaus custa em média R\$900,00. Já se o deslocamento for feito Brasília-Lábrea-Brasília o valor médio pago é de R\$2.000,00. Há que se esclarecer ainda, que esses valores são obtidos em compras realizadas com pelo menos dois meses de antecipação. E que apenas a empresa Trip Linhas aéreas oferece voos regulares em 3 dias na semana (sábado, domingo e terças-feiras) para o município.

A escolha por aprofundar as análises para sede urbana de Lábrea por sua vez se associa a diferentes razões. A primeira se fundamenta no fato deste se constituir em um município com importante papel na calha do rio Purus, haja

² A acessibilidade por via terrestre fica restrita a ligação pela BR-230 (Rodovia Transamazônica), transitável por ônibus e veículos pequenos apenas nos meses de maio a outubro, período classificado localmente como verão amazônico, haja vista, a redução das chuvas. Por via fluvial, barcos de recreio e balsas permitem a ligação a sede de Lábrea pelo rio Purus, o que, contudo, dependendo da característica da embarcação e da localidade da qual se desloca poderá levar até 7 (sete) dias, “rio acima” e 5 (cinco) “rio abaixo”, se o destino for a capital do estado Manaus, por exemplo. Por último, também é importante relatar que em função da falta de equipamentos no aeroporto de Lábrea que orientem as operações de pouso e decolagem, sendo esta feita apenas de forma visual pelos pilotos das aeronaves, em períodos chuvosos, recorrentemente, os voos são alternados para outras cidades, como Porto Velho e Rio Branco, ou são cancelados.

vista a responsabilidade territorial³ que o mesmo desempenha ao conjugar serviços educacionais, de saúde, financeiros e jurídicos diversificados, que atraem a população residente nas comunidades de sua zona rural e aquela residente em comarcas limítrofes, tais como: Humaitá, Pauini, Canutama e Tapauá para usufruírem desses serviços.

Outro ponto a anotar no que diz respeito ao município de Lábrea, que embora não tenha sido foco desse estudo, refere-se ao processo de mudanças no uso e ocupação do solo que veem se processando nos últimos anos no seu território decorrente do avanço da fronteira agrícola, sendo este o município do estado do Amazonas, que apresentou os maiores índices de desmatamento nos anos 2010/2011, conforme listagem divulgada anualmente pelo Programa de Monitoramento do Desmatamento (PRODES) realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O que, conseqüentemente, tem atraído atenção dos governos federal e estadual para a questão na perspectiva de direcionar alternativas produtivas, ainda que não na sua plenitude e muito mais como um discurso político que contemplem as prerrogativas de um desenvolvimento ambientalmente justo, ecologicamente equilibrado e socialmente inclusivo.

Acrescenta-se que o início do processo de desmatamento em Lábrea decorrente da expansão da atividade de pecuária de corte teve seus primeiros registros no ano 2000, na porção sul do município, que é limítrofe ao município de Porto Velho (RO) e também acessada pela BR-317 via município de Boca do Acre (AM).

A guisa de exemplificar uma dessas ações adotadas para fortalecer a presença do Estado no município e que se associa diretamente a temática em tela, proporcionada pelo fato do município participar da Operação Arco Verde

³ O conceito de responsabilidade territorial tem sido adotado por Schor *et al* (2007) em seus estudos sobre as cidades e a rede urbana no Amazonas postulando que estas são cidades que exercem uma função na rede que vai além das suas características em si, pois detêm uma responsabilidade territorial que a torna um nódulo importante internamente na rede. A importância territorial destas cidades tem origem no desenvolvimento histórico-geográfico que constituiu a rede urbana nesta região, na oferta de serviços.

(OAV)⁴, se expressa pela implantação de uma Agência da Previdência Social (APS) no município. Demanda feita a coordenação geral da Operação pela sociedade local e atendida pelo Ministério da Previdência como forma de ampliar a oferta para aqueles que precisam requerer serviços relacionados à questão da seguridade social, entendida como um dos eixos prioritários de ação da OAV.

Avaliando criticamente a operação pode-se inferir que esta aparenta ter sua efetividade pontual e limitada, ora por interesses políticos partidários, ora pelos próprios interesses econômicos que em grande maioria retroalimentam a lógica do capital vinculado a atividades tradicionalmente desenvolvidas a bovinocultura de corte com uma cadeia produtiva bem estabelecida e mercado consumidor interno garantido.

Somado a isso, a falta de uma postura mais veemente da coordenação da operação desempenhada pela Casa Civil contribui para que os diferentes atores esmoreçam, podendo conseqüentemente, comprometer a continuidade da política pública decretada.

⁴ A operação Arco Verde instituída pelo o decreto presidencial 7.008 de 17 de novembro de 2009 no âmbito do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAM) tem por objetivo principal promover modelos produtivos sustentáveis nos municípios considerados prioritários para o controle e a redução do desmatamento. Para tanto, é executada de forma integrada pelos órgãos do Governo Federal via execução de ações para manutenção da qualidade ambiental, regularização fundiária, assistência técnica e extensão rural, reforma agrária, financiamento, planejamento urbano, desenvolvimento e seguridade sociais, pesquisa, agricultura, pecuária, abastecimento, pesca e aquicultura, manejo florestal, indústria e os demais processos produtivos que implicam o uso dos recursos naturais. Os Municípios prioritários para o controle do desmatamento da Amazônia Legal, são aqueles listados anualmente por meio de portaria do Ministério do Meio Ambiente, com base nos critérios estabelecidos pelo Decreto no 6.321, de 21/12/2007.

Figura 1: Localização do município de Lábrea no Brasil, na região norte e destaque para sede urbana municipal com a divisão por bairros e setor censitário.

Fonte: Mapas Interativos e Censo Demográfico 2010, IBGE.

Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2012.

Quanto aos aspectos metodológicos, na busca por compreender os enlaces entre os idosos aposentados e a atuação do sistema financeiro e creditício foi preciso concatenar análises a luz de dados estatísticos oriundos de pesquisas sistemáticas produzidas pelo IBGE àqueles procedentes das pesquisas realizadas em quatro campanhas de campo, na área urbana do município de Lábrea. O que por sua vez, exigiu uma estratégia metodológica, conforme sugeriu Creswell (2007), que conjugasse métodos quantitativos e qualitativos de análise, naquilo que o autor classifica como método misto para pesquisas sociais⁵.

De acordo com Creswell (2007), os métodos mistos de pesquisas sociais combinam abordagens quantitativas e qualitativas no desenvolvimento da pesquisa, que além de fortalecerem a validade dos conceitos, utilizam indicadores múltiplos para conceitos-chave combinando amostragem aleatória e amostragem intencional podendo ser estes usados e comparados. Havendo a intenção de aplicar aspectos da análise quantitativa aos dados qualitativos e vice-versa.

Desse modo, quanto às análises quantitativas, estas se efetivaram baseando-se num recorte temporal específico, tentando-se identificar relações de causa e efeito e submetê-los à análise estatística. Entendendo que a adoção desse método permite a realização de cálculos sobre as mudanças pós-intervenção de políticas públicas, permitindo um grau de comparação entre os cenários e a análises de tendência ao longo do tempo. Vale acrescentar, que estas oferecem uma visão geral sob o tema em tela, o que pôde auxiliar a análise qualitativa. Contudo, como já amplamente descrito nas literaturas sobre métodos quantitativos, estes possuem pontos fracos e limitações, em especial no que se refere às especificidades de determinados grupos sociais.

Para Creswell (2007) os métodos quantitativos envolvem o processo de coleta, análise, interpretação e redação dos resultados de um estudo.

⁵ A classificação do estudo enquanto pesquisa social fundamenta-se naquilo que Brandão (1999) discorre sobre este tipo de pesquisa, ou seja, é a pesquisa “cujo objetivo é conhecer as condições de vida, de comportamento, motivações e aspirações do grupo social focado” (BRANDÃO, 1999).

Consideram à identificação de uma amostra e de uma população, à especificação de uma estratégia da investigação, à coleta e a análise dos dados, à apresentação dos resultados, à realização de uma interpretação e a redação da pesquisa de uma maneira consistente.

Já as abordagens qualitativas, ainda de acordo com Creswell (2007), se diferem das quantitativas porque trabalham com amostragens intencionais, a coleta de dados abertos, a análise de textos ou imagens, a representação de informações em figuras ou quadros e a interpretação pessoal dos achados. Esse tipo de abordagem se constitui em um meio para explorar e entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano.

Assim sendo, os dados quantitativos demográficos oriundos dos censos demográficos e as estatísticas dos montantes de benefícios e arrecadações contribuíram para entender a dinâmica dos processos e o aprofundamento das análises que foi construído por meio da utilização de métodos qualitativos, e que por sua vez permitiram uma maior aproximação com o mundo dos idosos avaliados e a compreensão de como se conforma o sistema creditício por financeiras nas pequenas cidades amazônicas, na tentativa de apreender os significados atribuídos aos fenômenos e às situações sociais, captando nexos, relações, regularidades, continuidades e interpretações.

Nessa orientação a adoção dos métodos mistos se constitui em mais do que uma simples coleta e análise dos dois tipos de dados (quantitativos e qualitativos); envolve também o uso das duas abordagens em conjunto, na busca da convergência para uma real integração, reforçando um aos outros, conforme teorizaram Tashakkori e Teddlie (1998).

Quanto aos procedimentos de métodos mistos a escolha foi pelos categorizados como sequenciais, no qual o estudo iniciou com as análises quantitativas, seguido por um método qualitativo que envolveu a exploração detalhada de alguns casos.

Complementarmente, fundamentando-se nos princípios⁶ da pesquisa participante de autenticidade e compromisso e de ciência modesta e técnicas dialogais, que segundo BRANDÃO (*op cit*) deve ser construído pautando-se na postura de,

“aprender a ouvir discursos concebidos em diferentes sintaxes culturais, adotar a humildade dos que realmente querem aprender e descobrir; romper a assimetria das relações sociais geralmente impostas entre o entrevistador e o entrevistado; e incorporar pessoas envolvidas como indivíduos pensantes nos esforços da pesquisa” (BRANDÃO, 1999, p.55).

As entrevistas foram realizadas com base nesses preceitos. Ainda que inicialmente, tenta se definido um roteiro guia dos assuntos a serem tratados, que em diversos momentos foi colocado de lado, em face da maior riqueza de conteúdos absorvidas em conversas mais abertas, como será detalhado no item sobre o instrumento de entrevista escrito mais adiante, que permitiram um aprofundar das entrelinhas da realidade estudada. O que na visão BRANDÃO, 1999 remete-se ao momento em que a pesquisa qualitativa visa compreender o ponto de vista dos grupos sociais acerca das situações que vivem e, quais seus valores e problemas que estes vislumbram sobre os mesmos.

E de acordo Thiollent (2000), a tratar da metodologia e dos métodos, também é importante considerar que nas pesquisas sociais a passagem de nível entre o local e o global, trabalhada pela geografia por meio das escalas geográficas de análise, deve envolver aspectos quantitativos e qualitativos, na tentativa de resolver as relações entre ambas, ainda que se venha a conviver com problemas decorrentes das generalizações e inferências. Tendo essa atenção ao vai-e-vem entre as escalas permeado o estudo e se apresentando concretizadas nos resultados gerados, especialmente, pelos dados quantitativos.

⁶ Para aprofundar o conhecimento acerca dos princípios em pesquisa participante ver Fals Borda (1982), que elenca como seis os princípios metodológicos que devem ser respeitados com o objetivo de impulsionar práticas de investigação nesta linha de pesquisa: autenticidade, antidogmatismo, devolução sistemática, retroalimentação de intelectuais orgânicos, ritmo e equilíbrio ente ação e reflexão e o desenvolvimento de uma ciência modesta baseada em técnicas dialógicas.

Ainda tendo por base Thiollent (2000), embora não seja possível enquadrar completamente esse estudo como uma pesquisa-ação e ou pesquisa participante, algumas fundamentações atreladas a esse tipo de pesquisa também se aplicaram ao que foi realizado, principalmente, no que diz respeito à coleta de informações originais acerca de situações e atores e a comparação das representações próprias aos vários interlocutores. Como coloca o autor, pelo fato da pesquisa ação ser uma estratégia metodológica da pesquisa social na qual:

a) há uma explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada; b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob a forma de ação concreta; c) o objeto de investigação não é instituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nessa situação; o objetivo da pesquisa-ação consiste, em pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada; e por não se limitar a uma forma de ação, pretendendo aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento dos grupos considerados (THIOLLENT, 2000, p. 16).

Estes pressupostos também orientaram a metodologia de pesquisa adotada.

Outra técnica utilizada na análise qualitativa foi a de história oral (HO) que Haguette (1987) define como uma técnica de:

“coleta de dados baseada no depoimento oral, gravado, obtido através da integração entre o especialista e o entrevistado, ator social ou testemunha de acontecimentos relevantes para compreensão da sociedade; a HO tem por finalidade o preenchimento de lacunas existentes nos documentos escritos e é interdisciplinar” (HAQUETTE, 1987, p.95).

Freitas (2006) coloca que a história oral se constitui em uma metodologia de pesquisa que utiliza técnica de entrevista e outros procedimentos articulados entre si no registro das narrativas da experiência humana. Tendo, portanto, como principal finalidade criar fontes históricas que devem ser armazenadas e conservadas.

Podendo ser dividida em três gêneros distintos: tradição oral, história de vida e história temática⁷. Nesse estudo a história oral temática, na qual a entrevista tem caráter temático e é realizada com um grupo de pessoas sobre um assunto específico foi a adotada. Ponderando-se que a entrevista tem caráter de depoimento, não abrangendo necessariamente a totalidade da existência do informante. Freitas (2006) diz:

“dessa maneira, os depoimentos podem ser mais numerosos, resultando em maiores quantidades de informações, o que permite uma comparação entre eles, apontando divergências, convergências e evidências de uma leitura coletiva sobre o tema em tela” (FREITAS, 2006, p. 21 e 22).

E corroborando com esse pensar para MEYHI (1996) há um consenso em que a História Oral é um trabalho de pesquisa, que tem por base um projeto e que se baseia em fontes orais, coletadas em situação de entrevista.

Desse modo, as entrevistas temáticas foram gravadas com a autorização dos entrevistados, feita a transcrição e um catalogo de resumos das mesmas (anexos 4 e 5), juntamente com os registros fotográficos e a coleta de coordenadas as residências e demais locais aonde estas foram realizadas. A coleta das coordenadas das residências dos idosos auxiliou na orientação para realização de um recobrimento espacial que se sobrepusesse aos dados fornecidos pelo censo demográfico por setor censitário. Quanto aos demais fixos existentes no território o registro buscou verificar a proximidade/dispersão desses, em especial das financeiras e agências bancárias.

Quanto aos atores entrevistados, além dos idosos aposentados também realizei entrevistas com outros sujeitos, quais sejam: os representantes das instituições financeiras - na figura dos gerentes de pessoa física dos Bancos do Brasil e Bradesco (únicos existentes no município de Lábrea); agentes da delegacia de Polícia Civil do município de Lábrea; o gerente da agência da

⁷ A tradição oral pauta-se em falas, elocuções-chaves intergerações como, por exemplo, cantigas e brincadeiras; a história de vida procura reconstituir o passado, é feita pelo próprio indivíduo, sobre o próprio indivíduo utilizando-se como meio para tal a técnica de entrevistas longas e realizadas repetidamente.

Previdência Social (APS) recentemente instalada no município⁸, a assistente social do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e, por último, com alguns os funcionários das financeiras atuantes no município (BMG, especialmente, por ser a que possui maior quantidade de “pontos⁹” de correspondentes no município).

Contudo, como não havia a possibilidade de abarcar um grupo vasto de idosos, nem mesmo ter conversas repetidas com os representantes institucionais envolvidos, haja vista, as limitações inerentes ao custo de campanhas de campo, mas, sobretudo, pelas dificuldades em obter relatos dos funcionários das financeiras e dúvidas quanto à veracidade do discurso apresentado por aqueles que consegui conversar optei, como disse PINHEIRO (2005) em seu estudo sobre a violência conjugal, em não ouvir os agressores. Posto que conforme expôs a autora:

“sei que pela experiência nesses anos de contado com eles, da dificuldade de fazê-los falar. Nas visitas domiciliares e mesmo nas audiências, eles são monossilábicos, dissimulados (às vezes) e, quando falam, revelam um texto idêntico, semelhante a atores desempenhando um mesmo papel” (PINHEIRO, M.J.M., 2005, p.30).

Ante essas observações, foi adotado tanto para a análise da base de dados secundários, como para a realização das entrevistas com os grupos eleitos o marco temporal do triênio 2010-2012. Sendo que, para o ano de 2010 computam-se os dados secundários produzidos IBGE via Censo Demográfico. E, para os anos subsequentes, a realização das entrevistas na cidade de Lábrea, nos meses de agosto, setembro e novembro de 2011 e outubro de 2012.

⁸ A Agência da Previdência Social (APS) foi instalada no município de Lábrea no ano de 2009 como uma das estratégias de ação da Operação Arco Verde no âmbito do PAS (Plano Amazônia Sustentável). Que é uma iniciativa voltada a propor estratégias e linhas de ação que unem a busca de desenvolvimento econômico e social com respeito ao meio ambiente. O PAS orienta suas ações em torno de cinco grandes eixos: produção sustentável com inovação e competitividade; gestão ambiental e ordenamento territorial; inclusão social e cidadania; infraestrutura para o desenvolvimento e novo padrão de financiamento.

⁹ Optei por adotar a terminologia “pontos de representação” pelo fato de que em apenas um caso o serviço é oferecido em loja alugada para tal fim. Sendo predominante a utilização de um dos cômodos das residências (normalmente, as varandas) para realização dos acordos e financiamentos.

Para construir um primeiro olhar acerca do envelhecimento e do peso que os idosos aposentados possuíam na constituição da renda social, para as escalas geográficas analisadas (região Norte, estado do Amazonas e do município de Lábrea) foram utilizados como insumos os dados dos Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010, produzidos pelo IBGE. Sendo que para os anos 1980, 1991 e 2000 a escala espacial de análise para tabulação, produção dos gráficos e pirâmides etárias foi a municipal e para o ano de 2010 o detalhamento foi feito tendo-se por referencia espacial os setores censitários urbanos apenas para o município de Lábrea.

Já os dados comparativos do Fundo de Participação Municipal (FPM) e os montantes de benefícios recebidos à escala geográfica adotada novamente foi o município, haja vista a indisponibilidade de dados mais detalhados nas bases disponibilizadas pela DATAPREV (via sistema INFOLOGO) - acerca da quantidade e valores pagos aos benefícios (aposentadorias e pensões) e do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda para os montantes de valores pagos via FPM. Para ambos foi adotado o recorte temporal anual para o período de 2000 a 2010 (figuras 2 e 3).

Figura 2: Exemplo de acesso e consultas feitas as planilhas de dados disponibilizadas pelo sistema INFOLOGO/DATAPREV, 2000-2010.

Fonte: DATAPREV – www.dataprev.gov.br/infologo.

Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2011.

www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/municipios.asp?UF=AM&ANO=%&MES=%&UNDOS=TODO&ORMATO=TELA

Falha ao carregar htt... texto anpur.docx - G...

Acesso à Informação **BRASIL**

TESOURO NACIONAL

Acesso à Informação > Biblioteca Virtual > Comunicados Oficiais > Mapa do Site > Glossário > Fale Conosco > Perguntas Frequentes

English Busca ok

ESTADOS E MUNICIPIOS

Estado: Amazonas

Município: Ipixuna, Iraduba, Itacoatiara, Itamarati, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutai, **Lábrea**, Manacapuru

Transferências: FPM/ITR/IOF-Ouro

Ano: 2010

Mês:

HTML XLS

Consultar

Município: Lábrea
UF: AM
Ano: 2010

Mês	FPM	ITR	IOF
01	717.912,22	2.471,02	0,00
02	875.566,27	104,21	0,00
03	650.419,80	646,06	0,00
04	779.300,50	350,62	0,00
05	959.477,62	91,15	0,00
06	832.704,51	417,70	0,00
07	610.826,23	430,03	0,00
08	818.629,11	716,44	0,00
09	683.364,51	1.692,80	0,00
10	735.633,92	43.858,57	0,00
11	881.851,79	1.864,48	0,00
12	1.638.117,91	2.065,29	0,00
Total	10.183.804,39	54.708,37	0,00

A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15 % (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

A partir 2007, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEF.

PRÊMIO TESOURO NACIONAL

Figura 3: Site de acesso e consultas feitas as planilhas de dados disponibilizadas pelo sistema do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, 2011.
 Fonte: Tesouro Nacional – site www.tesouro.fazenda.gov.br.
 Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2011.

Quanto às pesquisas de campo essas foram realizadas em três momentos ao longo dos anos de 2011. A primeira (2 a 6 de agosto de 2011) foi direcionada para identificação dos locais que se constituem no que se categorizam como elementos fixos no território inerentes a temática em análise, quais sejam: as agências bancárias, as financeiras, a agência da Previdência Social, a delegacia de Polícia Civil, já que as entrevistas com os idosos aposentados foram orientadas pelos mapas com a espacialização dos totais por grupos etários oriundos do Censo Demográfico de 2010 e a escolha dos entrevistados ocorreu de maneira aleatória. Nesta ocasião já foi realizada também a primeira entrevista com o gerente da agência da Previdência Social de Lábrea (fotos 1 e 2).

Foto 1: Lábrea (AM) - Agência da Previdência Social, agosto de 2011.
Foto: Danielle Pereira da Costa, agosto de 2011.

Foto 2: Lábrea (AM) - Entrevista ao gerente da Agência de Previdência Social, agosto de 2011. Foto: Danielle Pereira da Costa, 2011.

Na segunda estada na cidade de Lábrea, durante a semana de 1 a 9 de setembro de 2011 as entrevistas foram direcionadas para os representantes das agências bancárias do município (Banco do Brasil e Bradesco) na figura do gerente de pessoa física dessas instituições, por esses serem os responsáveis diretos pela carteira de negócios do crédito consignado.

Contudo, o efeito calendário expresso pela concentração de feriados na semana (5¹⁰ e 7 de setembro), pelo dia do pagamento (de aposentados e servidores públicos) e por problemas operacionais decorrentes da queda do sistema operacional do Banco do Brasil, a escolha da data teve aspectos positivos e negativos que merecem ser considerados.

Os positivos se correlacionam ao vivenciar a dinâmica imposta ao comércio, serviços e a própria circulação na cidade de pessoas em função do dia do pagamento (fotos 3 e 4). Já como pontos negativos, em função do efeito

¹⁰ Elevação do estado do Amazonas a categoria de Província.

calendário e da queda do sistema do Banco do Brasil não foi possível realizar a entrevista completa com a gerente responsável pela área na instituição. Sendo feito o dialogo mais aprofundado apenas com o gerente do Bradesco, cujas informações são apresentadas nas partes II e III.

Na ocasião também foram realizados os pré-testes do roteiro de entrevistas com idosos do município de Lábrea.

Foto 3: Lábrea (AM) - Fachada da agência do Bradesco, agosto de 2011.
Foto: Danielle Pereira da Costa, 2011.

Foto 4: Lábrea (AM) - Idosos na agência em dia de pagamento de aposentarias e benefícios, agosto de 2011. Foto: Danielle Pereira da Costa, 2011.

Na terceira estada em Lábrea de 1 a 6 de novembro de 2011 foram realizadas as entrevistas com idosos aposentados (48 entrevistas) e a entrevista com agentes da policia civil que se mostrou bastante reveladora e complementar àquela dada pelo gerente da Agência da Previdência Social em termos de informações repassadas acerca do esquema montado para aplicação do golpe empréstimo consignado em aposentados. Especialmente porque ambos revelaram que representantes de uma associação que atua no município em defesa do direito dos idosos, pensionistas e portadores de necessidades especiais, justamente por terem acesso a cadastros e dados pessoais dos idosos e por se valerem das relações de confiança, vizinhança e amizade ou, se utilizam de maneira ilegal dos dados fornecidos, ou ainda, para aqueles que não que eles não possuem os dados, tenta cooptar os aposentados e pensionistas para fazerem os empréstimos consignados em financeiras da cidade, constituindo-se intermediários do processo e cobrando para isso taxas administrativas que não podem ser cobradas.

Já na quarta estada em Lábrea, no período de 13 a 21 de outubro de 2012, foram complementadas as entrevistas com idosos aposentados e pensionistas (15 entrevistas) e realizadas outras cinco entrevistas com comerciantes locais haja vista a recorrente fala sobre a solicitação de empréstimos e gastos das aposentadorias com a compra de eletroeletrônicos e outros bens de consumo, como também para a melhoria das residências, identificada nas entrevistas anteriormente realizadas.

Assim, a ideia de concatenar dados quantitativos e qualitativos oriundos de bases de dados secundárias e de pesquisa de campo pautou-se no pressuposto de que esses não são excludentes e nem mesmo possuem prevalência um sobre o outro, mas se complementam, posto que a realidade em análise é complexa.

Os quadros 1 e 2 mostram uma síntese das estratégias de métodos adotada e o diálogo com as concepções paradigmáticas que fundamentaram o estudo e os aspectos que foram considerados no planejamento para um estudo com métodos mistos.

Concepção paradigmática	Estratégia avaliativa	
Pragmática	Método Misto	
<ul style="list-style-type: none"> - consequência das ações - centrado no problema - pluralista 	Quantitativo:	Qualitativo
	dados de desempenho;	Estudo de caso
	de censos;	Entrevistas
	análise e interpretação estatística	Técnicas de história oral
	Análise integrada	

Quadro 1: Síntese da concepção pragmática e estratégia avaliativa adotada.

Fonte: Adaptado de CRESWELL, 2010.

Distribuição do tempo	Atribuição de peso	Combinação	Teorização
Sequencial	Igual	Integrando	Explícita
Dados quantitativos coletados e analisados primeiro		Conectando	
Dados qualitativos coletados em segundo		Incorporando	Implícita

Quadro 2: Aspectos considerados no planejamento do estudo com método misto

Fonte: Adaptado de CRESWELL, 2010.

Quanto ao instrumento de entrevista utilizado, este foi construído a partir da sistematização de perguntas abertas, semi-estruturadas, que serviriam mais como guia para possíveis esquecimentos, do que como roteiro rígido a ser seguido (anexo 1).

No entanto, é válido pontuar que essa tentativa de roteirização nem sempre funcionou e em algumas situações (principalmente com os aposentados) o roteiro acabava sendo colocado de lado para que a conversa se desenrolasse de maneira mais fluida sem atender a sequência das perguntas, mesmo que em decorrência disso, o tempo médio para realização da entrevista aumentasse de 1 (uma) para 2 (duas) horas, os resultados alcançados com os discursos eram mais ricos.

Um exemplo recorrente de adaptação foi a que teve que ser feita para a primeira pergunta idealizada no roteiro e direcionada aos idosos - *“quais os benefícios de viver/ser idoso na cidade?”*, por duas razões: a primeira, pelo fato destes não entenderem o que significava a palavra benefício, e ou ainda, por não trabalharem com as categorias campo-cidade para se remeter ao urbano-rural. Dessa maneira, em decorrência da baixa escolaridade dos idosos entrevistados e da necessidade de adaptação da linguagem recorrente utilizada na região para remeter-se ao urbano-rural a pergunta passou a ser feita da seguinte maneira *“É bom ser idoso aqui no Lábrea? Ou era melhor no interior? Por que? O senhor (a) é filho(a) de Lábrea mesmo? Ou veio de outro lugar/interior (município)?”*. Ou seja, simplificar para enriquecer.

Outra pergunta que exigiu adaptações foi *“Como o senhor(a) percebe/enxerga o impacto/peso da sua aposentadoria para a economia da cidade?”* Normalmente, quando eram inquiridos dessa maneira a resposta imediata era de que não sabiam, não enxergavam ou que não entendiam o que eu queria dizer com isso. Então, a estratégia adotada foi perguntar *“o(a) senhor(a) tem crédito no comércio de Lábrea/ou na praça? Acha que seu dinheirinho é importante para o comércio de Lábrea? Como? Por que?”* E então as respostas eram dadas quase sempre iniciadas com um *“ah, era isso que você quer saber, mas sim. Claro que ajuda”* e então os relatos do como e

porque eram detalhados por exemplos diferenciados de estratégias formais, informais de acesso ao sistema creditício. Ou ainda, o se remeter a importância para a econômica da cidade vinha indiretamente, nas respostas complementares a pergunta “E na contribuição de renda para o sustento da sua família?”.

Outra tática adotada na ocasião das entrevistas com idosos foi fazê-las, em algumas situações, na companhia de um morador de Lábrea, funcionário do Centro de Estudos Superiores da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). O que além de facilitar o primeiro contato com os entrevistados, me fez perceber que aqueles relatos feitos na presença de “*um filho da terra*”, como diversas vezes foi dito pelos idosos era mais denso de informações e sentidos (fotos 5 e 6).

Fotos 5 e 6: Lábrea (AM) – Entrevistas com idosos acompanhadas pelo funcionário da UEA, agosto de 2011. Fotos: Danielle Pereira da Costa. Novembro de 2011.

Fluxograma metodológico de pesquisa

Quanto à estruturação, a tese é composta por essa introdução, que assim como colocou PINHEIRO (2005), abordou o encontro com o objeto de pesquisa e apresentou os objetivos, hipótese e justificativas para o estudo e a metodologia empregada entendendo que o uso de base de dados e métodos que congregam análises quantitativas e qualitativas contribuem de maneira ímpar para execução das atividades, estando esses amplamente embasados por referencial teórico-bibliográfico e documental; e, outras três partes:

- A primeira que traça uma retrospectiva do comportamento da composição etária da população brasileira em diferentes escalas geográficas de análise, construída com base nos dados censitários últimos trinta anos (1980 a 2010), por entender ser a caracterização deste comportamento um dos eixos estruturantes da tese estabelecida;
- A segunda, na qual discorro sobre as categorias de análise, conceitos e suas interligações com o tema; principalmente porque a cada familiarização com os conceitos empregados e o exercício envolvente de abarcar suas mudanças ao longo da história denotaram um aprendizado único acerca da temática em tela; e,
- A terceira, em que a análise é verticalizada para o município de Lábrea, sendo caracterizada a cidade quando a historicidade de seu processo de formação/ocupação e a distribuição espacial dos idosos a luz de dados demográficos censitários e da avaliação documental; e, do qual lanço mão de análises qualitativas dos resultados obtidos a partir da aplicação de entrevistas direcionadas para os idosos aposentados e pensionistas e representantes de instituições governamentais e financeiras na busca de compreender como os idosos interagem com dinâmica econômica da cidade.

PARTE 1: RETRATO DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO DE 1980 A 2010

Nesta parte da tese composta por dois capítulos serão apresentados os resultados das análises dos dados quantitativos oriundos das pesquisas censitárias para as escalas geográficas nacional, regional, estadual e municipal, considerando-se o período de 1980 a 2010. Esse recorte temporal foi adotado por duas razões: a primeira que dialoga com as mudanças nas tendências demográficas que veem sendo ratificadas nos últimos anos na dinâmica de crescimento da população brasileira, principalmente, no que se refere à queda da fecundidade e a ampliação da população, e, a segunda que faz um retrato de quantos são e onde estão os idosos a luz de uma leitura mais aprofundadas dos dados do censo de 2010.

Um ponto que merece ser ressaltado e que contribui para ratificar a mudança relativa ao alargamento do topo das pirâmides etárias reside na alteração metodológica feita pelo IBGE no agrupamento de dados para os recenseamentos de 2000 e 2010. Isto é, até o ano de 1991 os grupos de idade iam até 80 anos ou mais; a partir de 2000, vão até 100 anos ou mais, evidenciando-se um maior desmembramento das faixas etárias dos longevos decorrente do aumento do quantitativo de pessoas nelas computados.

1.1. Pirâmides em mutação: causas e consequências

A análise estatística dos dados populacionais realizada com base nos quantitativos de população total e nos acumulados da população com idade de 60 anos ou mais (idosos), para o período de 1980 a 2010, revelou que houve um aumento relativo de 284,9% deste grupo, enquanto que, a população brasileira como um todo cresceu em 60,3%. Na Região Norte, no Amazonas e em Lábrea o ritmo de crescimento da população total e da de idosos apresentou-se mais acelerado do que o nacional (tabela 1 e gráficos 1 ao 4) registrando percentuais acima dos 300%. Ou seja, o regime demográfico brasileiro atual caracteriza-se por baixas taxas de crescimento da população total, mas altas taxas de crescimento da população idosa, o que resulta num aumento da proporção desse segmento na população total, caracterizando o envelhecimento populacional.

Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município	Total de população e total de população idosa (60 ou mais)	1980	1991	2000	2010	% de Crescimento da população total e da população de idosos 1980 a 2010
Brasil	Total de população	119011052	146825475	169872856	190755799	60,3
	Total de idosos	7226805	10722705	14538988	20588891	284,9
Norte	Total de população	5880706	10030556	12911170	15864454	269,8
	Total de idosos	243923	463957	706642	1081256	443,3
Amazonas	Total de população	1430528	2103243	2817252	3483985	243,5
	Total de idosos	54047	88805	137432	210173	388,9
Lábrea – AM	Total de população	22026	33052	28956	37701	171,2
	Total de idosos	716	1147	1532	2258	315,4

Tabela 1: Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município - Total de população e total de população com 60 ou mais, 1980, 1991, 2000 e 2010

Fonte: Censos demográficos, 1980, 1991, 2000 e 2010 - IBGE. Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2012.

Gráficos 1 a 4: Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município – Proporção de idosos na população total, 1980, 1991, 2000 e 2010
 Fonte: Censos demográficos, 1980, 1991, 2000 e 2010 - IBGE. Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2012.

Concordando com Brito (2007) que diz ser o envelhecimento da população hoje um fenômeno universal, característica tanto dos países centrais como, de modo crescente, nos países ditos em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, que junto com outros países latinos e asiáticos, tem passado por um acelerado processo de transição demográfica¹¹, entende-se que dinâmica de crescimento deste grupo, por sua vez, está diretamente ligada ao aumento da longevidade da população e à redução dos níveis da fecundidade. Como estimativas o IBGE prevê que o Brasil continuará galgando anos de vida média de sua população, passando de 70,4 anos, em 2000, para 81,3 anos, em 2050, o que exigirá, segundo Schkolnik (1998) uma reorganização dos sistemas de saúde e de educação, do mercado de trabalho e muitas outras estruturas sociais que deverão se adaptar a estas transformações, havendo um aumento de serviços e recursos para adultos e idosos e ainda a necessidade de repensar a participação dessa parcela da população no processo de construção da cidade e na dinâmica econômica do país.

As pirâmides etárias revelaram as alterações às quais a composição por sexo e idade da população do Brasil passará ao longo dos próximos 50 anos, evidenciando que as relações entre variáveis demográficas produzirão uma estrutura etária típica de uma população envelhecida. Dados do IBGE indicam que até 2020 o país terá 40 milhões de pessoas acima de 60 anos e será o 6º país com maior população idosa no mundo (figura 4).

Dentre as razões para o aumento de longevos no Brasil, de acordo com VERAS (1988) destacam-se:

“Os avanços médicos que contribuíram para o aumento da expectativa de vida da população; todavia, a razão principal para essa ampliação está associada à elevação da qualidade do nível de vida que apesar de muito longe do ideal, se compararmos hoje com trinta ou quarenta anos atrás se percebe uma melhoria nutricional, elevação dos níveis de higiene pessoal, melhores condições sanitárias em geral e, particularmente, condições ambientais no trabalho e nas residências(...). Acrescentando, que no Brasil, esse conjunto de fatores levou a uma acentuada redução nas taxas de mortalidade, nos primeiros anos de vida. Entretanto, mais do que a diminuição da mortalidade, a explicação para o crescimento da população com mais de sessenta anos está na drástica redução nas taxas de fecundidade, principalmente nos centros urbanos.” (VERAS, 1988, p.384).

¹¹ Ver estudos realizados por Fausto Brito (2007) referentes a Transição Demográfica no Brasil.

Brasil – Pirâmide etária - 1980

Brasil – Pirâmide etária - 1991

Brasil – Pirâmide etária - 2000

Brasil – Pirâmide etária - 2010

Região Norte – Pirâmide etária - 1980

Região Norte – Pirâmide etária - 1991

Região Norte – Pirâmide etária - 2000

Região Norte – Pirâmide etária - 2010

Amazonas – Pirâmide etária - 1980

Amazonas – Pirâmide etária - 1991

Amazonas – Pirâmide etária - 2000

Amazonas – Pirâmide etária - 2010

Lábrea(AM) – Pirâmide etária - 1980

Lábrea(AM) – Pirâmide etária - 1991

Lábrea(AM) – Pirâmide etária - 2000

Lábrea(AM) – Pirâmide etária - 2010

Ainda no que tange a pirâmide etária brasileira, do ponto de vista demográfico, observou-se uma mudança rápida, com aumento do número absoluto e relativo de idosos, o aumento na expectativa de vida ao nascer e aos 60 anos. A base da pirâmide etária vem se estreitando ao longo dos anos e a população idosa continua crescendo com a queda nas taxas de fecundidade e mortalidade.

No entanto, o aumento da expectativa de vida ao nascer para a mulher foi mais significativo do que para o homem. Ao lado de diferenças biológicas, concordando com VERAS (*op cit*) há várias explicações para tais valores:

- 1) Diferença de exposição às causas de risco de trabalho (e, portanto, menor repercussão dos fatores de risco em relação ao homem), haja vista que como os trabalhos "pesados" são realizados por homens, os acidentes de trabalho ocorrem em maior número neste grupo;
- 2) São observadas, entre os indivíduos do sexo masculino, taxas maiores por causas de morte denominadas "externas" (acidentes em geral, acidentes de trânsito, homicídios, quedas, suicídios etc.);
- 3) Diferenças no consumo de tabaco e álcool — Apesar do aumento do consumo do fumo e da bebida alcoólica pela mulher nos dias atuais, estes produtos continuam sendo muito mais consumidos pelos homens. O fumo e o álcool estão associados às causas de morte mais importantes na faixa etária acima de 45 anos (neoplasma e doenças do aparelho cardíaco e circulatório);
- 4) Diferenças de atitude em relação às doenças e incapacidades físicas — As mulheres são, em geral, mais atentas ao aparecimento de sintomas, têm um conhecimento melhor das doenças e utilizam mais os serviços de saúde do que o homem;

- 5) Assistência médico-obstétrica — Hoje é mais comum que no passado, quando a mortalidade relacionada à maternidade estava entre as mais importantes causas de mortes das mulheres e na atualidade é relativamente baixa.

O mesmo autor sugere que já as razões para a mudança do padrão reprodutivo são várias. Sobressaindo-se dentre elas o intenso processo de urbanização da população, da progressiva incorporação da mulher à força de trabalho, e também pelas mudanças de padrões sócio-culturais decorrentes da própria migração e da ação massificadora dos meios de comunicação (sobretudo a televisão), que, veiculam um padrão de vida caracterizado, principalmente, por famílias pequenas. Associadas a um contexto de crescente difusão de meios contraceptivos no Brasil.

Em face desse envelhecimento, faz-se necessário conhecer as características da pessoa idosa brasileira, que hoje configura um contingente de mais de 20 milhões de pessoas, com particularidades diferenciadas, seja quando são considerados aspectos econômicos, sociais e educacionais, seja quando as análises estabelecem comparações regionais. No compito total, pautando-se nos dados de 2010, esse montante representa 10,8% da população brasileira. As mulheres são maioria, 8,9 milhões dos idosos são responsáveis pelos domicílios e têm, em média, 69 anos de idade e 3,4 anos de estudo. Com um rendimento médio de R\$ 657,00, o idoso ocupa, cada vez mais, um papel de destaque na sociedade brasileira. Sendo o processo de envelhecimento também ratificado pelo aumento no número de pessoas com 60 anos ou mais em postos de trabalho, conforme demonstra o gráfico 5.

Gráfico 5: Taxa de atividade para pessoas com 50 anos ou mais e 60 anos ou mais no total da população ocupada (2006) (%) Fonte: Censos demográficos, 2000 e 2010 - IBGE. Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2012.

Regionalmente, de acordo com o IBGE (2010), a dinâmica da população brasileira apresentou alguns pontos marcantes que merecem ser destacados. Os números indicam que entre as regiões, as maiores participações de idosos de 60 anos ou mais, em relação as populações totais residentes, estavam no Sudeste (10,5%) e no Sul (10,4%), seguidos do Nordeste (9,2%), Centro-Oeste (7,4%) e do Norte urbano (6,0%).

Quanto ao crescimento no período de 1980/2010, todas as regiões brasileiras apresentaram importante crescimento na sua proporção de idosos se mantendo com maiores percentuais as regiões Sudeste e Sul, com valores de 12,0 e 11,9%, respectivamente, seguidas pelas regiões Nordeste (10,3%) e Centro-Oeste (8,8%), sendo todas elas, regiões que têm suas populações classificadas como envelhecidas, ficando apenas a região Norte abaixo do patamar de 7%.

Ano/Pop		Região					
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
1980	Total	5.880.706	34.815.439	51.737.148	19.031.990	7.545.769	119.011.052
	60 e +	243.923	2.210.397	3.323.625	1.134.916	313.944	7.226.805
	60 e +%	4,1	6,3	6,4	6,0	4,2	6,1
1991	Total	10.030.556	42.497.540	62.740.401	22.129.377	9.427.601	146.825.475
	60 e +	463.957	3.087.586	4.984.058	1.699.531	487.573	10.722.705
	60 e +%	4,6	7,3	7,9	7,7	5,2	7,3
2000	Total	12.900.704	47.741.711	72.412.411	25.107.616	11.636.728	169.799.170
	60 e +	7070.071	4.020.857	6.732.888	2.305.348	769.865	14.536.029
	60 e +%	5,5	8,4	9,3	9,2	6,6	8,6
2010	Total	15.864.454	53.081.950	80.364.410	27.386.891	14.058.094	190.755.799
	60 e +	1.081.469	5.456.177	9.527.354	3.287.465	1.238.134	20.590.599
	60 e +%	6,8	10,3	11,9	12,0	8,8	10,8

Tabela 2: População total e população de 60 anos e mais (distribuição absoluta e percentual), segundo grandes regiões brasileiras, 1980 a 2010.

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Os estudos mostraram ainda que as mudanças que ocorreram na composição por idade da população brasileira no período de 1980/2010 também foram significativas. A participação das pessoas menores de 15 anos de idade no total baixou de 41,9% para 29,6%, enquanto que naquela em idade potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade) subiu de 55,7% para 64,6% e entre as pessoas idosas (65 anos ou mais de idade) de 2,5% para 10,8% patamar que já a caracteriza como população envelhecida, segundo critério da Organização Mundial de Saúde (OMS), para o qual se classifica como envelhecida aquela população com percentual de idosos maior ou igual a 7%. Vê-se assim que a população de 60 anos ou mais de idade no período de 1950/2010 quadruplicou a sua participação no total da população, e revelou, no período, crescimento expressivo.

No que diz respeito, em termos relativos, ao que esta população representa sobre a população total, na tabela 3 e no gráfico 6, pôde-se verificar que, com exceção de Lábrea (AM), que houve um aumento exponencial no ritmo do crescimento desse grupo nos últimos 10 anos.

Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município - Percentual de população de idosos sobre a população total	1980	1991	2000	2010
% de idosos na população brasileira	6,1	7,3	8,6	10,8
% de idosos na população na Região Norte	4,1	4,6	5,5	6,8
% de idosos na população Amazonas	3,8	4,2	4,9	6,0
% de idosos na população Lábrea	3,3	3,5	5,3	6,0

Tabela 3: Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município - Percentual de população de idosos sobre a população total, 1980, 1991, 2000 e 2010

Fonte: Censos demográficos, 1980, 1991, 2000 e 2010 - IBGE. Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2012.

Gráfico 6: Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município - Percentual de população de idosos sobre a população total, 1980, 1991, 2000 e 2010

Fonte: Censos demográficos, 1980, 1991, 2000 e 2010 - IBGE. Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2012.

Aumento esse que se justificaria, em termos demográficos, pela efetivação da queda da fecundidade¹², a partir dos anos 90, quando as novas gerações nascidas sob níveis de fecundidade declinantes adentram a idade reprodutiva e passam a determinar o número de nascimentos a cada ano, sendo expressiva a modificação na estrutura etária da população brasileira como Moreira (2000) sobre a questão acrescenta:

¹² Os níveis de redução da fecundidade nacional declinaram de 5,8 filhos por mulher em meados da década de 60 para 2,8 em meados dos anos 90 e, segundo os últimos cálculos realizados com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, os níveis de fecundidade atuais estariam em 1,9 filhos por mulher. Ou seja, abaixo do nível de reposição – 2,1 por mulher, que garante a reposição de gerações.

“Considere-se que as reduções na base da estrutura etária, geradas pela permanente diminuição dos níveis de fecundidade, “sobem” em direção aos grupos etários mais velhos como bolhas sucessivas e que estas “bolhas” se contraem com mais intensidade quando as novas gerações em idades reprodutivas são constituídas pelos nascidos sob os novos níveis de fecundidade, combinando gerações sucessivamente menores com sucessivos mais baixos níveis de fecundidade. Neste caso, o que se identifica no início do processo de envelhecimento populacional é, apesar do alto percentual de mudança associada à queda da fecundidade, uma significativa importância do efeito acumulado passado das componentes demográficas sobre a estrutura etária e um quase igual impacto das variações da mortalidade que, em conjunção com as variações da fecundidade, interagem para acentuar a tendência ao envelhecimento (MOREIRA, 2000, p.X).

Corroborando com esse pensar Carvalho e Garcia (2003) colocam que:

“Equivocadamente, muitos pensam que a baixa mortalidade é responsável pela grande proporção de idosos. Na verdade, o declínio da mortalidade, tal como o observado até agora, teve como efeito um rejuvenescimento das populações, e não seu envelhecimento. Isto, por duas razões: (1) proporcionalmente, a queda se concentrou mais nas idades mais jovens, o que, por si só, não teve impacto direto, a não ser a curto prazo, na distribuição etária proporcional; (2) ao propiciar, em cada coorte, um número maior de mulheres sobreviventes até o final do período reprodutivo, o declínio da mortalidade teve, como consequência, um número maior de nascimentos, o que, como visto, leva a uma proporção maior de jovens na população. Haverá, sim, um maior envelhecimento da população como consequência do declínio da mortalidade, se este se concentrar nas idades avançadas, como, crescentemente, passa-se a prever para um futuro não muito distante. Contudo, ao se começar o declínio sustentado de fecundidade é que se dá início ao processo de envelhecimento de uma população. Em uma primeira etapa, após o início do declínio da fecundidade, passa-se por uma fase de desestruturação da distribuição etária relativa da população, por conviverem nela gerações nascidas quando a fecundidade era alta e aquelas que já sofreram o impacto da queda. Com o passar do tempo, tende-se a alcançar nova estabilidade na estrutura etária da população, quando todas aquelas coortes oriundas da alta fecundidade desaparecerem.” (CARVALHO & GARCIA, 2003, p. 728).

Segundo o IBGE (2010), a queda da fecundidade ocorreu em todas as faixas etárias e regiões brasileiras (figura 5), mas principalmente nos grupos etários mais jovens. Havendo, no entanto, uma mudança na tendência de concentração da fecundidade entre jovens de 15 a 24 anos, observada nos censos de 1991 e 2000. As mulheres, de acordo com dados de 2010, estão tendo filhos com idades um pouco mais avançadas. E a redução dos níveis de fecundidade nos últimos 50 anos foi a principal razão para a queda do ritmo de

crescimento da população, que chegou a aumentar cerca de 3% ao ano na década de 1950 provocando a alteração da pirâmide etária brasileira, com aumento proporcional de idosos e diminuição de crianças. Assim sendo, isso muitas vezes, acarreta em uma não reposição das gerações, o que ocorre quando a taxa de fecundidade é inferior a dois filhos por mulher.

Figura 5: Taxa de fecundidade conforme as regiões do Brasil

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010. Extraído de G1.com em 17/10/2012.

Ainda de acordo com o Censo 2010, a taxa de fecundidade é maior conforme o grau de instrução e de rendimento da mulher. Embora a média tenha diminuído entre as mulheres sem instrução e com ensino fundamental incompleto, de 3,43 filhos (2000) para 3 (2010), ainda é maior se comparada ao índice de mulheres com ensino superior completo, de 1,14 filho. A maior taxa de fecundidade entre mulheres sem instrução e com ensino fundamental incompleto foi observada na região Norte (3,67). A menor taxa é para as mulheres com ensino superior completo, na região Sudeste (1,10).

Outro ponto importante nessa transição do perfil demográfico brasileiro trata-se que além do processo de envelhecimento populacional, os dados comparativos, especialmente, entre os dois últimos recenseamentos (2000-2010) demonstraram o aumento do número de longevos (pessoas acima de 80 anos), alterando a composição etária dentro do próprio grupo. A proporção de idosos octogenários sob a população total passou de 0,77% em 1980 para 1,54% em 2010, essa relação feita sob o total de idosos representa uma porcentagem bem significativa, mostrando que esse grupo de idoso tem assumido maior representatividade no Brasil. Em 1980 os idosos octogenários eram 10,5% do total de idosos do país, segundo o censo de 2010 esse valor passou a 14,3%.

Sobre o aumento dos longevos Camarano (2012) expõe que a proporção da população “mais idosa”, ou seja, a de 80 anos ou mais, também está aumentando, o que gera alteração da composição etária dentro do próprio grupo, isto é, a população considerada idosa também está envelhecendo, levando a uma heterogeneidade do segmento populacional caracterizado idoso. Essa heterogeneidade pode ser resultante de condições pessoais ou sociais que, por sua vez, podem ser desdobradas numa multiplicidade de aspectos diferentes. Visto que associado ao quadro de reestruturação etária tem-se observado uma redução da mortalidade da população idosa, pelo adiamento da morte para idades mais avançadas, gerando uma crescente longevidade. Sendo essa, em parte, para Formiga *et al* (2012), uma consequência de outro processo paralelo denominado de transição epidemiológica, resultante de alterações nos padrões de ocorrência das enfermidades, mudando o perfil de morbidade e de mortalidade da população, com diminuição progressiva das mortes por doenças infectocontagiosas e elevação das mortes por doenças crônicas, mais típicas das populações idosas.

O cenário apresentado per si, traz um refletir sobre o quanto esse aumento quantitativo deve ser considerado no âmbito das questões previdenciárias, sobretudo, não somente pelo viés demográfico-economicista de um possível “déficit” para o sistema, mas pela necessidade que esta transição impõe a sociedade, economia e política em seus aspectos mais amplos e estruturantes.

1.2. Quantos são e onde estão os idosos – o que dizem os dados do Censo Demográfico 2010

Em termos de distribuição da população por regiões administrativas, considerando os montantes disponibilizados pelo Censo Demográfico de 2010, é a região Sudeste que concentra mais de 46% da população idosa brasileira, seguida pelas regiões Nordeste e Sul, com 26,5% e 16%, respectivamente, e montantes menos significativos nas regiões Centro-Oeste (6%) e Norte (5,5%) (tabela 4).

Quanto à situação domiciliar, 84,13% os idosos brasileiros residem em áreas urbanas, em especial nas regiões Sudeste (92,7%) e Centro-Oeste (87,2%), onde os valores relativos superam o nacional (tabela 4).

Já na avaliação da distribuição por sexo, os dados censitários de 2010, revelaram que os idosos são em sua maioria mulheres, tanto no total do Brasil (55,5%), quanto em todas as suas grandes regiões. Sendo a região Sudeste a que mais concentra mulheres idosas no país, 56,7%, seguida de perto pelas regiões Sul (55,6%) e Nordeste (55,3%). A região Norte é a que apresenta menor proporção de mulheres idosas, 50,4% no grupo de 60 anos e mais de idade (tabela 4).

Quando o foco passa ser o grupo mais longevo (tabela 5) a feminização da velhice é ainda mais patente, revelando 61,4% de mulheres com 80 e mais, entre o total de octogenários. Relação que se apresenta ainda maior para as regiões Sudeste e Sul, respectivamente com 63,9% e 63,5% de mulheres no grupo dos idosos octogenários. Na sequência, observa-se que a região Nordeste concentra um contingente de 58,6% de mulheres idosas e, mesmo a região Norte apresenta uma concentração proporcionalmente maior de mulheres longevas, 54,8%.

Se os dados são analisados pela razão de sexo - RS (neste estudo adotada como a relação percentual entre mulheres e homens) percebe-se que nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, a RS é de 130,9, 125,2 e 123,5 de

mulheres idosas para cada 100 homens idosos, respectivamente (tabela 5). E dentre os octogenários a RS é fortemente mais elevada, sendo de 176,7, 173,7 e 141,4 mulheres octogenárias para cada 100 homens desse grupo nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, respectivamente. No Brasil como um todo, observa-se uma RS de 159,1 mulheres para cada 100 homens de 80 anos e mais. Ainda em termos de Brasil e grandes regiões, pelo censo de 2010, a maior concentração de octogenários em relação à população de 80 anos e mais do país (Tabela 4 e Gráfico 2) encontra-se na região Sudeste (46,2%), seguida da Nordeste (29,6%) e da Sul (14,6%). Por outro lado, a população de octogenários, em relação à população idosa (60 anos e mais), mostra que a maior concentração relativa é na região Nordeste (15,9%), seguida da Sudeste (14,2%) e da Sul (13,0%), enquanto esse percentual para o total do Brasil foi de 14,3%. Esse fato causa algum estranhamento, uma vez que essas duas últimas regiões são as mais desenvolvidas do país e já entraram no processo de envelhecimento populacional há muito mais tempo do que a região Nordeste.

Brasil e grandes regiões	Grupos de idade	População residente								
		Total	Homens	Mulheres	Situação do domicílio e sexo					
					Urbana			Rural		
					Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	60 anos ou mais	20590597	9156111	11434486	17324394	7430781	9893613	3266203	1725330	1540873
Sul		3287465	1459609	1827856	2702136	1159238	1542898	585329	300371	284958
Sudeste		9527353	4125349	5402004	8833922	3751134	5082788	693431	374215	319216
Centro Oeste		1238134	593349	644785	1080127	497592	582535	158007	95757	62250
Nordeste		5456177	2441090	3015087	3912382	1652499	2259883	1543795	788591	755204
Norte		1081468	536714	544754	795827	370318	425509	285641	166396	119245

Tabela 4: População residente de 60 anos ou mais, por situação do domicílio e sexo, Brasil e grandes regiões – 2010. Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Publicação dos resultados, novembro de 2011.

Região	Masculino		Feminino		Total		RS
	Pop	%	Pop	%	P	%	
Norte	62.127	45,2	75.381	54,8	137.508	100,0	121,3
Nordeste	359.808	41,4	508.738	58,6	868.546	100,0	141,4
Sudeste	489.638	36,1	865.347	63,9	1.354.975	100,0	176,7
Sul	156.460	36,5	271.777	63,5	428.237	100,0	173,7
Centro-Oeste	65.099	44,5	81.220	55,5	146.319	100,0	124,8
Total Brasil	1.133.122	38,6	1.802.463	61,4	2.935.585	100,0	159,1

Tabela 5: Distribuição (absoluta e percentual) da população de 80 anos ou mais, segundo o sexo e grandes regiões brasileiras, 2010. Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Publicação dos resultados, novembro de 2011.

Quanto aos arranjos familiares, os dados censitários e os estudos realizados por diversos estudiosos, apontam para o crescimento do número de famílias nas quais existe pelo menos um idoso e o número de famílias com três gerações convivendo no mesmo domicílio, caracterizando mudanças expressivas nos arranjos familiares brasileiros (CÔRTE, B. *et al*, 2006). Especialmente, se se considera que famílias com idosos representam $\frac{1}{4}$ do total das famílias brasileiras.

Camarano (2004) vem assinalando que novos arranjos familiares mais complexos estão se formando pelo número de gerações co-residindo no domicílio, sendo algumas vezes privilegiado o idoso e, em outras, os filhos e netos. Segundo ela, em 1982 predominava o arranjo familiar de duas gerações, composto principalmente por chefes e filhos (42%) e de chefes sem filhos, mas com netos (8%). Entre 1992 e 2002, a família de três gerações apresenta um aumento com proporções indo de 17,5% para 19,3%. Em relação à proporção de famílias com adultos não-chefes e não-cônjuges se observam que em 1982, 47,3% das famílias de idosos contavam com pelo menos um adulto nessa condição. Em 1992 esta proporção passou para 49,0% e em 2002, para 49,3%. Em 2010 essa proporção ultrapassou os 52 pontos percentuais.

Outro dado interessante é que a pessoa idosa brasileira vem contribuindo com uma significativa renda nas famílias. Na faixa etária 60 a 64 a renda do trabalho principal do idoso chegou a representar cerca de 33% da renda familiar sendo a renda de “todas as fontes” responsável por 64%. A mulher tem contribuição significativa no rendimento familiar, mesmo sendo este em menor escala do que a contribuição do homem (CÔRTE, *et al*, 2006). Sendo fato que as transferências de apoio intergeracional estão assumindo, cada vez mais, um caráter bidirecional tendo levado um número crescente de filhos adultos a se tornar, de alguma maneira, dependente dos recursos de seus pais idosos. Nesses casos, a casa própria do idoso ou mesmo seus rendimentos de trabalho, pensão ou aposentadoria estão se transformando em fonte importante de suporte familiar. Isso ocorre a despeito da permanência de uma situação de dependência do idoso em relação à família.

Já os impactos das mudanças na legislação brasileira relativas a benefícios dirigidos à população idosa no meio rural nas suas condições de vida e nas de suas famílias são grandes e muito contribuem para essas mudanças. Segundo Camarano (2004) os idosos, em especial os residentes em áreas rurais tiveram aumentos na renda familiar e com isso houve redução da pobreza. Não só, houve também mudanças nos arranjos familiares, a partir do momento em que se concedeu o benefício previdenciário rural de um salário mínimo para mulheres com 55 anos e homens com 60 anos, com regulamentação das mudanças constitucionais e, posteriormente, o benefício assistencial de um salário mínimo para indivíduos carentes com mais de 65 anos.

A renda do benefício social, além de garantir a subsistência básica dos idosos, tem resultado na sua revalorização dentro da família. De dependente dos recursos da família, o idoso passou a ser um dos seus principais provedores, principalmente no contexto da estratégia de sobrevivência das famílias pobres. Os benefícios previdenciários têm privilegiado mais as pessoas residentes em pequenos municípios, regiões ou estados economicamente mais pobres e os idosos do sexo feminino. Os grandes impactos foram resultantes das mudanças na legislação da previdência rural.

Entre os homens, o benefício previdenciário rural está vinculado ao trabalho. Muitos deles em idade avançadas, de 70 a 79 anos. O direito a um benefício previdenciário das mulheres idosas rurais não parece estar associado a um trabalho anterior ou a um tipo de contribuição para a Previdência Social. As mulheres têm sido muito mais beneficiadas pela Seguridade Social do que os homens idosos, seja nas áreas rurais, seja nas urbanas.

A guisa de exemplificação quantitativa do quanto esses benefícios têm impactos nas famílias, de acordo com Camarano (*op cit*), pelo menos um beneficiário idoso foi encontrado em 28,8% das famílias rurais em 2002, recurso que é compartilhado com os membros do domicílio. Com isso, observou-se uma redução na proporção de famílias *sem* idosos residindo e crescimento na proporção de famílias com idosos chefes. Estes chefiam, em

2002, 26% das famílias rurais brasileiras. A redução da proporção das famílias com idosos não chefes nem cônjuges pode indicar uma redução da “dependência” dos idosos.

Assim sendo, diante da caracterização demográfica apresentada nota-se que o processo de envelhecimento da população brasileira mesmo sendo um movimento ainda em suas etapas iniciais, já se apresenta consolidado em razão de sua irreversibilidade e projetada ampliação e, que a experiência projetada de envelhecimento da população brasileira, no período 1980-2010, inscreve-se entre aquelas mais velozes entre países com contingentes demográficos apreciáveis. Sendo a queda da fecundidade o determinante chave do envelhecimento demográfico brasileiro, associado a queda da mortalidade e outros aspectos relacionados a melhoria das condições de vida.

Merecendo destaque ainda admitir que a população idosa brasileira se constitui em um grupo heterogêneo e complexo, composto por pessoas cujo intervalo de idade extrapola 30 anos e que experimentaram trajetórias de vida muito diferenciadas. Conforme expõe Camarano (2004) trata-se de pessoas que:

“Vivenciaram grandes transformações como a queda da mortalidade materna e experimentam, agora, a queda da mortalidade nas idades avançadas. São os sobreviventes da alta mortalidade infantil por doenças infecto-contagiosas, por neoplasias malignas e doenças cardiovasculares na meia idade. Essa sobrevivência ocorreu de forma diferenciada no território brasileiro, entre grupos sociais, raciais. As políticas públicas devem tanto responder às demandas dos indivíduos que buscam o envelhecimento ativo como, também, tentar atender às necessidades daqueles em situação de vulnerabilidade trazida pela idade avançada”. (CAMARANO, 2004, p.10).

Os dados demonstraram também que o idoso encontra-se, em média, em melhores condições objetivas de vida do que o não-idoso, propiciadas pelo seu momento no ciclo de vida, pela sua trajetória ao longo da vida, pelas políticas públicas, e, especialmente, pela universalização da Seguridade Social. O que tem permitido para alguns um acúmulo patrimonial, destacando-se a aposentadoria.

O aumento da taxa de chefia da população idosa bem como a redução na proporção de idosos vivendo em casa de parentes tem sido uma tendência crescente e permitem inferir que há uma tendência de redução na “dependência” dos idosos. Além disso, encontrou-se uma proporção expressiva e crescente de famílias de idosos com filhos morando, inclusive com netos. Essas famílias apresentam uma renda domiciliar *per capita* mais elevada e uma menor proporção de pobres. A grande maioria dos idosos mora em domicílio próprio. O peso da sua renda no orçamento da família é expressivo, onde se destaca a importância da renda do benefício social. Nesse caso, observa-se uma inversão da tradicional relação de dependência e uma associação entre arranjos familiares e condições de vida, em que a política previdenciária tem desempenhado um papel.

De acordo com Camarano (2004) existe também uma proporção bem menor de idosos reside em casa de parentes. São mais velhos, mais pobres, trabalham menos e reportam piores condições de saúde e menor independência funcional. Há indicações de que eles, em algum grau, dependem da ajuda dos filhos. Essa “dependência” deve estar associada ao avanço da idade, ao aparecimento de doenças crônico-degenerativas e incapacidades físicas bem como à pobreza.

PARTE II: IDOSOS E A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Diante do cenário apresentado acerca do processo de envelhecimento populacional brasileiro fez premente analisar individualmente e de forma correlata alguns conceitos, na perspectiva de compreender como os idosos vieram a se constituir em uma categoria de análise histórica, especialmente buscando-se entender a prevalência do conceito de idosos sobre o de velhos e de idosos aposentados, dado ao fato de que nos últimos anos estes passaram a ocupar papel expressivo na dinâmica econômica dos municípios brasileiros. Sendo as mudanças dessa categorização histórica do conceito e suas implicações enquanto categoria para análises quantitativas e qualitativas apresentado no item 2.1 desta segunda parte.

Já a utilização como método da periodização acerca da estruturação legal, física e normativa da previdência social procurou-se, como diz Silveira (2009), uma explicação do mosaico de configurações sociais, territoriais e formas de organização que revelaram transformações sucessivas da base material, os avanços, retrocessos e impactos das políticas no concernente a concessão de aposentadorias e como as instruções normativas criadas podem impactar positiva ou negativamente a renda dos idosos, tendo como *evento* histórico a promulgação do capítulo da seguridade social na Constituição Federal Brasileira. Que por sua vez exigiu fazer uma leitura das implicações decorrentes à luz dos conceitos de *normas* e *eventos*, principalmente, no que tange ao acesso a empréstimos. Para Contel (2010), a periodização é uma ferramenta teórica também essencial para os estudos geográficos, visto ser somente viável valorizar adequadamente os fenômenos sociais a partir de seu contexto histórico. Permitindo o método a ponderação dialética do “novo” e do “velho”, das mudanças e permanências no espaço geográfico.

Por fim, a correlação com os conceitos de *psicosfera* e *tecnosfera*; o de violência financeira praticada contra idosos; na busca de compreender como as categorias de análise geográficas *redes* e *técnica* se apresentam na estrutura da previdência social brasileira e sua extensão territorial contribuiu, para entender a lógica distributiva desta e o peso que os benefícios apresentam para os municípios brasileiros.

2.1 Idosos, velhos e aposentados a produção histórica enquanto categoria

Ao se estudar os idosos, a primeira tarefa que se apresenta é a da definição de que pessoas estão incluídas nessa categoria. Essa conceituação, quase sempre subjetiva, é influenciada por vários fatores que englobam, além do critério cronológico, o envelhecimento biológico, psicológico e social.

Em geral, consideram-se como idosos, numa determinada sociedade, aqueles que, depois de terem passado pelas fases de crescimento e maturidade, entram numa etapa de alteração de seus papéis sociais com diminuição de sua capacidade produtiva e relativa dependência para o desempenho de suas atividades diárias. O que de acordo com Saad (1990), na impossibilidade de avaliar essa perda de autonomia pessoal e diante da necessidade de delimitar a população idosa, geralmente opta-se critério cronológico.

Os conceitos de velhice e de idoso têm assumido diferentes conotações ao longo dos tempos decorrentes dos contextos histórico, sócio-político e cultural em que são enquadrados, e, por conseguinte apresentam diferentes perspectivas de análise.

Independente do enquadramento realizado sobre a velhice e os idosos Mascaro (1996), ao escrever sobre o que é velhice, remonta a Antiguidade expondo que neste período histórico a questão era abordada por meio de mitos, pela busca do “elixir” da eterna juventude. Não havendo conceito formado ou institucionalizado, nem sobre velhice, nem sobre aposentados. o que existia era o prestígio a maturidade, expresso pela recomendação de respeito aos mais velhos, a formação de conselhos de anciãos que além de ilustres detinham o poder de avaliar. Por lei, neste período, havia a obrigatoriedade dos filhos de cuidar dos pais, estando os primeiros sujeitos à medidas repressivas, poder este, denominado pelos romanos como *Pater famílias* e é detalhando pela autora nos trechos que seguem:

“Os filhos tinham a obrigação de cuidar da subsistência dos pais idosos, quando necessário, e se não o fizessem, estavam sujeitos a multas e prisão. (Aqui no Brasil, em 22 de abril de 1993, o Congresso Nacional, incluiu no Código Civil um parágrafo que obriga os filhos maiores de 18 anos a sustentarem os pais idosos que necessitem de auxílio. Os filhos que recusarem a prestar essa assistência estarão sujeitos a no mínimo 30 dias de prisão).

“o poder *pater familias* romano era incontestável, e um jovem, casado ou não vivia sob a autoridade paterna, e só se tornava inteiramente romano, um “pai de família”, depois que seu pai morria. O poder paterno era soberano, podendo condenar inclusive o filho à morte. Mas, em geral, os velhos eram pouco numerosos e desprestigiados, quando não eram anciões ricos pertencentes a famílias nobres. O homem idoso só era aceito da sociedade se se comportasse como homem maduro e forte”. (MASCARO, 1996, p.28)

Já nos séculos XVII e XVIII a relação de desprestígio passa a dividir a cena com a de prestígio até então prevalecente. A situação econômica do idoso é que se configura como condicionante para este ser ou não respeitado.

Peixoto (1998) coloca que na França do século XIX a questão do idoso se impunha para caracterizar as pessoas que não podiam assegurar seu futuro financeiramente, classificando esse grupo como os despossuídos, os indigentes, pois pessoas com certo patrimônio eram designadas como “patriarcas”. Esse recorte social da população de 60 anos ou mais foi acompanhado de locuções diferenciadas para tratar cada grupo de pessoas da mesma idade – velho (*Vieux*) ou velhote (*Vielhard*) para os que não detinham status social e idosos (*Personne âgée*) para os que possuíam *status*.

No Brasil, ainda de acordo com Peixoto (*op cit*), a conotação negativa do vocábulo velho surgiu num processo semelhante ao francês, porém, em período mais recente. Antes dos anos 1960 os documentos oficiais denominavam as pessoas pertencentes à faixa etária de 60 anos ou mais simplesmente como velha. Apenas no final da década de 1960 que alguns documentos oficiais e a maioria das análises sobre a velhice recuperam a noção de idoso.

Mas, conforme se perguntou MASCARO (*op cit*) *afinal qual a idade da velhice?*

Beauvoir (1976) escreveu que o envelhecimento e a velhice aparecem com maior clareza aos olhos dos outros do que aos olhos de nós mesmos. E que na Idade Média era comum os autores se referirem as idades da vida (infância, puerilidade, juventude, adolescência, velhice e senilidade) sendo somente ao longo dos anos que o envelhecimento do ser humano passou a ser diferenciado segundo vários conceitos – idade cronológica, biológica¹³, social e psicológica.

A autora acrescenta que a primeira, cronológica, marcada pela data de nascimento nem sempre acompanha a biológica, que é determinada pela herança genética, do ambiente, as mudanças fisiológicas. A social, que se relaciona as normas, crenças, estereótipos e eventos sociais é controlada por meio do critério idade o desempenho dos idosos. A psicológica envolve mudanças de comportamento, das transformações biológicas, influenciada pelas normas e pela personalidade, sendo assim bastante individual. E também a econômica onde para as sociedades os idosos são aqueles que se aposentam.

Corroborando com esse pensar a divisão proposta por Siqueira *et al* (2002), acerca da velhice pode ser feita a partir de três eixos:

- O biológico/comportamentalista, que centra suas avaliações no processo fisiológico do envelhecimento, no qual estudos realizados por Chaimowicz (1987) são referencia, cabendo aos seguidores dessa linha pensar não somente aspectos relativos a alterações fisiológicas do organismo, mas também mudanças no perfil populacional e como as políticas públicas de saúde reagem ou devem reagir em relação a essas mudanças;

¹³ A vertente biológica é explicada por várias teorias (a do desgaste, do tempo de vida, da mutação genética, da não-compensação homeostática, do acúmulo de resíduos, das ligações cruzadas, da autoimunidade, dos radicais livres) que buscam apresentar teses biológicas para o envelhecimento e para as quais são apresentadas uma gama de críticas fundamentadas por uma diretriz condutora – o envelhecimento não é resultado de um único fator, mas de muitos fenômenos conjuntamente. ao lado dos genéticos, os aspectos sociais e comportamentais também são importantes.

- O economicista, que avalia os impactos da velhice nos serviços de saúde e benefícios previdenciários; e,
- O sociocultural (transdisciplinar), que busca ter uma visão holística dos dois aspectos anteriores.

Sobre o primeiro eixo, Veras (1994) reforça que associado ao processo de transição demográfica instaura-se outro processo de transição – a epidemiológica – doenças de intervenção primária (por exemplo – infecto-contagiosas) são substituídas por quadros patológicos mais caros e mais complexos, tais como doenças degenerativas e distúrbios mentais.

Já no segundo eixo a preocupação estaria focada em entender qual o lugar dos velhos na estrutura social produtiva, predominando estudos que procuram explicar a condição de “ex” ativo para inativo. Defendem também a ideia que ruptura com o mercado de trabalho tendo menor relação com uma base biológica do que com uma forma de estrutura social de produção, de demanda e de distribuição de postos de trabalho.

Para Salgado (1997) é “a aposentadoria decreta funcionalmente a velhice, ainda que o indivíduo não seja velho sob o ponto de vista biológico”, constituindo-se assim numa forma de produzir a rotatividade da mão-de-obra no trabalho pela troca das gerações.

Os autores que trabalham o viés economicista postulam que os idosos se defrontam com três instancias: a primeira de embate com trabalhadores da ativa, caracterizando aquilo que Simões (2006) oportunamente balizou de conflito de gerações trabalhistas; a segunda contra o Estado, fruto do descaso político, mau gerenciamento previdenciário e da propagação da ideologia de homogeneizar a velhice, que para Haddad (1993) reflete um tratamento histórico dado à velhice. E a terceira, na qual os aposentados ora são confrontados, ora se utilizam das ações tuteladas por grupos de terceira idade na luta pelos seus direitos.

Como pontos comuns entre a vertente biológica e a economicista destacam-se a condição de sujeito do velho e a preocupação destes onerarem os cofres públicos tanto na área de saúde quanto na previdenciária.

Já a vertente sociocultural, critica as duas anteriores argumentando que embora as questões demográficas e econômicas sejam plausíveis, são insuficientes para explicar a totalidade dos fatos que emergem da velhice como categoria analítica. Para os defensores dessa vertente a questão da velhice deve ser entendida como uma construção social. O pressuposto é que a sociedade e a cultura que estabelecem as funções e atribuições preferenciais de cada idade na divisão social do trabalho e dos papéis na família.

Por seu turno, a perspectiva transdisciplinar compreende a velhice como um fenômeno natural e social que se desenrola sobre o ser humano, que, na sua totalidade existencial abarca problemas e limitações de ordem biológica, econômica e sociocultural que singularizam seu processo de envelhecimento.

Beauvoir (1976) afirma fortalecendo os pressupostos da perspectiva transdisciplinar que é o movimento indefinido desta circularidade (físico-econômico-social) que deve ser apreendido, daí a necessidade de transcender as exterioridades, conjugando-as a visão que estes indivíduos têm da situação na qual são inseridos.

Quanto às imagens da terceira idade e as representações sociais da velhice Mascaro (*op cit*) alerta para o fato de que a sociedade determina o papel que os idosos irão representar e que estes absorvem ou rejeitam ou serão envolvidos por uma regulamentação social que massifica símbolos, imagens e estereótipos podendo exercer a função de referencia para os próprios idosos, mas também no que diz respeito a envelhecer.

Assim sendo, nos dias atuais a imagem dos idosos também transformou a maneira de nomear as pessoas. Hoje, tratar aquele que envelhece como velho possui conotação desrespeitosa e foi amplamente substituído por idoso, que busca significar a passagem do tempo, designando aquele que tem

bastante idade. Já a fase da velhice foi substituída pela 3ª idade ou maturidade, associada a uma velhice bem-sucedida.

De acordo com Debert (1998,1999) o termo terceira idade/melhor idade é construção da sociedade contemporânea e é utilizado para acreditar-se ser isento de conotações depreciativas e para atender interesses de um mercado de consumo emergente. Em geral essa categoria abarca idosos que ainda não atingiram a velhice mais avançada, destina-se para aqueles que estão na faixa entre 55 a 70 anos, e inclui indivíduos de boa saúde, com tempo livre para o lazer e novas experiências nessa etapa da vida. O que *per si*, mostra-se excludente e direcionado a atender determinado grupo social e aos interesses do mercado.

Sobre a homogeneização desse novo discurso de velhice Foucault (1985) instiga a pensar arguindo: *“para quem interessa estabelecer essa mudança de paradigma da frágil velhice para o discurso da melhor idade?”* acrescentando que mesmo em que se pesem todos os avanços da medicina nos dias atuais o biológico é poder e que a “venda” desse discurso se vê fortalecida pelo fato de que os mecanismos de poder por serem exercidos de fora, abaixo e ao lado do aparelho de Estado, demonstrando que a relação de poder e saber nas sociedades modernas com objetivo de produzir “verdades” cujo interesse essencial é a dominação do homem através de práticas políticas e econômicas de uma sociedade capitalista.

Belo (2002) acrescenta que esta forma contemporânea de enxergar os idosos e a velhice é reflexo da principal preocupação dos governos internacionais diante do aumento das demandas e das pressões que acarreta o envelhecimento populacional. Desta forma, os velhos como um coletivo social, tornam-se muito mais ameaçadores do que a velhice como fenômeno biológico. Dizendo a autora:

“Se antes, o envelhecimento era símbolo da proximidade ao fim da vida, neste momento, ela simboliza uma possível crise ou falência de algumas instituições públicas. Neste sentido, a alternativa encontrada para a solução desta problemática é estimular a participação produtiva deste grupo social na sociedade. Em paralelo, se elabora

um novo discurso sobre a velhice, baseado no conceito de envelhecimento ativo que rompe com o tradicional estereótipo sobre a velhice" (BELO, 2002).

Até recentemente, as políticas públicas tinham por base uma concepção que articulava a questão biológica da velhice com as exigências da modernização econômica. Como resultado, foi reforçado um estereótipo dominante em que as pessoas idosas significavam um peso social e econômico. Neste momento, a ênfase é exatamente em direção oposta: a pessoa idosa, não apenas é capaz, como também, deve participar do processo produtivo da sociedade.

Nesta perspectiva, de acordo com os estudos de Camarano (1999) a ideia de trabalho ou da necessidade de trabalho fica diretamente vinculada à nova imagem da pessoa idosa. Sendo a questão do trabalho de fundamental importância quando se pensa no tema da inclusão social. No entanto, há de ser observado o contexto socioeconômico atual que traz em si altas taxas de desemprego para a população economicamente ativa. Estudos realizados no Brasil revelam que a dependência entre idosos e jovens, foi invertida quando estes últimos passaram a depender das pensões de seus pais em face das dificuldades de inserir-se no mercado de trabalho.

Para alguns autores a defesa sem críticas do conceito de envelhecimento ativo pode gerar o aumento dos problemas e das dificuldades para grande parte dos idosos com pouco poder aquisitivo que não consigam integrar-se ao mercado de trabalho.

A velhice como sinônimo de vitalidade e saúde produz reações ambíguas. Se, por um lado, estimula a autoestima e a capacidade das pessoas idosas, destruindo os estereótipos anteriores de incapacidade; por outro, cria responsabilidade e obrigação por parte deste grupo social de buscar sua sobrevivência independente dos recursos públicos.

Belo (2002) pautada no que definem as diretrizes da ONU (2002) para orientar políticas para idosos, haja vista que estaríamos vivendo a Era do

Envelhecimento, que teria se iniciado em 1975 e perduraria até 2025, chama atenção ainda para defesa da velhice baseada no conceito de envelhecimento produtivo, uma espécie de velhice objetiva, fenômeno estrutural que abrange toda a sociedade, enfatizando que o processo de envelhecimento onera gastos sociosanitários e coloca em cheque o atual modelo previdenciário. Isso sem deixar de tratar do aumento de importância política representada por esse contingente de efetivo peso eleitoral, passando a velhice a se tornar uma questão central nos debates sobre planejamento de políticas públicas, visão de cunho neoliberal que apresenta, dentre outras, como proposta para solução ao sistema previdenciário a criação de oportunidades de empregos para maiores de 60 anos.

Essas abordagens atuais formuladas sobre a velhice, com frequência, ultrapassam observações objetivas e isentas de juízo de valor, tendência que segundo Haddad (1986) corresponde a Ideologia da Velhice, estruturada para reorganizar os comportamentos, conduzindo as pessoas a atuarem de maneira a atender aos interesses dominantes.

Podendo-se concluir que o conceito de velhice é construído por meio da elaboração de um discurso que tende a modificar-se de acordo com as necessidades econômicas e políticas do contexto histórico social, onde o status positivo ou negativo atribuído à velhice corresponde a uma explicação que legitima sua inserção ou exclusão dentro de um determinado contexto histórico.

Percebe-se mesmo historicamente a existência de um paradoxo, ora a velhice se apresenta como sinônimo de sabedoria/experiência X exclusão afastamento (que inclusive orienta medidas como a difusão de abrigos geriátricos e asilos). Atualmente, dada à redefinição das imagens dominantes, passasse a centrar o entendimento da realidade dessas pessoas e a abertura de espaços de participação nas diversas esferas sociais. Isto é, observa-se a transformação de uma abordagem centrada nos aspectos individuais e biológicos da velhice para uma perspectiva que identifica a pessoa idosa como um setor social de crescente importância.

Já em termos operacionais, analisando os critérios adotados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), pelo IBGE, pela legislação penal e pela previdência social brasileira nota-se que o marco etário é o definidor na conceituação de idoso.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002) a categorização enquanto idoso é diferenciada para países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nos primeiros, a instituição propõe que estudos e políticas considerem como idosas aquelas pessoas com o mínimo de 65 anos de idade. Para o segundo grupo de países propõe que o limite etário seja de 60 anos ou mais de idade, justificando a redução à ênfase dada aos aspectos socioeconômicos da população. Complementarmente, para Organização das Nações Unidas (ONU) a consideração da população idosa para estudos políticos e populacionais que enquadra pessoas com idade de 60 anos ou mais, tem sua justificativa balizada na conjugação de três aspectos: é a partir dessa idade se acentuam transformações biológicas; é nesse momento que acontece o desengajamento do mundo do trabalho e também há o descompromisso com alguns papéis tradicionais da vida.

Para o IBGE, o enquadramento enquanto idoso também apresenta variação em função do fim ao qual a classificação se destina. Para fins demográficos o instituto adota como a classe de pessoas com idade de 65 anos ou mais, contudo, para análise de indicadores socioeconômicos da população é aplicado o corte estabelecido pela OMS para países em desenvolvimento, ou seja, idosos são aqueles com de 60 anos ou mais.

A legislação penal brasileira adota para fins penais, em face do preconizado no Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003) e na Política Nacional do Idoso (Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994) que são classificados nesse grupo aqueles com idade de 60 anos ou mais.

Para fins previdenciários, a aposentadoria por idade, segundo o INSS, se diferencia em conformidade com a condição domiciliar e o sexo do requerente. Configurando-se a seguinte categorização: trabalhadores urbanos

do sexo masculino a partir de 65 anos e do sexo feminino a partir de 60 anos, já os trabalhadores rurais podem pedir aposentadoria por idade com cinco anos a menos – a partir de 60 anos para homens e 55 anos para as mulheres.

Diante do exposto e, dado aos enfoques analíticos deste estudo, o conceito adotado para as análises quantitativas considerou como idosas aquelas pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

2.2 Previdência social brasileira – estruturação e o pós “reforma” de 1998

Estabelecendo como marco temporal cem anos antes de ser instaurada a Constituição Federativa Brasileira e as legislações posteriores, no que se refere à previdência social é possível afirmar que mudanças expressivas aconteceram tanto em termos quantitativos, quanto qualitativamente e, que outras ainda dependem de uma efetiva reforma mais ampla do sistema. Os números mostraram uma maior preocupação com a temática após 1988, ratificada por um quantitativo de instrumentos legais em valor superior ao registrado nos cem anos anteriores (tabela 6).

Períodos*	Total de Leis, Decretos, Decretos-leis, Portarias, Emendas Constitucionais.
1888 - 1923	9
1923 - 1966	41
1966 - 1988	60
1988 - 2007	111

Tabela 6: Totais de leis, decretos, decretos leis e portarias abordando aspectos da previdência social brasileira no período de 1888 a 2007.

* Adotou-se como limite para o primeiro período (1923) a Lei Eloy Chaves¹⁴, o marco legal do sistema previdenciário brasileiro; para o segundo (1966) a fusão dos institutos e caixas de aposentadorias e pensões com a criação do INPS; e para o terceiro a Constituição Federal (1988). Fonte: MPAS - Histórico da Previdência Social Brasileira. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=64>. Acessado em 15 de fevereiro de 2011.

Organizado por: Danielle Pereira da Costa

Qualitativamente, a análise das disposições gerais e demais atos estabelecidos pelos instrumentos legais comprovou que até a década de 1960 predominou assuntos relativos à criação de fundos e caixas de aposentadorias e pensões setorializados, além de diretrizes pontuais sobre benefícios decorrentes de acidentes de trabalhos. Em que pese que na década de 1940 tenham se iniciado os diálogos e esboços de propostas mais amplas de regulamentação de regimentos gerais da previdência social, assim como a criação de conselhos e departamentos, estes de fato somente se consumaram na década de 1960 com a entrada em vigor da Lei nº 3.807, de 26 de agosto deste ano, que criou a Lei Orgânica de Previdência Social - LOPS, unificando a

¹⁴ Anteriormente a primeira lei foram encontrados registros sobre o tema previdência social em decretos Dom Pedro I que data de 1821 e, ainda, antecedendo esta data, constam apenas registros de programas de pensões a viúvas e dependentes da Marinha e o programa MONGERAL destinado ao amparo funcionários do Ministério da Economia.

legislação referente aos Institutos de Aposentadorias e Pensões e, em 1966, com a fusão dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Sendo válido dizer que o segundo período (de 1923 a 1966) marcado pela criação de fundos e institutos teve uma característica bem marcante: a desigualdade, pois cada um deles possuía uma estrutura específica de benefícios e contribuições, o que criava uma grande disparidade entre os níveis qualitativos e quantitativos de proteção social.

Outra questão de grande implicação e que para muitos se constitui em uma das razões históricas para o déficit previdenciário reside na utilização indiscriminada dos recursos desses fundos e institutos para o investimento em outras áreas, merecendo destaque a de investimentos imobiliários, como retrata o trecho extraído do documento que oferece um panorama da previdência social brasileira organizado pelo próprio Ministério (MPS, 2008):

“Na década de 1950, os recursos da Previdência Social, por intermédio dos Institutos, foram utilizados na construção da nova Capital da República, e seus recursos financiaram uma construção rápida e sem maiores ônus para o Tesouro. O financiamento da construção de Brasília foi, provavelmente, o maior investimento imobiliário dos Institutos durante toda sua existência (MPS, 2008, p.10).

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, conforme resumiram Beltrão *et al* (2000) com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), pela Lei .439, de 1º de setembro de 1977, as duas clientelas – urbano e rural foram unificadas e cada função passou a ser exercida por um órgão específico.

Nessas décadas, algumas entidades foram criadas e outras já existentes tiveram suas funções redefinidas. Ao INPS foi atribuída a parte referente à manutenção e concessão de benefícios aos segurados do próprio INPS e aos beneficiários do Funrural, extinto pela mesma lei. A prestação de assistência médica, tanto aos trabalhadores urbanos quanto aos trabalhadores e empregadores rurais, ficou a cargo de uma autarquia criada especialmente

para esse fim: o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), também extinto no início dos anos 1990, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ainda na década de 1970 outra autarquia, o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas), também havia sido criada com a finalidade específica de promover a gestão administrativa, financeira e patrimonial do sistema.

A assistência social às populações carentes ficou sob a competência da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA). Além dessas entidades, integram o Sinpas a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) – hoje denominada fundação CASA, a Empresa de tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) e a Central de Medicamentos (Ceme).

Mesmo com a manutenção de planos de benefícios distintos — e extremamente díspares — para os trabalhadores urbanos e rurais, o fato é que a instituição de um sistema previdenciário único, com a criação do Sinpas, marca o início de uma nova etapa: a universalização do seguro social no Brasil.

Esse processo de unificação se consolida com o determinado no artigo 194 da Constituição Federal de 1988, alterado pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998, que define que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Sendo de competência do poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos objetivos da universalidade da cobertura e do atendimento; da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; da irredutibilidade do valor dos benefícios; da equidade na forma de participação no custeio; da diversidade da base de financiamento; e do caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão *quadripartite* (governo, trabalhadores, empregadores, aposentados e pensionistas), com participação dos trabalhadores, dos

empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, sendo instituído para alcançar tal finalidade em 1995, o Ministério da Previdência e Assistência Social, como órgão gestor nacional, que conta em sua estrutura organizacional com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Escola da Previdência Social, a Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho (CT-SST), a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e uma rede de atendimento para prestação de serviços e concessão de benefícios, conforme será detalhado posteriormente, na qual atuam cerca de 42 mil servidores.

Ainda segundo o artigo 201 da Seção III (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) que trata da previdência social na constituição federal, esta se organiza sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; proteção à maternidade, especialmente à gestante; a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; a pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

Figura 6: Sistema Nacional de Previdência pela Lei 6.439, de 1o de setembro de 1977, as duas clientelas foram unificadas e cada função passou a ser exercida por um órgão específico. Fonte: MPAS - Histórico da Previdência Social Brasileira. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=64>. Acessado em 15 de fevereiro de 2011.

Fluxograma organizado por: Danielle Pereira da Costa

Sendo assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

1. Trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher¹⁵;
2. Sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.
3. E ainda assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

No que diz respeito a operacionalização do sistema previdenciário vale destacar o programa de melhoria do atendimento, que efetivou a modernização das agências e a informatização dos serviços; o tele-atendimento por intermédio do PREVFONE; a concessão de benefícios e certidões negativas emitidas via site da internet; a implantação de quiosques de atendimento; agências móveis; e o programa de estabilidade social que objetiva ampliar a filiação ao sistema e a cobertura. E que, pós-“reforma” de 1998, o sistema previdenciário no Brasil pode ter sua composição representada sistematicamente como no quadro 3:

¹⁵ Os valores tanto para homens quanto para mulheres são reduzidos em 5 anos para aqueles que completaram esses montantes até 16/12/1998 ou no caso dos inscritos até esta data: Homem: 53 anos e 30 anos + 40% de pedágio sobre o tempo que faltava para atingir 35; mulher: 48 anos e 25 anos + 40% de pedágio sobre o tempo que faltava para atingir 30.

Sistema Previdenciário Brasileiro	Regimes	
	Regime Geral de Previdência social	De repartição, obrigatório, nacional, com cobertura para trabalhadores do setor privado até o teto de R\$1.328,00, administrado pelo INSS, ampliado para R\$ 2.400, 00 pela “reforma” de 2003.
	Sistema de previdência complementar	Administrados por fundos de pensão com a possibilidade de benefícios de maior valor. Voluntária e de administração privada.
	Regimes próprios de previdência social (RPPS)	Compulsório, da União, estados e municípios, baseados na repartição, sendo o benefício equivalente à última remuneração e a previdência de militares.
	Formas de financiamento - 70% das receitas derivam de:	
	Contribuições sobre a renda do trabalho	- Empregado com carteira assinada, inclusive doméstico ou avulso – 8% a 11% do salário; - Do empregador: 20% sobre os salários dos empregados; 1 a 3% sobre os salários, conforme grau de risco da atividade; 12%, 9% ou 6% sobre o salário do empregado, cuja atividade ensinar aposentadoria especial aos 15, 20 ou 25 anos de contribuição; 3% da receita bruta ou faturamento (COFINS); 8% sobre o lucro líquido (18% no caso do setor financeiro); 0,38% sobre a movimentação bancária; 15% sobre o valor bruto de nota fiscal de serviços que lhe são prestados por cooperativas; 5% da receita bruta no caso de associação desportiva com equipe de futebol profissional; 2,6% sobre receita bruta de comercialização rural no caso da agroindústria; 2,6% sobre a receita bruta no caso do produtor rural, 2,1% no caso do produtor pessoa física. Do segurado especial rural: 2,1% sobre a comercialização de sua produção; Do empregador doméstico: 12% do salário; Dos contribuintes individuais: 20% sobre a renda efetiva; Do facultativo: 20% sobre o valor que desejar, respeitando o piso do salário mínimo e o teto de R\$1.561,56.
	Contribuições parafiscais	COFINS, CSLL, FEF, PIS, PASEP
	Cobertura	
	Abrangência	Idade avançada, maternidade e riscos de doença, invalidez, morte, desemprego involuntário e reclusão
	Modalidades	Aposentadoria por idade, por invalidez, por tempo de contribuição e especial; auxílios doença, desemprego, acidente, reclusão; pensão por morte; salários maternidade e família, benefício de prestação continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência.
	Serviços	Serviço social, perícia médica, reabilitação profissional
	Segurados	Empregados, empregados domésticos, trabalhadores avulsos, contribuintes individuais (empresários ou autônomos), especiais e facultativos

Quadro 3: Sistema previdenciário brasileiro pós “reforma” de 1998.

Fonte: Silva, A. A. (2010). Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2012.

Em 2003, depois de muitas contestações contra a proposta feita pelo então governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, lideradas em grande monta pelo funcionalismo público, as mudanças prioritariamente se concentraram no regime próprio Regime Próprio dos Servidores Públicos, por meio da Emenda Constitucional nº 41/2003 e no regime geral a única foi o aumento do teto do pagamento do benefício.

A concepção da Reforma da Previdência de 2003 teve como fundamentos respeitar os direitos adquiridos, atribuir conceituação previdenciária ao Regime Próprio e reverter o quadro de comprometimento do orçamento provocado pelos desequilíbrios existentes. A atual geração de aposentados, pensionistas e ativos terá respeitados os direitos adquiridos e regras de transição serão aplicadas aos que não possuem expectativa de direito, mas não direito adquirido. As futuras gerações, que são os ingressantes a partir da reforma, terão um novo sistema, com regras convergentes com o Regime Geral de Previdência Social. Quem já é aposentado ou completou as condições pelas regras atuais para acesso a esse benefício tem direito adquirido. Quem ingressou no serviço público até a EC nº 20, ainda pode obter aposentadoria integral apenas se completa idade 60/55 (H/M), + 35/30 anos de contribuição (H/M) + 20 anos de serviço público, 10 anos de carreira e 5 anos no cargo. Na EC nº 47 acrescentou-se a regra de transição permitindo aposentadoria “integral” para quem, na soma de idade e tempo de contribuição, possui 95 anos (homens) ou 85 anos (mulheres). Quem ingressou no serviço público antes de dezembro de 1998, pode ainda aposentar-se antes da idade 60/55 ao completar as regras da EC nº 20, mas sofre desconto de 5% do valor da aposentadoria por ano de antecipação (MPS, 2008).

Destacando-se para os estados e municípios os seguintes pontos:

- aplicação do teto remuneratório geral e subteto, respectivamente;
- obrigatoriedade de alíquota mínima de contribuição igual à da União (11% para o servidor);
- unificação dos Órgãos Gestores dos RPPS nos entes federados;
- consolidação da contribuição do órgão público enquanto empregador.

Em decorrência dessa evolução histórica, no País existem hoje três grandes regimes previdenciários: o Regime Geral, administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social, os Regimes Próprios dos Servidores Públicos e

Considerando que no que tange a dinâmica populacional dos últimos 30 anos que a consolidação do estreitamento da base da pirâmide, associado ao alargamento do seu topo, seguindo a lógica de um pensamento linear, defendido por alguns demógrafos e economistas que menos jovens significaria menos contribuições somado a mais idosos, consequentemente, mais benefícios, num sistema de repartição simples intergeracional onde os mais jovens pagam pelos mais velhos o resultado do aumento do déficit da previdência.

Já para aqueles que se debruçam sobre pensar o caráter redistributivo da previdência social, que pauta-se no princípio da garantia de renda mínima universal, é incontestável, nos últimos anos, o impacto da redução da pobreza decorrente da ampliação do acesso a benefícios contributivos e não contributivos, ainda que, essa ampliação culmine numa sobrecarga na visão de outros. Colocando ser imprescindível o fortalecimento das políticas transferência de renda e geração de empregos e que a mudança no direito estabelecido pela Constituição seria um retrocesso.

No que diz respeito as fontes de arrecadação sejam elas fiscais ou inerentes a contribuição sobre a renda, os embates giram entorno do estabelecimento/aumento da idade mínima, da previdência complementar e do fim da diferenciação por sexo. Tendo como pano de fundo para fomentar o debate o aumento expressivo de trabalhadores no emprego formal, portanto, aumento contributivo, a maior expectativa de vida feminina, devendo ser considerado a não equivalência salarial entre homens e mulheres.

E para os que se preocupam com os mecanismos de controle, faz-se indispensável ampliar as ações fiscalizatórias contra as sonegações, desvios, pensar a dívida ativa e rever os instrumentos regulatórios, com destaque para o calculo do fator previdenciário sobre o qual serão feitas maiores considerações posteriormente.

Tendo ganhado fôlego nas últimas discussões sobre o tema as seguintes ponderações:

- a) Renda Básica do Idoso, que corresponderia a um benefício universal não contributivo, de valor fixo e inferior ao salário mínimo, a ser concedido, sem qualquer restrição, a todos os brasileiros assim que completassem 65 anos de idade;
- b) Benefício Contributivo por Repartição, que equivaleria ao atual RGPS e englobaria todos os servidores públicos. Para a obtenção do benefício o trabalhador deverá contar com 65 anos de idade e pelo menos 40 anos de contribuição. Os valores mínimo e máximo do benefício seriam previamente fixados e a contribuição do trabalhador incidiria até o valor correspondente ao teto pré-fixado;
- c) Benefício Contributivo por Capitalização que, na proposta dos autores, seria obtido a partir da transformação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em seguro-desemprego e poupança capitalizada para aposentadoria. O FGTS seria gerido exclusivamente pelo Estado, remunerado a taxas reais e competitivas e só poderia ser sacado em caso de desemprego, aposentadoria ou morte. Hoje tal Fundo destina-se apenas aos trabalhadores formais da iniciativa privada, mas na proposta ora sob análise propõe-se que o mesmo seja estendido para os servidores públicos;
- d) Benefício Contributivo Voluntário por Capitalização, que corresponderia ao benefício obtido pela vinculação voluntária do trabalhador a contas individuais capitalizadas e gerida por instituição financeira de escolha do participante.

A Renda Básica do Idoso substituiria o atual Benefício de Prestação Continuada de caráter assistencial e seria financiado pelo Governo Federal, tal como hoje ocorre. Para financiamento do Benefício Contributivo de Repartição, ou seja, do regime previdenciário de repartição unificado, os novos trabalhadores contribuiriam com 5% das respectivas remunerações, limitado ao teto de benefícios, e as empresas contribuiriam com 10% incidente sobre a

mesma base de cálculo, inclusive sobre o que superar o teto. Como a carga contributiva desse novo sistema seria menor do que a vigente, o que poderia gerar desequilíbrio no mercado de trabalho, propõe-se uma contribuição adicional de 10% para as empresas, chamada de contribuição isonômica, que seria destinada a financiar os atuais trabalhadores em atividade.

Em relação aos regimes previdenciários em vigor, os autores são favoráveis a uma reforma com regra de transição. Neste sentido, propõem a fixação gradual da idade mínima de 65 anos para aposentadoria de todos os trabalhadores; eliminação, também gradual, de diferenças no tempo de contribuição necessário para a obtenção da aposentadoria; desvinculação do benefício previdenciário mínimo do salário mínimo; e a substituição do atual Benefício de Prestação Continuada destinada aos idosos pela Renda Básica do Idoso, cujo valor inicial poderia equivaler a 1 salário mínimo, mas deveria ser gradualmente reduzido para alcançar um valor menor ao longo dos próximos 40 anos, quando os novos trabalhadores estariam se aposentando.

Quanto à estrutura física, conforme dados disponibilizados pelo Ministério da Previdência Social (MPS), via consulta ao sistema INFOLOGO/DATAPREV (2013), a rede de atendimento ao público da Previdência Social é composta por unidades de atendimento fixas e móveis. Atualmente são 1.343 Agências da Previdência Social (APS) e, entre essas, 10 são APS Benefícios por Incapacidade, 17 APS Demandas Judiciais e 68 unidades móveis (PREVMóvel), sendo 64 carros e 04 barcos. Segundo o Ministério da Previdência Social (2012), as APS são responsáveis pela inscrição do contribuinte, para fins de recolhimento, bem como pelo reconhecimento inicial, manutenção e revisão de direitos ao recebimento de benefícios previdenciários e ampliação do controle social.

Pela extensão territorial da rede de agências da Previdência social ilustrada na figura 8, foi possível avaliar que dispersão das agências encontra maior concentração espacial nas capitais e municípios das regiões Sudeste, Sul e Nordeste do país, sendo verificado nas regiões Centro-Oeste e Norte, um

rareamento na disponibilização das agências. Essa situação se justifica pela seguinte razão – predominantemente, é o critério demográfico que norteia a política de abertura de agências, em face da demanda exercida por municípios mais populosos (como corte para instalação o INSS considera aqueles municípios com população acima de trinta mil habitantes). Contudo, como foi exposto sobre o município de Lábrea, a implantação de uma APS também pode está associada à políticas de efetivação da presença do Estado, sobretudo, em alguns municípios situados nas regiões Norte e Nordeste, no intuito ampliar o acesso a serviços públicos e àqueles relacionados a políticas de distribuição de renda. Evidenciando numa análise mais ampla, um ganho para população, posto que, é uma realidade constitucional chegando aos lugares.

Figura 8: Distribuição das Agências da Previdência Social, segundo os municípios brasileiros.
 Fonte: <http://www010.dataprev.gov.br/enderecoaps/mps1.asp>, acessado em 2012.
 Organizado por: Danielle Costa, 2013.

No entanto, outro olhar sobre o mapa da distribuição espacial das agências da previdência social pelos municípios brasileiros suscita o questionamento – como a população dos municípios que não possuem agência faz para ter acesso aos serviços previdenciários? E para respondê-la outra espacialização foi exercitada a luz dos dados disponíveis para os municípios do estado do Amazonas (figura 9), e contribuiu para a construção de uma análise espacial além da nominal disponibilizada pela consulta de endereços cadastral¹⁶ sendo revelado um quadro preocupante no que diz respeito à rede de atendimento, especialmente, considerando-se as distâncias, a disponibilidade de serviços de transportes e custos de deslocamentos entre os municípios amazônicos.

¹⁶ Essa consulta nominal foi realizada para cada um dos 5664 municípios brasileiros e as informações foram sistematizadas de maneira quantitativa para posterior espacialização utilizando sistema de informações geográfica. Contudo, o exercício da cobertura de abrangência de atendimento de municípios por aqueles que não possuem foi tabulada apenas para o estado do Amazonas, dado ao interesse analítico da tese.

Figura 9: Amazonas - Agências de Previdência Social segundo os municípios e rede de abrangência territorial. Fonte: Ministério da Previdência Social. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/enderecoaps/mps1.asp>, acessado em fevereiro de 2013. Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2013.

Assim, a análise da distribuição espacial das agências da previdência social e suas respectivas áreas de abrangência territorial, no estado do Amazonas, revelou que Manaus, capital do estado, que possui 5 agências, tem 13 municípios sob sua abrangência. Seguidamente, os municípios de Tefé, Itacoatiara e Manacapuru, são “responsáveis”, respectivamente, por 8, 4 e 4 municípios se constituindo, junto a Manaus, nas comarcas que recobrem os maiores quantitativos de municípios. Aparecendo com menor quantidade de municípios sob sua circunscrição, as agências situadas em Tabatinga e Lábrea, cada um com 3 municípios tutelados; Parintins, Autazes, Eirunepé e Benjamim Constant, com 2 municípios cada; e, Maués e Coari, com 1 município sobre sua compreensão cada, havendo de ser considerado, no entanto, que cada um desses demais municípios, com exceção de Manaus, possui apenas uma agência da previdência social.

Não se pode desconsiderar ainda, um enfoque sobre as distâncias, meios de transportes e custos para que a população acesse esses serviços previdenciários. A guisa de exemplificação notaram-se algumas incongruências de direcionamento da população dos municípios que não possuem APS para aqueles que possuem agência, como aquelas indicadas para os residentes nos municípios de Carauari, que poderiam ser dirigir a Tefé, ao invés de Manaus, visto que, tanto por barco ou por avião, o tempo de deslocamento e os custos são mais elevados, com o agravante de que pelo fato de não existir aeroporto no município de Carauari com voos regulares, essas pessoas na melhor das opções teriam que se deslocar para Tefé e, de lá, por via aérea, barco ou voadeira, até Manaus, culminando num maior custo com o deslocamento. Situação semelhante ocorre com aqueles que moram em Manaquiri e Caapiranga que poderiam ser atendidos em Manacapuru, em detrimento de Autazes e Manaus, respectivamente, justificando-se o redirecionamento seja pela redução das distâncias a serem percorridas, haja vista serem municípios limítrofes a Manacapuru seja pela oferta maior e custos menores pagos na utilização de meios de transporte hidroviários.

Contudo, entendendo que a demanda deve ser avaliada a partir do contingente de população potencialmente demandante de serviços das

agências, que por sua vez, transcendem os aposentados, dado ao fato que pensões e demais auxílios podem ser pagos a pessoas em diferentes faixas etárias, nota-se maior impacto da procura sobre as agências de Manaus, que computa um somatório de população potencial demandante sobre suas agências de 2.168.569 de pessoas; e, em especial sobre a agência do Porto, única, dentre as 5 existentes no município, indicada para a população dos 13 municípios do interior à serem atendidos. Ficando as outras 4 agências destinadas ao atendimento da população residente na capital. O que por outro lado significa dizer, que o maior direcionamento para Manaus não apresenta coerência posto que, ele não é pulverizado entre todas as agências existentes no município e sim concentrado na agência Porto.

Já a área abrangida por Tefé atende o segundo maior contingente potencial por serviços previdenciários, seguido por aquela coberta por Parintins, que embora possua um menor número de municípios sob sua “responsabilidade”, quando comparado a Manacapuru e Itacoatiara, possui uma maior quantia de população potencialmente demandante por serviços relacionados à seguridade social. O mesmo acontecendo com Coari em relação à Lábrea (tabela 7) e figura 10.

Município com APS	Total de APS	Municípios Abrangidos	População potencialmente demandante - 2010
	4	1	1.802.014
Manaus	1	13	366.555
Tefé	1	9	171.935
Parintins	1	4	164.760
Manacapuru	1	5	141.881
Itacoatiara	1	5	132.036
Tabatinga	1	4	103.299
Coari	1	2	99.171
Lábrea	1	4	87.682
Autazes	1	3	85.632
Benjamim Constant	1	3	79.986
Eirunepé	1	3	79.986
Maués	1	2	67.215

Tabela 7: População potencialmente demandante de atendimento, segundo a área de abrangência dos municípios que possuem agências da Previdência Social.

Fontes: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Ministério da Previdência Social. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/enderecoaps/mps1.asp>, acessado em fevereiro de 2013. Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2013.

Outras quatro situações que merecem ser ponderadas são as seguintes:

1. Apenas o município de Presidente Figueiredo possui agência e nenhum outro município sob sua responsabilidade, e comparativamente aos demais, registra menor contingente populacional a ser atendido e ainda abaixo dos 30 mil habitantes, critério demográfico adotado para implantação de agências. Assim sendo, o que pode justificar a instalação da APS é importância histórica que este possui, decorrente das atividades econômicas instaladas em seu território, tais como, indústrias do setor mineral e aquelas vinculadas à geração de energia (hidrelétrica de Balbina), que concentram grande número de trabalhadores demandantes por serviços da seguridade social;
2. Os municípios de São Gabriel da Cachoeira, Boca do Acre, Humaitá, Nova Aripuanã, Borba, Iranduba, Careiro e Nova Olinda do Norte por possuírem população acima de 30.000 habitantes deveriam possuir agências instaladas;

Figura 10: População potencialmente demandante de atendimento, segundo a área de abrangência dos municípios que possuem agências da Previdência Social.

Fontes: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Ministério da Previdência Social. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/enderecoaps/mps1.asp>, acessado em fevereiro de 2013.

Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2013.

3. No que diz respeito ao atendimento aos municípios de Boca do Acre e Guajará por municípios acreanos, este se justifica pela facilitação de acessibilidade terrestre feita por rodovias federais que os interligam conforme ilustram as figuras 11 e 12; e,

Figura 11: Rodovia BR-317 interligando os municípios de Boca do Acre (AM) a Rio Branco (AC). Fonte: Imagens DigitalGlobe. GeoEye, US. Geological Survey. Dados Cartográficos GoogleMaps, 2013. Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2013.

Figura 12: Rodovia BR-307 interligando os municípios de Guajará (AM) a Cruzeiro do Sul (AC). Fonte: Imagens DigitalGlobe. GeoEye, US. Geological Survey. Dados Cartográficos GoogleMaps, 2013. Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2013.

4. Já o município de Iranduba é o único a não possuir agência da previdência social e para o qual não consta especificação de área de abrangência por outro município. Para tal situação duas hipóteses podem ser levantadas: a primeira, concernente a uma possível descon sideração da dinâmica demográfica recente (visto que o crescimento populacional expressivo no município ocorreu entre 2000-2010); e, a segunda, atrelada a uma falha de notificação da abrangência no sistema cadastral, destarte, ainda menos provável do que a primeira.

Diante do exposto sobre a evolução institucional do sistema previdenciário social brasileiro vê-se como um grande avanço trazido a inclusão de um capítulo específico para garantir a seguridade social na Constituição de 1988, da qual a previdência faz parte. Contudo, em que pesem as mudanças legais ocorridas e a ampliação de investimentos na estruturação da sua rede de atendimento, a previdência não foi objeto efetivo de “reforma”, mas sim de ajustes.

Quando se analisa as mudanças nos regimes, por exemplo, nota-se que não houve uma substituição do regime de previdência social, o que aconteceu foi uma redefinição de alguns dos parâmetros do regime existente, de repartição simples definido como aquele em que os contribuintes ativos de hoje pagam pelos inativos amanhã, na esperança de novas gerações de contribuintes venham a fazê-lo quando passarem para a inatividade.

Merecendo destaque, dentre algumas alterações feitas tendo como pano de fundo as discussões sobre o déficit previdenciário, a instauração do fator previdenciário¹⁷, que é um mecanismo que inibe a aposentadoria só por tempo de contribuição, antes da idade mínima sugerida de 60 anos para mulheres e 65 para homens. Quanto menor a idade no momento da aposentadoria, maior é o redutor do benefício, assim sendo, quando ocorre aumento na expectativa de vida (a brasileira passou de 72,8 para 73, 2 anos), esta notícia que *per si* deveria ser positiva, no entanto, para quem pretende se aposentar essa alta embute uma consequência negativa, porque o indicador ao ser levado em conta no cálculo do fator previdenciário implica na regra maior fator, e menor valor do benefício. Conforme exemplifica Jane Berwanger, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP, 2012), explicando que o impacto consiste no seguinte:

¹⁷ O fator previdenciário foi criado em 1999, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, para conter os gastos com a previdência. Seu funcionamento é composto por uma fórmula complexa, que se baseia na idade do trabalhador, tempo de contribuição à Previdência Social, expectativa de vida do segurado e um multiplicador de 0.31.

“é como se a pessoa fosse receber por mais tempo então começa recebendo menos. Um trabalhador que vier a se aposentar com 55 anos e 35 de contribuição terá um benefício de 0,4% menor do que o anterior, considerando o aumento citado da expectativa de vida. Pelos cálculos da Previdência, considerando a mesma idade e o mesmo tempo de contribuição, o segurado terá que trabalhar 41 dias corridos para manter o mesmo valor benefício da tabela anterior. Em termos gerais parece pequena a diferença, mas a cada ano, altera um pouquinho e o acumulado de mudanças desses últimos anos, vem impactando no valor do benefício. Outro ponto importante refere-se ao fato de que a tabela de cálculo do fator não tem limite, isso é, a expectativa de vida ao nascer é de 73,2 anos, mas para quem tem 73 anos, a expectativa é de que chegue a viver até 85,9 anos (em termos médios), o que reduz o valor do benefício para também quem se aposenta mais tarde”. (informação pessoal)

Silva (2010) esclarece que o fator previdenciário contribui para reduzir o valor do benefício previdenciário no momento de sua concessão de maneira inversamente proporcional à idade de aposentadoria do segurado. Ou seja, quanto menor a idade de aposentadoria maior é o redutor e, por conseguinte, menor o valor do benefício. As novas regras vêm representando, por seu turno, a imposição de perdas aos segurados, uma vez que o eixo da reforma foi o aumento da idade média de concessão do benefício implicando na expansão do período contributivo, redução dos gastos no curto caso pela postergação da concessão.

E, em que pese o consenso acerca das medidas modernizantes, daquelas jurídicas associadas às Leis 10.843/02 e 9.983/00 relativas a inversão do ônus da prova, do reconhecimento automático de direitos e dos crimes contra a previdência¹⁸, do aprimoramento das medidas de arrecadação e de mecanismos de filiação, do combate a sonegação e fraude, das ampliações das discussões sobre ampliação da cobertura, do papel social da transferência de renda no combate a pobreza, ou mesmo da previdência complementar, persiste a reprodução da desigualdade, da solidariedade desproporcional, das diferenciações entre os setores público e privado, do impacto dos benefícios assistenciais sem base contributiva, o déficit fiscal, que acabam por colocar em posição contrárias a competitividade e o bem-estar social, tendendo este último

¹⁸ A Lei 10.843 de 8/1/2002 estabeleceu o reconhecimento automático de direitos com base nos registros da Previdência Social, desobrigando o segurado de apresentar documentos comprobatórios de tempo e valor de contribuição. E a Lei 9.983/00 aborda sobre as punições contra apropriação indébita, sonegação e/ou omissão de informações.

a sucumbir as estratégias do mercado e sistematicamente sendo adiada uma reforma substancial do sistema previdenciário do país. Revelando interesses que extrapolam o sistema previdenciário público, dissociando a política social da econômica, reduzindo a concepção de seguridade social ao cálculo financeiro e atuarial, isolando o déficit do conjunto de questões de financiamento do estado e ainda, opondo os setores públicos e privados.

Ainda que, concordando com Vianna (2001)

“A expressão seguridade social implica uma visão sistêmica da política social e com este sentido foi inscrita na constituição de 1988. Ao adota-la, a Carta consignou o entendimento da política social como um conjunto integrado de ações, como dever do Estado, e como direito do cidadão. Incorporou assim, ainda que tardia e nominalmente, uma das grandes marcas do século XX. Pois seguridade social é um termo cujo o uso se tornou corrente a partir dos anos 40, no mundo desenvolvido e particularmente na Europa, para exprimir a ideia de superação do conceito de seguro social no que diz respeito à garantia de segurança das pessoas em situações adversas. Significa que a sociedade se solidariza com o indivíduo quando o mercado o coloca em dificuldades. Ou seja, significa que o risco a que qualquer um, em princípio, está sujeito, deixa de ser meramente individual e passa a se constituir em uma responsabilidade social, pública. No Brasil, a intenção constituinte integrou as áreas de previdência, saúde e assistência social sob a rubrica da seguridade. Assim, sinalizou possibilidades de expandir as ações e o alcance das mesmas, buscando manter o espírito de uma proteção universal e distributiva”. (VIANNA, 2001).

Além do anteriormente colocado, pontos como as renúncias fiscais associadas ao SIMPLES (sistema no qual são cadastrados micro e pequenas empresas), o acúmulo de benefícios, o auxílio reclusão que pesam no financiamento da previdência, tanto ou mais do que a previdência rural, tida por muitos como responsável pelo déficit, ainda precisam ser revistos. Tendo-se como uma possível estratégia para a garantia da previdência a ampliação das políticas de transferência de renda, não como assistencialismo, mas acompanhada por políticas de geração de emprego e renda e, ainda, que a garantia de fontes de financiamento para previdência seja oriunda de outras fontes fiscais que vão além daquelas decorrentes das contribuições sociais.

2.3 Normativas previdenciárias e a instituição do sistema financeiro creditício para idosos, possibilidades e riscos

No que diz respeito as normativas financeiras de acesso ao crédito, em concordância com que dizem Abigail & Mendonça (2010) é preciso ampliar o debate acerca das facilidades propostas pelas instituições financeiras de empréstimo consignado a aposentados e pensionistas. Haja vista, que embora avanços tenham ocorrido com o Estatuto do Idoso e por meio da organização da própria sociedade em organizações de defesa do direito da pessoa idosa e pela elaboração e implantação do Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa, por intermédio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), ainda são limitadas as ações e espantosamente versátil as táticas de violência financeira praticada contra idosos.

Em termos estatísticos, os números de denúncias de maus tratos contra idosos também reforçam a necessidade de aprofundamento da questão, prioritariamente em função do aumento expressivo nos últimos anos de idosos vitimados pelo golpe do empréstimo consignado ilegal. Segundo dados da SDH/PR (2012) entre 2011/12 triplicaram as denúncias passando de 7 para 21 mil o número de idosos que sofreu no país algum tipo de violência, o que representa um aumento de 200%, destacando-se entre os crimes mais comuns os de maus tratos e abandono, seguidos por aqueles relacionados ao gasto indevido do dinheiro dos idosos¹⁹ e, estando entre os principais agressores o próprio filho (51,1%), os netos (8,2%) e outros - parentes e/ou demais conviventes, vizinhos e desconhecidos que somam os demais 40,7% entre os acusados pelos atos de violência contra o idoso.

Para Abigail e Mendonça (*op cit*), o empréstimo consignado para pessoa idosa que foi implementado em 2003 no país constitui-se no:

¹⁹ Em reportagem apresentada no programa Fantástico de 13 de janeiro de 2013 a hierarquização dos crimes mais denunciados posicionou em 1º o de negligência, o 2º de violência psicológica, o 3º o de abuso financeiro e econômico, o 4º de violência física e o 5º o de abandono.

“planejamento e operacionalização de uma reengenharia política, econômica e social, com grande investimento de marketing em que está estabelecida a aliança entre os aposentados e pensionistas, (com a renda garantida advinda da aposentadoria), entre o estado, (com a adoção de medidas políticas, entre a área econômica e social (com o planejamento da burocracia e auferindo receitas com informações e públicos focalizados), e as instituições financeiras (auferindo os lucros) (Abigail & Mendonça, 2010, 225p.).

Onde o programa de empréstimo consignado com pagamento em folha instituído pela lei 10.820/2003, com teto estipulado de desconto pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), opera com três modalidades: a primeira, intitulada consignação direta – o INSS faz o repasse do valor consignado a instituição financeira a qual mantém o convenio e é contratada pelo titular beneficiário; a segunda, que diz respeito a retenção (instituída pela Lei 10.953/2004), em que o INSS repassa o valor integral do benefício para instituição financeira pagadora do benefício, que retém o valor do desconto (transação que só ocorre com os bancos pagadores de benefícios do INSS); e a terceira prevista na Instrução Normativa (IN) número 17 do INSS, a qual é realizada com o cartão de crédito que algumas instituições financeiras oferecem aos beneficiários, possibilitando 10% da margem consignável.

De maneira sistemática o quadro 4 sintetiza, a partir da lei 10.280 de 2003 que trata da consignação, o que preconizam as principais leis, decretos e instruções normativas sobre o assunto estabelecidas pelo INSS até 2011.

Ano	Legislação	Síntese das resoluções
2003	Lei 10.820	Trata da consignação – autoriza empréstimos para aposentados e pensionistas com descontos das parcelas nas folhas de pagamento e do programa de concessão de crédito consignado.
2004	Lei 10.953/2004	Define que os titulares da aposentadoria poderão autorizar as instituições bancárias para fins de amortização por ela concedidos.
2005	IN INSS/ 14/10/2005	Estabelece critérios visando ampliar o acesso ao crédito, simplificando procedimentos de tomada de empréstimos e a possibilitar a redução dos juros praticados. Define o limite de 30% do valor do benefício para o somatório dos descontos e/ou retenções consignadas para pagamento de empréstimos, financiamento ou operações mercantis.
2006	IN-121 do INSS de 12/05/2006	Proíbe em seu artigo 13, a partir dessa data, a cobrança da TAC – Taxa de Abertura de Crédito e demais taxas.
2008	IN-01 do INSS de 07/01/2008	Reduz o limite de endividamento de 30 para 20% em relação aos vencimentos dos segurados, ou seja, o aposentado só poderá comprometer 20% da sua renda com empréstimo. Amplia o prazo de pagamento das prestações de 30 para 60 meses. Possibilita ainda o beneficiário a destinar outros 10% de seu limite para operação com cartão de crédito. A operação não poderá ultrapassar três vezes o valor mensal do benefício, antes não havia limite para operação.
2008	IN 28 de 16 de maio de 2008	Estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de empréstimos e cartão de crédito, contraídos nos benefícios da Previdência Social. Disciplina sua operacionalização entre o INSS, as instituições financeiras e a DATAPREV, simplifica o procedimento de tomada de empréstimo pessoal e cartão de crédito e possibilita a redução de juros praticados por instituições financeiras conveniadas.
2008	Decreto No. 6523 de 31 de julho de 2008	Fixa as normas do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) por telefone. E a proibição da oferta de serviços de crédito por telefone.
2009	IN 39 do INSS de junho de 2009	Regulamenta que os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte poderão autorizar o desconto no benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito desde que, este tenha sido realizado com instituição financeira que possua convênio com o INSS/DATAPREV; mediante contrato firmado e assinado com apresentação de documento de identificação e autorização de consignação assinada, não podendo esta ser feita por telefone, ou por meio de voz gravada. Os descontos não poderão exceder o limite de 30% do valor da renda mensal do benefício (podendo este ainda ser dividido em 20% para empréstimo pessoal consignado e 10% para modalidade cartão de crédito).
2010	IN INSS/PRES Nº 43, de 19 de janeiro de 2010	Estabelece critérios e procedimentos operacionais para a consignação de descontos para pagamento de empréstimos pessoal e cartão de crédito, contraídos pelos beneficiários da Previdência Social no que tange ao acompanhamento dos correspondentes bancários subcontratados das instituições financeiras identificando o operador do crédito no ato da contratação, bem como, a comissão aplicada.
2011	-	-

Quadro 4: Síntese das resoluções legislativas relativas ao empréstimo consignado no período de 2003 a 2011.

Fonte: Ministério da Previdência Social. SISLEX – Sistema de Legislação da Previdência Social. Disponível em: <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/indexpub1280.asp>. Acessado em: 19 de setembro de 2011 e 5 de maio de 2012. Organizado por: Danielle Costa, 2012.

Nota-se pelas sínteses textuais das principais normativas que as medidas políticas e econômicas concertadas, de aparente concessão de benefícios aos aposentados, embora se constituam em uma ação importante, visto que, proporcionam dinamismo econômico, em especial para os pequenos municípios brasileiros acabam também por privilegiar, mormente, o sistema financeiro e creditício, visto que, mesmo com taxas de juros menores²⁰ do que outras praticadas pelas demais modalidades creditícias, em função dos longos prazos para pagamento das parcelas, e, a garantia de desconto direto em folha de pagamento, esse tipo de empréstimo gera lucros altíssimos ao sistema financeiro e endividamento por parte dos aposentados.

Para os idosos, de acordo com os estudos de Abigail & Mendonça (*op cit*), o que na maioria das vezes pode ser um alívio imediato aos beneficiários dada à disposição de dinheiro rápido para atender suas necessidades, ao longo prazo tem trazido graves consequências para sustentação desses idosos e de suas famílias.

Vendo-se ratificada a importância das categorias analíticas *evento* - manifestado neste caso na promulgação de leis, de políticas e de ações, dependente de conteúdos políticos, sociais e culturais. E *norma*, como diz Contel (2011),

“não no seu sentido geral de uma fórmula abstrata daquilo que deve ser, mas principalmente em uma acepção mais específica como “regra”, lei, ou simplesmente como “norma jurídica”. Nos quadros de uma formação socioespacial, elas delimitam a dinâmica de cada ator na divisão social do trabalho, assim como procuram regular a distribuição dos elementos do espaço geográfico (empresas, infraestruturas, incentivos fiscais etc.). Uma norma jurídica pode autorizar (ou não) que um evento histórico se geografize na parcela do espaço sobre a qual ela tem poder de regulação (CONTEL, 21p 2011).

Posto que, o evento do empréstimo consignado garantido aos aposentados pode ser analisado como assevera Braudel (1992, p.45) como

²⁰ As taxas de juros tem como teto o percentual de 2,34 ao mês para o empréstimo consignado e até 3,36% no cartão de crédito, podendo variar de uma instituição financeira para outra dentro desses limites. Segundo o INSS, na tabela divulgada em maio de 2012, são 57 as instituições financeiras credenciadas pelo Instituto para ofertar esta modalidade de crédito.

uma “novidade sonante” no cenário financeiro-creditício nacional, que teve ainda de acordo com Contel (*op cit*), sua instalação no espaço geográfico dependente de conteúdos políticos, sociais e econômicos, ainda que, as normativas regradoras do mesmo não acompanhem seu tempo de dispersão no espaço.

Por outro lado, a *técnica* outra importante categoria da análise geográfica passa a ocupar papel de destaque na análise das possibilidades e riscos dos empréstimos consignados, ao passo que reside na sua modernização à permissão para maior fluidez de acesso ao crédito e a dispersão territorial das financeiras nos municípios brasileiros. E como disse Santos (1997) a aceleração contemporânea mediada pela técnica que permite a co-existência de temporalidades hegemônicas e heterogêneas como a expressa pela difusão do meio técnico digital que ao mesmo tempo que oferece o acesso a benefícios e ao crédito aos idosos, os fragiliza, em especial pelas limitações educacionais e informacionais que estes possuem, ratificando a hipótese defendida na tese.

Cabe considerar que a concepção de técnica, como aborda Contel (2010) se apoia na noção de que as técnicas são sempre técnicas sociais, sejam elas de consumo, de produção, de transportes, informacionais e que mediam as relações dos atores entre si.

Merecendo assim, algumas perguntas serem respondidas: Como as redes técnicas permitem a interligação entre idosos aposentados e as financeiras? Que *psicosfera* e *tecnosfera* são utilizadas para favorecer a disseminação do microcrédito, especialmente sob a carteira de negócios dos empréstimos consignados? Essas duas perguntas nortearam a compreensão de como se constitui o meio técnico científico informacional na produção de territórios de atuação das financeiras.

Para Contel (2011) o despontar das técnicas de informação e os respectivos processos de automação tem permitido uma nova forma de vida urbana e da fluidez da informação e do dinheiro produzindo um novo

comportamento na ação das instituições financeiras na oferta de crédito. Para o autor:

“a base material que torna possível essa dinâmica é profundamente marcada pela inovação e pela consolidação das técnicas de informação, acrescidas a um meio-técnico-científico já consolidado e urbanizado, com atividades e populações demandantes de crédito para satisfazer seus consumos produtivos e consumptivos (CONTEL, p.15, 2011).

De acordo com Santos (2001) as características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas. Desse modo, o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios. Para este autor, o período atual é ainda incompleto, especialmente no que tange as inovações relativas à informação e à comunicação, onde parecem residir os principais elementos do mundo novo cuja formação se está assistindo.

Castells (1999) corrobora com esse pensar dizendo que vivemos a era da informação, regida pelas tecnologias da informação que se constituem em substância de muitas outras tecnologias e a condição de suas operacionalidades e, que, devemos compreender o seu funcionamento a partir da tríade combinação entre a tecnologia digital, a política neoliberal e os mercados globais.

De forma sistemática SANTOS (2001) reúne em cinco categorias os produtos e serviços advindos da presente revolução científico-técnica: 1) inovações ligadas à mídia rádio-televisiva (rádios e televisões locais, vídeos, televisão por cabo...); 2) novos serviços ligados à rede telefônica (secretária eletrônica, telealarmes, fax, reuniões à distância...); 3) microcomputadores e computadores domésticos, utilizados em jogos, na gerência das atividades e do orçamento doméstico, no aprendizado, como carnê de endereços; 4) produtos novos nascidos da combinação das três precedentes categorias (videotexto, teletexto, bancos de dados, transferências bancárias eletrônicas...); 5) produtos que invisivelmente incorporam componentes eletrônicos (máquinas

fotográficas, câmaras cinematográficas, jogos, aparelhos domésticos automóveis...) sendo uma das características marcantes do sistema atual, comparado com os anteriores, a rapidez de sua difusão, que somente encontra limites pela imposição da divisão do trabalho e pelas condições de criação de densidade.

Focando nos grupos 3 e 4 arrolados por Santos (*op cit*) destaca-se o computador e a *internet* como símbolos desse período, graças ao poder de ambos em ampliar a comunicação, a transmissão e o recebimento de dados, mensagens e informações contribuindo para aceleração do tempo. E sobre essa compressão temporal Santos (*op cit*) chama atenção para a inserção do território. O autor explica que:

O exemplo mais flagrante é o da vida urbana atual, uma permanente corrida atrás dos horários. A cidade moderna nos move como se fôssemos máquinas, e os nossos menores gestos são comandados por um relógio onipresente. Nossos minutos são os minutos do outro e a articulação dos movimentos e gestos é um dado banal da vida coletiva. Quanto mais artificial é o meio, maior a exigência dessa racionalidade instrumental que, por sua vez, exige mais artificialidade e racionalidade. Mas esses imperativos da vida urbana estão cada vez mais invadindo o campo modernizado, onde as consequências da globalização impõem práticas estritamente ritmadas. A racionalidade que estamos testemunhando no mundo atual não é apenas social e econômica, ela reside também o território. (SANTOS, 2001, p.122).

É fato que a associação entre território e técnica também se explicita por esta última ajudar a construir novos territórios e atribuir funções a antigos podendo-se referir a uma "desterritorialização" das técnicas, que após se instalarem no seu novo meio e formarem sistema com as técnicas preexistentes promovem uma "reterritorialização".

Quanto à unicidade de tempos e espaços Ferrara (1993) diz que o processo de convergência dos momentos corre paralelamente ao desenvolvimento das técnicas, sobretudo as técnicas da velocidade e da medida do tempo.

No que se refere ao meio-tecnico-cientifico-informacional, Santos (*op cit*, p.159) atenta que na sua compreensão é indispensável pensar que a união

entre a técnica, a ciência e a informação se dão sobre a égide do mercado, e que este meio hoje inclui tanto o mundo urbano como rural, criando-se o que Frades (1992, *apud* SANTOS, 2001) denomina de tecnocosmos, podendo-se então falar de uma cientificização e de uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. Dizendo o autor:

“A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação. Ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, pontes, silos, terra arada etc.) e dos capitais constantes (maquinário, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas etc.) aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos, também financeiros, e dando um relevo especial à vida de relações. Como se produzem, cada vez mais, valores de troca, a especialização não tarda a ser seguida pela necessidade de mais circulação. O papel desta, na transformação da produção e do espaço, torna-se fundamental” (SANTOS, 2001, p.159).

Nesse contexto, dentre todas as atividades econômicas são as financeiras as que melhor se beneficiam desse enquadramento rigoroso do tempo.

O dinheiro, em suas múltiplas formas, pode, agora, fluir globalmente, 24 horas, por "uma vasta rede interativa de comunicações" (SANTOS, 2001) funcionando sem descanso. É assim que os operadores financeiros podem funcionar todo o tempo e em todos os lugares "sem ter que respeitar a menor regra jurídica, nem estar submetidos a qualquer controle prévio, mobilizando capitais que não lhes pertencem e dos quais apenas controlam uma pequena fração" (SANTOS, 2001). Sendo válido considerar, contudo, que as informações que circulam por esses objetos técnicos são pragmáticas, manipuladas por poucos, em seu próprio benefício. Não apenas a informação especializada, mas também a informação geral. A verdade é que "*as informações não atingem todos os lugares [...] há inúmeros filtros intermediários [...] que interferem na natureza da informação [...] podendo descaracterizar o produto*" (SILVA, 1993 *apud* SANTOS, 2001). Em realidade, é mínima a parcela das pessoas que, mesmo nos países mais ricos, se

beneficiam plenamente dos novos meios de circulação. O tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira.

Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações. Mas, graças à globalização e aos seus efeitos locais, os tempos lentos são referidos ao tempo rápido, mesmo quando este não se exerce diretamente sobre lugares ou grupos sociais.

De acordo com Contel (2011), a importância assumida pelas finanças e seus atores parece ter chegado a um novo patamar. Visto que são poucas as atividades econômicas que se efetivam sem a utilização de algum tipo de instrumento financeiro. Citando que:

“desde os empréstimos internacionais, realizados entre grandes empresas e Estados, até uma operação de crédito consignado, demandado por um aposentado numa pequena cidade do interior do território brasileiro, tudo mostra que a finança parece ter ganhado uma influência inaudita no atual momento de nossa civilização” (CONTEL, p.18, 2011).

Assim, no âmbito da discussão dos objetos fixos e dos fluxos, dada a importância dos últimos impõe-se a discussão sobre redes as relações entre essas em termos sociais, técnicos e informacionais. E para se compreender a dinâmica das redes é fundamental considerar o dado social na análise, pois elas apresentam a particularidade de incorporarem setores sociais diversos, que neste caso, elencam-se além dos aposentados, os parentes, os estelionatários e os funcionários de órgãos públicos (INSS, Previdência Social) que para implantar e administrar suas operações, e diminuir os riscos de apreensão e de intervenção pelos órgãos públicos de segurança necessita criar —canais de comunicação entre os diferentes níveis de organização territorial, gerando uma tensão entre lógicas diferenciadas que deve ser levada em conta.

Inicialmente é importante ponderar que a relação entre as redes e o território é uma questão clássica na geografia humana. Desde os trabalhos pioneiros de Fr. Ratzel e P. Vidal de la Blache que os geógrafos buscam metodologias que lhe permitam abordar os processos de organização em rede

(MACHADO, 1996). A utilização do termo rede não é recente, muito menos a preocupação em compreender seus efeitos sobre a organização do território. Ela não é, tampouco, vinculada diretamente a Geografia: em um artigo publicado em 1832, o economista e engenheiro Michel Chevalier já reconhece as relações estreitas entre a rede de bancos e a rede de linhas de transporte, evocando a relação entre as comunicações e o crédito (DIAS, 1995).

Santos (2001) diz que a polissemia do conceito rede tudo invade, afrouxa o seu sentido e, pode, por isso, prestar-se a imprecisões e ambiguidades, quando o termo é usado para definir situações. Considerando que é a exigência da fluidez que une o global e o lugar, mediada pela técnica, que de acordo com o autor, de um lado, nos dá a oportunidade de empiricização do tempo, e de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades trabalham.

Segundo Dias (1995), a questão das redes aparece hoje de outra forma, renovada pelas grandes mudanças do final de século e pelas descobertas e avanços em outros campos disciplinares e na própria Geografia. Assim um novo contexto teórico estimularia uma abordagem relacional das redes com a urbanização, a divisão territorial do trabalho e a crescente diferenciação que esta introduz entre as cidades.

Dessa maneira, fundado no papel que as redes assumem no mundo contemporâneo, —como forma de organização técnica (infraestrutura de suporte ou logística), transacional (econômico-político), informacional (cognitiva), a estrutura de conexões por rede tem um significado bem mais complexo do que o do simples desenho de nódulos conectados por linhas (MACHADO, 1996). E, retomando a Santos (2001), ao entender que as redes são técnicas, políticas, sociais, sendo um processo e uma realidade atual, formadas por “troços”, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos busca-se abordar os processos de estruturação do espaço geográfico através das formas de organização em rede, estabelecendo conexões entre esta forma de

organização e a geografia do território, empiricamente buscou-se explorar os padrões assumidos pela rede do empréstimo consignado via internet.

De maneira esquematizada, pode-se dizer que os dois principais componentes são as redes de informação e os chamados sistemas de comunicação orbitais que tem fomentado uma maior atuação das instituições financeiras e a oferta de crédito em toda extensão do território nacional. Culminando naquilo que Contel (2010) classifica como “hipercapilaridade das finanças”, que não se restringe apenas às normas e as técnicas mas que passa a utilizar novas formas de prestação de serviços. Seja via postos de atendimentos bancários, caixas automáticos, e, em especial, no caso das financeiras por meio dos “correspondentes” de agências financiadoras que atual em escala nacional.

Assim sendo, tendo esses pressupostos teóricos como pano de fundo para análise e conjugando-os com as informações disponíveis acerca do golpe contra os aposentados percebeu-se que a lógica de funcionamento dessa rede se utiliza dos recursos técnicos virtuais e do estabelecimento de redes sociais (principalmente *intraparental*) para ampliar a perversidade dos tempos modernos. Novamente, algumas perguntas foram norteadoras para entender a lógica de funcionamento do esquema, tais como: Como se faz empréstimo no nome de uma pessoa sem ela dar os documentos? Como informações pessoais (CPF, RG, endereço, contracheques) são adquiridas? Que facilidades impulsionam esse crime? Quais recursos técnicos facilitam a montagem, estabelecimento e funcionamento da rede?

Tentando responder a essas questões, conforme já abordado, os recursos técnicos na atualidade têm permitido a fluidez de informações como nunca visto em tempos pretéritos. No entanto, como em período anteriores, quem domina o uso das técnicas as utiliza em função de seus interesses pessoais e nem sempre esses interesses concentram-se na seara das atividades lícitas. O golpe dado nos aposentados ilustra de forma gritante mais uma contradição do sistema capitalista. Ao mesmo tempo em que hoje várias cidades brasileiras têm suas economias baseadas nos benefícios e

aposentadorias e que cada vez mais incentivos legais (a citar como exemplo da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28, de 16 DE MAIO DE 2008 que concentra todas as normas referentes ao empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do INSS) e instrumentos como cartões para saque, redes específicas de crédito, dentre outros, são criados para facilitar²¹ a vida dos idosos, vê-se ampliar a utilização desses mesmos meios para extorqui-los.

Segundo relatos publicados pela mídia a internet virou o balcão de negócios para a venda de cadastros com dados sigilosos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O esquema funciona da seguinte maneira: de posse das informações dos aposentados, as quadrilhas falsificam documentos e aplicam o golpe do empréstimo consignado (aqueles descontados diretamente das aposentadorias), lesando milhares de aposentados e pensionistas pelo país. Somente no ano de 2009 mais de 4 mil beneficiários reclamaram de descontos indevidos, dos quais mais de mil deles o INSS já reconheceu como fraude.

Os relatos apresentados a seguir detalham o funcionamento do esquema:

“Diversas são as modalidades para enganar os idosos, mas a que mais tem preocupado a polícia é a compra por estelionatários de dados cadastrais que deveriam pertencer exclusivamente aos órgãos federais encarregados de darem assistência aos idosos, explica o delegado Abílio Pereira (DPF, 2009). O delegado ainda faz um alerta para os idosos: —não assinem nenhum tipo de documento em branco para ninguém, ainda que se trate de familiares. Visto que esses golpes também têm participação intrafamiliar. Não forneça nenhum dado cadastral, CPF, endereço ou telefone, número de conta bancária ou documento de identidade por telefone para ninguém”.

Começamos a investigação pela internet. Vários sites vendem cadastros dos aposentados. Ligamos para um site de Belo Horizonte. Por telefone, pedimos que fosse mandada uma amostra do banco de dados. O estelionatário garante: —Tem nome, tem CPF, endereço completo, telefone até três opções, tem o número de benefício, enfim, tem um monte de informação e acrescentou —dou garantia total de reposição por futuros registros que estiverem desatualizados. Esse é um pessoal antigo. Um pessoal que dá muito óbito também. Às

²¹ Não se pode deixar de lado que essas facilidades por si só apresentam um duplo sentido, porque é fato que o acesso a esses recursos também aumenta o endividamento e a cobrança de juros aspectos que em muito agradam o sistema capitalista.

vezes, qualquer óbito também eu reponho para você. Te vendo a R\$ 0,10 cada registro. Vamos supor que fossem 400 mil. Daria R\$ 60 mil. Falamos com as pessoas que aparecem nessa lista e confirmamos que as informações são autênticas, assim como conferem com os dados do INSS. Com essas informações os bandidos falsificam documentos e fazem a dívida em nome dos aposentados (Giovani Grizotti, repórter da Rede Globo, 14 de novembro de 2009)

O presidente do INSS, Valdir Simão, admite o problema:

“Estamos tomando providências junto à área de inteligência da Previdência Social, Polícia Federal e Ministério Público, para investigar a autoria, a origem desse banco de dados e também quem está comercializando. Se houve uma fraude, o banco tem que devolver rapidamente o dinheiro corrigido pela Selic ao nosso segurado sob pena do contrato ser suspenso e não poder mais fazer empréstimos consignados”.

Nota-se diante dos relatos que dentre as alavancas para impulsionar o esquema por um lado (dos aposentados “pescados”) estão: a ignorância técnica e operacional, a ingenuidade e por vezes a escassa atenção fazendo com que esses forneçam seus dados de maneira equivocada. O relato a seguir ratifica o aproveitamento da ingenuidade ou a pouca escolaridade dos beneficiários:

“pessoas mal intencionadas procuram a vítima, na própria residência, e dizem fazer parte de um Programa do Governo Federal, solicitando dos idosos a documentação pessoal para cadastrá-los no suposto programa. Com isso, os fraudadores obtêm os dados necessários a formalização de um empréstimo e ainda realizam a captação da impressão digital dos idosos para tal fim. De porte de tais documentos e informações, é contraído o empréstimo, sendo descontadas do benefício previdenciário parcelas mensais. Em todos os casos, as vítimas ficam sem o dinheiro emprestado e com uma enorme dívida. Isso porque os responsáveis pela fraude se apropriam do valor contratado, deixando aos idosos somente a dívida explica um defensor público de Santa Maria (RS).

Por outro lado, os “pescadores”²², peritos no uso das técnicas da informação utilizam os recursos da rede (*internet*) para estabelecer uma outra rede, a da extorsão, que tem por pano de fundo relações sociais e econômicas perversas. Por último, a figura 13 busca sintetizar o funcionamento da rede ilegal do empréstimo consignado:

²² A metáfora utilizada para cidades adjetivando-as de pescadas e pescadoras associa-se a existência de um processo dinâmico, que transcende a personificação, articulado por uma rede que age em diferentes pontos do território nacional, utilizando recursos técnicos e sociais para estabelecer sua atuação.

Figura 13: Desvendando a rede de “pescadores” e “pescados”
Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2010.

Quanto a *psicosfera* de atuação das financeiras Santos (2001, 255) afirma que a geografia dos fluxos depende da geografia dos fixos e que a técnica aparece como um verdadeiro universo dos meios e, que ao mesmo tempo que se instala uma *tecnosfera* dependente da ciência e da tecnologia, cria-se uma *psicosfera* associada ao fenômeno do consumo. Para o autor:

“A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo frequentemente traduz interesses distantes. Sendo resultado da crescente artificialização do meio ambiente, substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo. A psicosfera, reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário (SANTOS, 2001, p.255).

Desse modo, no campo da técnica desde sites, sistemas e até mesmo espaços diferenciados direcionados para os idosos (foto 7) acabam por se constituir em instrumentos que compõem os fluxos e fixos que engrenam a rede (i)legal da extorsão adaptando os espaços aos mandamentos da produção e do intercâmbio, conforme colocou SANTOS (*op cit*).

Foto 7: Caixa exclusivo para idosos.
Fonte: www.diariodoamazonas.com.br.
Acesso: 12 de maio de 2010.

Já a *psicosfera* construída pelo sistema financeiro cria o ideário da “felicidade” e das facilidades creditícias oferecidas aos aposentados e pensionistas e que é amplamente difundido por financeiras utilizando como suporte para tal a modalidade do crédito consignado em folha, permitida oficialmente pelo governo, se utilizando de uma gama de recursos técnicos como vídeos, propagandas e *marketing* publicitário que reforçam a busca pelo crédito, conforme exemplificam as figuras 14 e 15. Tendo como tarefa como disse Contel (2010) “divulgar as características desse ou daquele produto e promover-lhe a venda pautando-se no fator psicológico que faz com que as necessidades de consumo do ser humano sejam crescentes e diversificadas”.

Figura 14: Psicosfera das facilidades creditícias – Os recursos técnicos de simulação online do BMG. Fonte: www.bmg.com.br. Acesso: 12 de maio de 2010.

Figura 15: Psicosfera das facilidades creditícias – o marketing da CREFISA
 Fonte: www.crefisa.com.br. Acesso: 12 de maio de 2010.

Assim, tendo por base que as *redes técnicas ou de infra-estrutura* dão suporte ao fluxo de materiais e informações, e que as *redes de serviços ou de organização* resultam da organização de pontos e agentes no território para a realização de determinada atividade, a figura XX ilustra, a atuação da rede ilegal de empréstimo consignado no território nacional a partir de informações²³ sobre as cidades onde foram localizados os estelionatários, classificadas como pescadoras, que em todos os casos são capitais estaduais e as cidades rotuladas de pescadas, que em quase totalidade são cidades pequenas.

²³ As informações sobre as cidades foram extraídas das reportagens e listas disponibilizadas pela internet e de relatórios técnicos gerados pelo INSS e pelos relatórios de operação gerados pelo Departamento de Polícia Federal. Em outros estados da federação (Bahia, Alagoas, Paraná e Distrito Federal) também foram registrados golpes contra os aposentados, no entanto, não foi possível identificar as cidades pescadas.

Atuação da rede ilegal do empréstimo consignado contra aposentados

Figura 16: Atuação da rede ilegal do empréstimo consignado contra aposentados.

Fonte: Relatórios de Operações do Departamento de Polícia Federal – 2004 a 2010. Organizado por: Danielle Costa, 2010.

A distribuição das cidades e a atuação da rede sugerem que, as cidades dos pescadores são locais que concentram maior contingente populacional, de serviços e acessos a instituições, o que certamente facilita a atuação dos criminosos e as cidades dos pescados são cidades pequenas, que apresentam menor acessibilidade a serviços, especialmente os que permitem uma comprovação mais rápida dos crimes.

Na região amazônica, no entanto, a análise dos dados de origem dos golpistas e dos lesados revelou uma situação diferenciada quando comparada ao restante do país, visto que os golpes partem das mesmas cidades ou cidades do entorno onde esses são aplicados indicando uma escala de atuação de âmbito local, representando conforme coloca SCHOR (2010), mais um exemplo de rede fechada de atuação.

As bases de dados analisadas que tiveram como recorte temporal o período de 2004 a 2010, disponibilizadas pelo INSS e pela Polícia Federal, ainda revelaram um “vazio” de casos especialmente para os estados da Amazônia Ocidental, o que pode estar associado a diferentes razões. A primeira, inerente ao tipo de crime, que segundo o código penal brasileiro se classifica como a prática extorsiva do estelionato, que, por sua vez, foge da alçada de responsabilidade federal, cabendo as policiais civis estaduais atuarem nesses casos e desse modo a dispersão dos dados dificultam a construção da análise espacial dos casos. E a segunda razão associada a limitação da presença efetiva das instituições de fiscalização e combate a esse tipo de crime nessa região, relacionada a ausência de delegacias específicas para tratar o caso, tanto previdenciárias quanto de apoio ao idoso, embora legalmente todos os municípios brasileiros deversem ter na sua estrutura policial uma delegacia do idoso.

Esta situação que elucida um descompasso entre as ações dos setores públicos e privados, visto que, em que pese todas as limitações técnicas (principalmente as de acesso a comunicação satelital) e locais existentes a oferta de crédito acontece, mas sua identificação/punição carece de ações estruturantes.

Diante do exposto é importante avaliar que a ação de oferta de crédito no qual se enquadra a atuação dessas financeiras, resulta daquilo que Contel (2006) classifica como processo de financeirização do microcrédito e foi retratada por Alves & Oliveira (2010) em diversos municípios da calha dos rios Solimões e Amazonas, denominadas localmente como “*barracas financeiras*” que nada mais são que a fixação de barracas nos espaços públicos das

idades, como praças, em ruas movimentadas e em calçadas destinadas a concessão de crédito, quase sempre essas *barracas financeiras* se fixam nas proximidades dos bancos e agências oficiais do sistema financeiro (foto 8). Ou como se manifestam em outras cidades, visto que além das *barracas financeiras*, esses correspondentes ora também se utilizam de espaço comerciais conforme ilustram as fotos 9 a 12, ora ocupam cômodos de residências situadas em ruas principais do centro da cidade, como retratado em Lábrea (foto 13 e 14).

Foto 8: Tabatinga (AM) Barraca financeira na cidade.
Fonte: ALVES, J.O. & OLIVEIRA, J.A., 2008.

Fotos 9 a 12: Fachadas das lojas e residências aonde funcionam correspondentes de financeiras nos municípios de Parintins, Tefé, Tabatinga
Foto: Danielle Pereira da Costa, 2010.

Foto 13 e 14: Lábrea (AM) - Fachadas das residências que oferecem os serviços de financeiras
Foto: Danielle Pereira da Costa, 2010.

Em campo foi possível ratificar que a presença de financeiras nessas cidades é fomentada por aquilo que os policiais militares e o gerente da APS, em seu relato classificou como *“indústria das aposentadorias e do*

funcionalismo publico”. Sendo estes também enfáticos ao afirmar que a economia das cidades “*sangram*” fora do período de pagamentos.

Para esses atores, o sistema financeiro, que cria uma envolvente *psicosfera* e *tecnosfera* de facilidades creditícias torna ainda, os aposentados alvos fáceis de uma modalidade de golpe cada vez mais difundida na atualidade a do crédito via empréstimo consignado, que tem vitimado muitos beneficiários do município.

Em Lábrea, vários registros desse tipo de golpe foram feitos na Agência da Previdência Social, na delegacia e tramita no fórum um número ainda maior de casos aguardando averiguação e julgamento. De acordo com os relatos analisados, a prática é liderada por pessoas residentes no município que se valem da baixa escolaridade e da ignorância financeira dos idosos para aplicar o golpe utilizando-se os recursos digitais instalados, periodicamente, no município por correspondentes de grupos financeiros que atuam nacionalmente. Ou com acesso aos dados necessários procedem a efetivação do golpe em Porto Velho (RO) ou em Rio Branco (AC).

Em seis casos registrados na delegacia no ano de 2012, o envolvimento de membros de uma das associações que “lutam” pela defesa dos deficientes e idosos do município causou consternação e exigiu uma postura de atuação integrada pelas polícias civil e Federal e pelo INSS, visto que além do crime de estelionato, a ação dos falsários também recaiu sobre a instituição via requerimento indevido de benefícios valendo-se de documentos falsificados.

2.4 Impactos das reformas e a economia das pequenas cidades – o peso das aposentadorias: valor dos benefícios x Fundo de Participação Municipal quem mais contribui para economia?

Uma das análises tradicionalmente realizadas para mensurar o peso dos benefícios na economia das cidades é a comparação entre os montantes destinados aos municípios decorrentes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), repassado pela União as comarcas tendo por base o total de população residente nos mesmos e, as quantias destinadas ao pagamento de benefícios, em especial aposentadorias e pensões.

França (2004) verificou baseando-se na comparação entre o total de pagamentos de benefícios aos aposentados e pensionistas e os recursos destinados ao município a título de Fundo de Participação dos Municípios (FPM) um dado revelador de que, em expressivo número desses municípios, o pagamento de benefícios supera o FPM. Essa constatação da importância que o benefício previdenciário exerce nas pequenas comunidades cresce em significado diante da realidade social predominante, quando se verifica que esses benefícios representam, na verdade, o resgate de parcelas significativas da população do limite da miséria, proporcionando-lhes consumir. O autor cita como exemplo, entre inúmeros outros, os municípios de São Caetano do Sul, em São Paulo, com pagamento de benefícios 27,52 vezes superior ao FPM; Águas de São Pedro (SP), 2,61 vezes maior; Niterói (RJ) 38,39, e Florianópolis (SC), 13,95. Detalhe curiosíssimo: estas são as quatro melhores cidades do Brasil, em desenvolvimento humano, segundo critérios da ONU (Organização das Nações Unidas).

França (2004) acrescenta que

Muitos aposentados e pensionistas são colocados na figura de "marajás" no interior dos municípios nordestinos, não por ganharem bem, mas pela "ascensão social" que conquistam ao aposentar-se. Um trabalhador rural que é explorado nas fazendas pelo "salário" em torno de R\$ 60,00 tem sua renda multiplicada por quatro ao passar a receber o salário mínimo a que faz jus após aposentar-se. Na Paraíba, há professoras ganhando algo em torno de R\$ 60,00, ou menos, que muitas vezes ficam dois ou três meses sem receber seu "salário". Quando se aposentam, não só aumentam consideravelmente sua renda, como passam a receber em dia. Há

ainda municípios no interior brasileiro que só aceitam vender "fiado" às pessoas que apresentem o seu comprovante de aposentadoria pela Previdência Social, como ocorre em Afogados da Ingazeira (PE). Na cidade de Porangaba (SP) a maior farmácia local registrava 250 inadimplentes; nenhum destes era aposentado, o que demonstra que os aposentados são clientes excepcionais nas pequenas localidades. Em outros desses municípios - como Monteiro, na Paraíba - não se permite que vendedores ambulantes exerçam atividade comercial em período de pagamento de benefícios previdenciários, para que a economia local não sofra prejuízos nos únicos dias do mês em que o comércio estabelecido consegue "faturar" (FRANÇA, 2004).

Os estudos de França (2004) retrataram que em 2000, 3.546 dos 5.561 municípios que o Brasil tem o valor das aposentadorias e pensões é maior que o repasse do FPM, o Fundo de Participação dos Municípios. Ou seja, os aposentados têm mais dinheiro do que estas prefeituras recebem da União. No trecho a seguir o autor ratifica a importância da questão para todas as regiões do país:

"Embora essas questões sejam detectadas de forma mais acentuada no Nordeste brasileiro, é interessante verificar que os reflexos do calendário mensal de pagamentos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - se fazem sentir também nas demais regiões do Brasil, em que se dá a já mencionada superação de valores dos pagamentos previdenciários em relação à única fonte de renda desses municípios - o FPM. Os benefícios previdenciários representam 20,3% da renda monetária das famílias nos municípios de até 5 mil habitantes. Na média do Brasil esse percentual é de 7,2%. Nos municípios nordestinos com população entre 20.000 e 50.000 esse número sobe para 22,8%. Hoje, nada menos do que 11,4 milhões de brasileiros - o dobro da população do vizinho Uruguai e metade da população do Chile, recebem dos cofres públicos um salário mínimo de R\$ 260,00 (benefícios urbanos e rurais). A Previdência Social para a população rural é fundamental devido aos impactos redistributivos de renda e a elevada cobertura. No ano de 2003 a quantidade de benefícios rurais pagos em dezembro ficou em torno de 7,02 milhões, perfazendo um total de R\$ 21,4 bilhões no ano, o que beneficiou, indiretamente, aproximadamente 24 milhões de pessoas no campo em uma população total de 31,8 milhões, de acordo com Censo Populacional de 2000, realizado pelo IBGE. Por sua vez a arrecadação da área rural foi de apenas R\$ 2,9 bilhões, o que representou 13,8% do valor pago como benefícios rurais (FRANÇA, 2004).

Essas pessoas pouco ou nada contribuíram diretamente para a Previdência Social, o que remete à conclusão de que, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, a instituição acaba funcionando como um verdadeiro programa de renda mínima para os idosos no Brasil. Enquanto se buscam fórmulas para viabilizar esse benefício, de modo a minorar o sofrimento e as necessidades daqueles que vivem na miséria, a Seguridade Social exerce um

papel que acaba contribuindo para estancar a possibilidade de convulsão social devido às gritantes desigualdades no País. Essa função redistributiva só foi possível graças à inclusão do capítulo da Seguridade Social na Constituição.

Além disso, o compartilhamento da renda proveniente da Previdência faz com que o idoso volte a ter um papel familiar importante, estreitando os laços de solidariedade com as gerações mais jovens, que convivem com os beneficiários. Indiretamente, a Previdência supre a lacuna da falta de um seguro-desemprego para os filhos dos beneficiários da área rural, apóia a escolarização dos netos dos beneficiários, permite aos aposentados e pensionistas adquirirem medicamentos e terem um acesso a tratamento de saúde não existente na área pública de saúde; ou seja: a partir da Previdência constrói-se uma ampla rede de proteção básica no tecido social rural do Brasil.

Na Região Norte o recorde fica com o Pará, onde 80 dos 143 municípios têm pagamento de benefícios previdenciários em montante superior ao valor recebido pelo FPM, o que representa 55,94%, e no Nordeste com Pernambuco, com 160 dos 185 municípios nessa situação, 86,49% do total, seguido do Ceará com 153 (83,15%) de 184 municípios, e da Bahia, onde, em 327 (78,42%) do total de 417 municípios o fenômeno se verifica. Os percentuais também são expressivos na região Sudeste. No Rio de Janeiro, em 84 dos 92 municípios o pagamento de benefícios previdenciários supera o FPM, o que representa 91,30%; no Espírito Santo isto se verifica em 74 dos 78 municípios (94,87%), em Minas Gerais em 585 dos 853 municípios (68,58%), e em São Paulo em 519 dos 645 municípios (80,47%). Na Região Sul o maior percentual está no Paraná: de 399 municípios, 305 convivem com essa realidade, ou 76,44%. Em Santa Catarina a relação é de 212 (72,35%) para o total de 293 municípios, e, finalmente, no Rio Grande do Sul, 324 dos 497 municípios (portanto, 65,19%) registram maior pagamento de benefícios previdenciários em relação ao FPM. Em 2002, dos 5.561 municípios pesquisados, nada menos do que 3.546, ou 63,77%, dispõem de números referentes ao FPM inferiores ao total de pagamentos de benefícios previdenciários (FRANÇA, 2004).

Fazendo um retrato da situação para os municípios do estado do Amazonas, considerando-se o recorte temporal de 2000 a 2010, pode-se ratificar a situação anteriormente já observada por França (*op cit*) para outras regiões do país em períodos pretéritos, haja vista, que os montantes de benefícios recebidos (somando-se apenas aposentadorias e pensões) são superiores aos repasses recebidos via Fundo de Participação Municipal e apresentaram um ritmo crescimento mais elevado, conforme ratifica o gráfico 7.

Gráfico 7: Amazonas – Fundo de Participação Municipal X Montante de benefícios (aposentadorias e pensões) – 2000 a 2010.

Fontes: DATAPREV – www.dataprev.gov.br/infologo/ Tesouro Nacional – site www.tesouro.fazenda.gov.br. Organizado por: Danielle Pereira da Costa

O comportamento deste gráfico por um lado ratifica o maior número de pessoas envelhecendo e pleiteando benefícios. E por outro lado, indica que o ritmo de crescimento total da população do estado vem diminuindo, em que pesem as diferenças entre os municípios e ainda, todos os questionamentos cabíveis as subestimações nas estimativas populacionais e o fato deste contingente impactar no montante de fundo recebido pelos municípios.

Indiretamente, é válido associar o aumento do montante de benefícios como consequência da efetivação da previdência social rural e da interiorização da rede de agências no estado que se processou ao longo desse mesmo período de análise visto que com exceção das agências situadas no município de Manaus, criadas antes de 2000, nos demais municípios do interior as agências foram implantadas nos anos de 2006 e 2009.

Estatisticamente, em termos percentuais, o comportamento do crescimento do valor dos benefícios em relação ao FPM ultrapassou no estado os 71 percentuais o que, comparativamente, a outras regiões do país indica o peso expressivo desses benefícios para economia municipal. Merecendo destaque os índices alcançados nos municípios de Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Maués, Parintins e Tefé. Em Lábrea (AM), o crescimento dos benefícios comparativamente ao repasse do FPM no período foi superior a 60% (tabela 8).

Já a análise espacial permitiu verificar que majoritariamente os municípios que possuem agências, por serem também aqueles que possuem os maiores contingentes populacionais do estado, foram os que apresentaram maior desproporção entre os montantes recebidos pelo fundo de participação municipal e os benefícios decorrentes de aposentadorias e pensões.

		www.mindgarden.com		www.mindgarden.com
--	--	--------------------	--	--------------------

[illegible]

Elaborado por: Daniela Baccin da Costa, 2012

Organizado por: Danilo Ferreira da Costa

Figura 17: Amazonas - Fundo de Participação Municipal X Benefícios recebidos – 2000 a 2010.

Fonte: Ministérios da Previdência Social (DATAPREV/SISTEMA INFOLOGO) e da Fazenda (TESOURO NACIONAL).

Organizado por : Danielle Pereira da Costa, 2013.

PARTE III VERTICALIZANDO AS ANÁLISES PARA LÁBREA

Na parte III a verticalização das análises para Lábrea permitirá compreender como a distribuição espacial dos idosos na sede urbana do município reflete o processo de ocupação instaurado na região ao longo dos últimos dois séculos decorrente de políticas públicas exógenas.

E os relatos dos idosos e comerciantes entrevistados elucidarão facetas do peso do recebimento dos benefícios para dinâmica econômica da cidade.

3.1 Quantos são e onde estão os idosos da cidade de Lábrea

A análise dos dados oriundos de pesquisas demográficas para o período de 2000 a 2010 revelou que, em 2000 os idosos com idade igual ou superior a 60 anos residentes no município de Lábrea contabilizavam um total de 1950 de um montante de 29.956 moradores do município. Em 2010, esse número passou para 2305 dos 37.574 habitantes, o que representou um aumento de 18,5% entre os anos de 2000 e 2010.

No que diz respeito à situação domiciliar, os dados mostraram que prevaleceu, no período de 2000 a 2010, um maior contingente residindo na área urbana. E, que se for considerada a distribuição por sexo há o predomínio do número de homens (tabela 9 e gráfico 8) sobre o de mulheres no cômputo total.

Universo de análise	Urbana 2000	Rural 2000	Urbana 2007	Rural 2007	Urbana 2010	Rural 2010
Lábrea	19.276	9.680	21.943	14.966	24.223	13.351

Tabela 9: Lábrea (AM), total de população residente segundo a situação domiciliar – urbana e rural, 2000, 2007 e 2010

Fontes: IBGE - Censo Demográfico 2000 - população residente resultados do universo. Contagem populacional, 2007 - população recenseada. Censo Demográfico 2010 - resultados preliminares. Organizado por: Danielle Costa, 2011.

Gráfico 8: Lábrea (AM) – População por sexo, 2010
Fonte: Censo Demográfico - resultados preliminares IBGE, 2010.

Quanto aos grupos etários, em 2000, 6,7% da população residente possuía 60 anos ou mais. Em 2010, os dados assinalaram um aumento no ritmo de crescimento desse grupo no município quando comparado aos demais grupos (população em idade economicamente ativa e aqueles com idade de 0 a 14 anos) (tabela 10).

Universo de análise	0-14 2000	0-14 2010	15 a 59 2000	15 a 59 2010	60 ou mais 2000	60 ou mais 2010
Lábrea	44,3	41,0	50,4	53,2	5,3	5,5

Tabela 10: Lábrea (AM), proporção de pessoas na população total segundo grupos etários, 2000 e 2010

Fontes: Censos Demográficos 2000 e 2010 - população residente resultados do universo. Organizado por: Danielle Costa, 2011.

Já a distribuição espacial dos dados populacionais por setor censitário comprovou a concentração de idosos na área urbana do município. Em especial, em bairros de ocupação antiga como o do Centro, da Fonte e São José (figuras 18 a 20).

Figura 18: Lábrea (AM) - Pessoas residentes com 60 anos ou mais de idade - em destaque os setores censitários urbanos, 2010.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, data da publicação, 29/04/2011. Organizado por: Danielle Costa, 2011.

Figura 19: Lábrea (AM) Área urbana – total de acima de 60 anos de idade, 2010.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2012.

Figura 20: Área urbana de Lábrea, total de pessoas idosas por grupos etários, 2010.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2012.

Para explicar essa concentração fez-se necessário resgatar o processo de ocupação do município, que remonta o século XIX²⁴, conforme dito por Silva (2010), advindo das missões coordenadas por Manoel Antonio Labre, fundador da cidade, para garantia do avanço da fronteira extrativista na então província do Purus, que teve como mão-de-obra para o seu avançar grande numero de migrantes nordestinos tangidos pela seca que assolou a região nos idos de 1877 (SILVA, 2010, p.91). Segundo o autor:

“entre 1880 e 1890 mais de 400 seringais foram abertos no Purus, sem incluir nesse numero os seringais abertos em seus afluentes. Essa rápida ocupação do Purus se traduziu numa assombrosa e progressiva produção extrativista, que colocava o recém-criado município de Lábrea, que data de 1886, no quadro dos maiores produtores extrativos nos anos finais do período provincial amazonense” (SILVA, 2010, p.94)

Ainda de acordo com Silva (*op cit*), que muitos desses seringais resistiram ao tempo e à crise da borracha existindo até hoje, relativamente bem povoados, com uma produção centrada parte na agricultura de várzea e parte no extrativismo conforme confirmaram os relatos dos idosos entrevistados em campo quando perguntados sobre suas origens, destacando-se dentre esses seringais que persistem até hoje, o da Cachoeira do Hilário, de onde vieram muitos dos idosos entrevistados para morar na cidade de Lábrea.

Assim sendo, diferentemente de outros municípios amazonenses que tiveram seu processo de fundação atrelado a missões religiosas, como Téfé, Borba e Itacoatiara para ficar em alguns exemplos, nas regiões mais afastadas como os vales dos rios Purus e Juruá, a origem das cidades está ligada as expedições de reconhecimento e as missões de fixação para exploração extrativista, e aos avanços no transporte hidroviário.

²⁴ É fato que segundo registros arqueológicos e de historiadores a ocupação da região antecede em muito o século XIX, visto que os primeiros registros remontam 11.940 a.p., e que a população indígena nessa região antes do final do século XIX foi estimada em mais de 40.000 pessoas distribuídas por mais de 50 etnias diferentes. Contudo, com o início da exploração da borracha na região da-se o extermínio de grande parte desses grupos indígenas e inicia-se um outro processo de ocupação da região, marcado, primeiramente, pela vinda de aventureiros para explorar as chamadas “drogas do sertão” e posteriormente e de maneira mais significativa em termos quantitativos pela presença de migrantes nordestinos (em especial, maranhenses) para exploração dos látex nos vastos seringais que se constituíam na região.

Pós-ciclo da borracha e toda crise dele advinda, no século XX, muitos seringueiros e seringalistas se viram obrigados a dividir seu tempo entre produzir borracha, preparar roçado e diversificar as atividades extrativistas. No caso da região do vale do Purus, devido suas várzeas, bastante apropriadas para culturas de ciclo rápido, muitas lavouras se desenvolveram no município, colocando Lábrea, como um dos principais produtores dessas lavouras no estado (destacando-se o feijão, a mandioca, o milho e o fumo), até os dias atuais. Fazendo essa diversidade produtiva fortalecer a atuação de outro personagem no cenário comercial – o regatão, descrito sucintamente, de acordo com Silva (2010) como “mascate fluvial, que subindo ou descendo os rios e igarapés na Amazônia, trocava as mais diversas mercadorias pelos produtos ribeirinhos”. Forma de comércio vinda de longa data, inclusive praticada por alguns seringueiros que passam a adquirir alguma fortuna e vão então se estabelecer na sede do município de Lábrea.

Outras ações decorrentes de políticas de ocupação direcionadas para região Amazônica pelo governo brasileiro ao longo das décadas de 1970 e 1980 tiveram impacto direto na produção do território Labrense. Seja no que se refere a estruturas instaladas como a abertura da rodovia Transamazônica, que tem seu ponto final na sede do município as margens do rio Purus e a instalação do aeroporto municipal; seja no que diz respeito a implantação de diversos programas e projetos de assentamento fomentados pela política agrária. Podendo-se concluir, posta essa contextualização histórica do processo de ocupação do município de Lábrea que, a concentração em especial de população idosa, nas áreas centrais da sede municipal está diretamente associada a três fatores:

- As frentes migratórias que se dirigiram para o município compostas principalmente por migrantes nordestinos e paraenses impulsionadas pela extração da borracha dos seringais existentes no município no final do século XIX e início do século XX; e, nos anos de 1970 e 1980, pelos fluxos decorrentes dos programas de assentamento do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);

- Da migração rural-urbana intramunicipal atrelada a queda da atividade de extração de látex dos seringais; e,
- As condições de acessibilidade – realizada via rio Purus e outros afluentes deste, como o Rio Ituxi que teve como grande seu grande primeiro impulso proporcionado pela Companhia Fluvial do Alto Amazonas, com suas embarcações a vapor conectando a região a Manaus, e, posteriormente, pela circulação regular de barcos de recreio e balsas; por via terrestre graças implementação ainda que inconclusa da BR-230 (Rodovia Transamazônica) que tem seu final na sede de Lábrea.

3.2 A economia da cidade somos nós - Relatos dos idosos sobre a renda social e a dinâmica econômica urbana

Pautando-se no relato de 62 idosos aposentados e pensionistas entrevistados, que residem nos bairros Centro, Nossa Senhora de Fátima, Pantanal, Barra Limpa, Vila Falcão, São José e da Fonte (figura 21), escolhidos por concentrarem maior contingente de pessoas com idade de 60 anos ou mais, de acordo com o Censo Demográfico por setor censitário (IBGE, 2010) notou-se quanto à distribuição dentro do grupo etário de idosos com 60 anos ou mais que 50% dos entrevistados possuía entre 60 e 69 anos, 37% tinha entre 70 e 79 anos e 13% tinha 80 anos ou mais. Destes 20 entrevistados eram homens e 42 mulheres (gráficos 9 e 10 e anexo 2).

Gráfico 9: Lábrea (AM) – Distribuição dos idosos entrevistados segundo o sexo.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011-2012.

Gráfico 10: Lábrea (AM) – Distribuição dos idosos entrevistados segundo faixas etárias.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011-2012.

Figura 21: Lábrea (AM) - Distribuição espacial das residências de idosos entrevistadas na zona urbana, 2011.
Organizado por: Danielle Pereira da Costa. Maio de 2012.

No que diz respeito ao local de origem, majoritariamente, os entrevistados nasceram em comunidades do interior, como é comum ser dito no Amazonas, para se dirigir aqueles que não moram na sede dos municípios. Com destaque para os que residiam em comunidades ribeirinhas ao longo do Purus, ou, em seringais situados no interior do próprio município de Lábrea; e, secundariamente, nas áreas rurais dos municípios de Canutama e Pauini. Contudo, 55% desses idosos já vivem na cidade de Lábrea a mais de 20 anos (gráfico 11), tendo como principal razão apontada para migração a continuidade dos estudos filhos, o fato de terem mais condições de trabalhar, por terem se aposentado e, ainda, pelas próprias necessidades fisiológicas da idade que requerem maior atenção na área de saúde.

Gráfico 11: Lábrea (AM) – Distribuição dos idosos entrevistados segundo o tempo de residência na sede do município de Lábrea. Fonte: Trabalho de Campo, 2011-2012.

No que diz respeito à escolaridade, 90% os entrevistados poderiam ser classificados como analfabetos, e os pouquíssimos disseram ter estudado se enquadram naquilo que denomina-se como analfabetos funcionais, visto que, sabem apenas assinar o nome e ler com muita dificuldade.

Quanto ao recebimento de benefícios previdenciários, dos 62 entrevistados, 38 recebem aposentadoria decorrentes dos benefícios da

previdência social rural, 18 são pensionistas (1 soldado da borracha), 4 acumulam o recebimento de aposentadoria rural e pensão, e, outros 2 foram aposentados na modalidade “por tempo de contribuição”. E, assim sendo, postas essas breves caracterizações sobre o perfil de idosos entrevistados serão apresentados os pontos recorrentes nas entrevistas quanto a viver/ser idoso na cidade de Lábrea, ao entendimento que estes possuem de como seus rendimentos contribuem para o sustento das suas famílias e para economia da cidade; qual a percepção que tem sobre os direitos específicos dos idosos e se estes direitos são ou não respeitados em Lábrea. E no que diz respeito à oferta de crédito procurou-se saber quantos e por quais razões os idosos já teriam feito empréstimos e por quais meios.

Desse modo, quando perguntados sobre os quanto aos benefícios e problemas de viver/ser idoso na cidade, em especial, comparativamente a vida que tinham no interior, foi identificada a recorrência de duas falas.

A primeira, para aqueles que vieram do interior e que avalia ser melhor a vida na cidade, a justificativa reside no fato de dada das limitações físicas do processo de envelhecimento e ao fato da cidade lhes oferecer maiores facilidades, seja em relação à alimentação, seja no que se refere a serviços médicos, e, também por esses se julgarem ser mais respeitados, conforme cita a aposentada Eugenia Andrade: *“aqui agente é respeitada no comércio e as pessoas conhecem agente, existe uma grande vantagem”*. E a senhora Adália:

“Na cidade tem mais facilidade, as vezes no interior agente tem com o que comprar as coisas, mas não tem o que comprar. E ainda na cidade mesmo quando agente não tem com o que comprar agente por ser aposentado, ter a garantia do dinheirinho certo compra fiado. Eu mesmo compro sempre na mesma pessoa fiado a compra do mês e quando recebo pago tudo, todo mês é assim”.

Ou, como colocou o Sr. João Lima,

“no interior facilitava devido à plantação de roça, mas tem muita malária, muita praga (carapanã, mucuim e outros insetos). Mas, hoje com as minhas condições físicas não aguento mais e viver só de lazer lá não adianta, então é melhor aqui”.

Ainda que o entendimento de “lazer” para esses idosos se difira em muito do nosso. Estando este associado ao fato de não terem mais condição de trabalhar, do que a realizar atividades de entretenimento propriamente.

Já a segunda, para aqueles que defenderam a ideia que viver no interior era melhor, as explicações, se contrapõem em partes àquelas apresentadas por aqueles que gostam. Visto que, essas se associam a justificativa de que no interior os custos com a alimentação são menores, porque podiam plantar, pescar, não gastando tanto dinheiro com comida. E ainda também por sofrerem menos preconceito, como o que sofrem quando vão aos bancos, ao comércio, por serem idosos, como sugere a Sra. Marcelina Batista:

“o idoso não é respeitado em Lábrea, porque tem muito branco a dizer que agente é índio, caboclo né? Agente vai assim, nos bancos, no comércio, num lugar assim e escuta “é que os cablocos velhos entra primeiro de que nós, e nós tem que ficar discutindo que tem merecimento e isso é chato”. Quando eu morava no interior do Tapauá, era melhor. E aqui é tudo caro, com a minha aposentadoria eu sustento minha casa e dois netos, mas a mãe ajuda também. Tive que vir para cá porque os filhos cresceram, cada qual é casado, de maior, responsáveis pela pessoa dele mesmo, mas sem meu velho, ficar sozinha no interior não dá. Com a minha aposentadoria compro “rancho”, mas para remédio já não dá. (Marcelina Silva, Lábrea)

No entanto, outro aspecto foi apontado como “ponto pacífico”, tanto por aqueles que preferem a cidade, quanto por aqueles que gostam do interior, qual seja: com o recebimento do benefício, sejam as aposentadorias, sejam as pensões a vida dos idosos melhorou, por diferentes motivos, dentre os quais algumas recorrências foram identificadas e são destacadas pelos trechos que se seguem:

“a vida melhorou porque antes não pegava em dinheiro, agora tenho um dinheirinho, até guardo. Só quando tem precisão é que eu gasto. Faço rancho, ajudo filho, compro remédio, dá até para viajar de avião para Manaus, para Porto Velho, pra se tratar, pra passear”(Alda, Lábrea)

“melhorou porque quando trabalhava na diária o ganho era pouco, 10, 20 reais por dia, só dava para comer, porque tem que comer todo dia né?! Mas, com a aposentadoria melhorou mais né? Aí veio também poder fazer os empréstimos... Quer dizer, melhorou por um lado e piorou por outro porque o cara tira 3 e paga 5 né?, mas ainda assim tá 100% melhor” (Benedito, Lábrea)

“porque eu posso dizer assim – no dia que eu tiro o dinheiro, aí eu pago aquela comprinha do outro mês que eu comprei, o ranchinho que eu fiquei devendo no comércio, aí eu pago de novo. Meu aviamento, né? Porque eu tenho meu patrão certo, como com ele todo mês. Por que se não fosse assim como é que vivia? (Sebastiana, Lábrea)

“graças a Deus, se não fosse essa benção recebida (referindo-se a aposentadoria) como é que vivia? Porque hoje em dia os filhos e as filhas só pode trabalhar mas não pode sustentar a mãe ou pai e aí é a aposentadoria que ajuda um neto, um filho”. (Francisco, Lábrea)

“porque eu percebo que nós ‘tá ajudando o mercado, o comércio que fica esperando aquele dinheirinho dos idosos. Porque vende fiado e aí fica naquela espera, sabe que com os aposentados ou pouco ou muito é certo”. (Lázaro, Lábrea)

Ou seja, para alguns somente com o recebimento do benefício²⁵ é que passaram a participar com mais regularidade das relações comerciais, além de poderem ajudar nos sustentos de filhos e nos estudos de netos, haja vista, que em média os idosos co-residem com mais 4 pessoas²⁶ nas residências e podem comprar alimentação e remédios mais condizentes com suas necessidades nessa etapa da vida.

No se sentirem respeitados pelo comércio, a pratica não bancária do fiado e de compras parceladas a crédito como estratégias de fidelização adotadas por comerciantes e, amplamente, exercidas por todos os entrevistados e é ilustrada nas falas das Sras. Creuza e Tereza, respectivamente:

“melhorou com a aposentadoria. Mas, o dinheiro nem sempre dá. Só que tenho crédito, posso comprar fiado e pago depois. Porque eles conhecem nós. Sabe que nós paga e então eles dizem “a senhora pode vir aqui que eu faço fiado para senhora”.

“quando eu recebo faço logo tudo. Rancho, tudo. Um dia por exemplo eu fui lá no Sebastião (comerciante local) com minha neta e ela viu uma bicicleta e queria. Daí, o Sebastião falou ‘tira, eu sei que a senhor paga’ e então eu disse: ‘eu vou tirar para menina’ e taí, ó, foi 480 reais, ainda não dei nenhum centavo, quando eu pegar meu dinheiro esse mês vou pagar um pouco e mês que vem outro pouco e vou levando assim. (Tereza, aposentada, Lábrea)

²⁵ Em média os aposentados e pensionistas recebem entre um e dois salários mínimos.

²⁶ No universo de idosos entrevistados foram registrados apenas 7 dos 62 idosos em residências unipessoais.

Justifica-se conforme explica Silveira (2009, p.67) porque os mais pobres utilizam circuitos menos modernos de distribuição e formas mais simples de creditização como o crédito informal comumente conhecido como o fiado. E assim como já registrado por outros estudiosos para cidades do Nordeste Brasileiro, ou mesmo, como identificado por Silva (2012) para Campinas (SP) a pratica do fiado está dentre as formas não bancárias que o comércio Labrense utiliza como forma de pagamento. Inclusive como estratégia de cativar a clientela, particularmente, aquela que recebe renda oriunda dos benefícios previdenciários.

A análise do discurso dos idosos sobre o fiado reforça também aquilo que Abramovay e Carvalho (2004) falam sobre a “fiança da proximidade”, onde as relações de confiança, vizinhança e convivência se constituem de longa data. E ainda, como em vários relatos foi dito trazem para cidade relações de exploração vividas no campo, ou no interior, do “aviamento”, de “ter um patrão” para quem se paga no final do mês como foi amplamente relatado pelos idosos que a praticam.

Como explicou Silva (2011) nos seringais situados as margens do Purus as relações entre seringueiros e seringalistas se constituíam da seguinte maneira:

“após ter produzido uma boa quantidade de borracha, o seringueiro a entregava-a ao seringalista – proprietário do seringal que o aviara – toda a sua produção que após calcular o valor desta, descontava no montante das compras efetuadas pelo extrator. Predominando a esperteza da equipe administradora do seringal, aliada ao desconhecimento das letras e do cálculo por parte de muitos seringueiros, impedia que estes percebessem as mais abomináveis formas de exploração utilizadas pela equipe para roubar-lhes o ínfimo saldo. (SILVA, 2010, p.120).

E assim, como sintetizou Silva (2010) para os seringais a pratica do chamado fiado se dá “através da venda de mercadorias com a possibilidade de que o pagamento seja efetuado depois, conforme prazo combinado entre comerciante e consumidor”. Alertando Santos (2006) que esta só é possível por meio do conhecimento pessoal entre dois agentes. Sendo imprescindível considerar que a confiança estabelecida entre comerciantes labrenses e os idosos por um lado se alicerça naquilo que Giddens (1991) enquadra, como a

‘confiança em pessoas’, mas também na se construir na certeza do pagamento oriundo dos benefícios. Sendo o controle feito pelos comerciantes em cadernos onde são adotadas as chamadas ‘compras por mês’, que são pagas sempre com dinheiro recebido no mês seguinte ao qual o gasto foi realizado.

Já os comerciantes, ao serem perguntados sobre a importância dos aposentados para o comércio em Lábrea, afirmaram que os aposentados chegam a representar 50% das vendas, como disse o gerente da principal “rede” de eletroeletrônicos e material de construção de Lábrea, afirmando que “do dia 1 ao dia 10 do mês, o aposentado é que faz a diferença”. Ressaltam que o aposentado tem grande importância porque compram de forma parcelada e pagam na data certa, fazendo “girar” dinheiro no comércio. Como explica a Sra Ruth, gerente da Yago Importadora:

“desde que nós abrimos a loja, nesses 9 anos eles estão com a gente (referindo-se aos aposentados).principalmente no começo do mês, geralmente ele compra ou a vista ou parcelado e para pegar financiamento nem precisa de avalista, porque como a cidade é pequena, eu conheço geralmente todos eles, então eu já facilito o crédito para eles, não boto muita burocracia. Faz uma ficha, uma duplicata, porque tem também a questão da idade, com 70 80 anos, fica mais difícil, mas ainda assim dá para quebrar um galho” (Ruth, gerente Importadora Yago, Lábrea, 2012).

O financiamento próprio pela loja é feito por todos os comerciantes, entrevistados e, segundo esses, é uma prática realizada por todos os comerciantes da cidade, desde os pequenos aos ‘grandes’. Essas “linhas” de financiamento próprio que as lojas destinam aos aposentados são controladas por instrumentos como cadernetinhas, carnês, duplicatas. E quanto ao prazo dado para pagamento, os comerciantes informaram que este varia de acordo com os bens comprados, podendo varia de 1 até 15 meses.

Dentre os principais itens adquiridos financiados pelos idosos estão os eletrodomésticos – geladeira, máquina de lavar, fogão e outros não elétricos como colchão e mobílias. Nas lojas de material de construção os principais produtos são cimento, folha de alumínio, cerâmica e tubulações em PVC. Ratificando, assim como identificado nas entrevistas feitas com os idosos que é comum vender fiado ou oferecer bônus para cativar os clientes aposentados.

Se perpetuando aquilo que bem foi observado por um comerciante da região, “a Amazônia é a terra do crédito. Não há capital, dinheiro vivo. O seringueiro devia/deve ao patrão, a casa aviadora devia ao regatão e estrangeiro, e assim por diante”. E hoje na cidade, o idoso (que em grande número já foi seringueiro) deve ao comerciante, este deve aos fornecedores e a instituições financeiras e aos bancos, estas se vinculam a interesses do sistema financeiro capitalista global e, assim permanecendo as relações de exploradores e explorados.

É importante considerar também, que a caracterização dos domicílios com idosos em Lábrea, corrobora com a afirmação da ajuda e melhoria nas condições de vida, não só do idoso como também da família que com ele reside. Sendo identificadas três situações:

- domicílios com idosos ou cônjuges “chefes”, que Camarano (2012) conceitua como família de idosos, onde prevalece a co-residência com filhos e netos em detrimento a residência com extensão (o comumente conhecido como o quartinho do idoso);

- domicílios com idosos “não chefes”, conceituados por Camarano (2012) de família com idosos, onde também prevalece a co-residência;

- e em pouquíssimos casos unipessoal, onde residem idosos viúvos, cujos filhos em grande maioria migraram para outros municípios ou estados e que não possuem outros parentes residentes em Lábrea,

É importante considerar a recorrência nos relatos de que a opção por todos morarem juntos, além das questões econômicas foi justificada como uma característica do “modo de vida do norte”.

Numa outra análise feita, quando arguidos sobre a destinação de espaços reservados para idosos na cidade, um pouco mais de 60% dos idosos disseram conhecer a existência do abrigo para idosos e do centro de

convivência situado nos bairros da xxxx e da Fonte, respectivamente (figura 22 e fotos 15 e 16).

Foto 15: Lábrea (AM) - Centro de Convivência do Idoso, 2011
Foto: Danielle Pereira da Costa, novembro de 2011.

Foto 16: Lábrea (AM) - Abrigo para Idosos Ir. Cleusa Carolina, 2011
Foto: Danielle Pereira da Costa, novembro de 2011.

Muitos são frequentadores das festas realizadas aos sábados no centro de convivência (fotos 17 a 20) e participavam de atividades de caminhadas que eram proporcionadas duas vezes na semana pela manhã por ruas da cidade, mas que, segundo eles não acontecessem mais. Já aqueles que conhecem e não frequentam apontam a distância como justificativa que os limitam a participar das atividades desenvolvidas, em especial, os que residem nos bairros do Pantanal, Barra Limpa e Vila Falcão, visto o Centro de Convivência se situar no lado oposto a esses bairros.

Fotos 17 a 20: Lábrea (AM) - Festa dos Idosos no Centro de Convivência, 2011
Foto: Danielle Pereira da Costa, novembro de 2011.

Figura 22: Lábrea (AM) - Distribuição dos fixos na área urbana, agosto de 2011.
Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2012.

Sobre conhecer os direitos que lhes são garantidos, em especial pelo estatuto do idoso e, aqueles relativos as questões previdenciárias e de acesso ao crédito consignado, mais de 80% dos idosos disseram conhecer seus direitos, com destaque para aqueles inerentes a receberem atendimento prioritário, terem filas exclusivas e a gratuidade de transporte, em que pese o fato de Lábrea não possuir transporte coletivo. Mas, no que se trata especificamente aos direitos previdenciários e as normativas que regem os empréstimos consignados notou-se que os idosos têm conhecimento de que podem pedir empréstimo descontado diretamente na folha como costumam dizer (51 relataram saber), mas desconhecem os pormenores inerentes a prática, principalmente, no que diz respeito às tabelas de juros e prazos de parcelamentos disponibilizadas mensalmente pelos bancos e monitoradas pelo INSS, e que deveriam ser praticadas por bancos e financeiras. Sendo evidenciado ainda que a maioria dos entrevistados que se dirige ao banco para sacar o benefício, fazendo-o sozinho, ou na companhia de parentes, como filhos, genros e netos.

Nesse contexto, quando perguntados sobre o fato de já terem feito empréstimo consignado, quais as finalidades que levaram a fazer, por qual instituição e quais valores e prazo de pagamento dos mesmos o levantamento revelou que 76% dos idosos entrevistados já fizeram empréstimos, sendo que destes mais da metade já fez mais de uma vez (ver gráfico X).

Gráfico 12: Total de idosos que já fizeram empréstimos e quantidade de vezes realizadas por idosos entrevistados em Lábrea (AM). Fonte: Trabalho de campo, 2011-12. Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2013.

Dentre as principais razões para assumir o endividamento com desconto direto em folha estavam:

- A ajuda financeira a filhos e netos, que co-residem ou não com os idosos, por meio, do empréstimo pego por ele e repassado para o parente, o pagamento dos estudos, da faculdade e a compra de equipamentos para auxiliar no trabalho (como motores e motos) e até mesmo a aquisição de pequenos comércios, como o ilustrado na foto 21;

Foto 21: Lábrea - Pequeno comprado por idoso para filho com capital oriundo de empréstimos consignados, 2012. Foto: Danielle Pereira da Costa, novembro de 2012.

- A construção, ampliação ou reformas das suas próprias residências (fotos 22 e 23);

Fotos 22 e 23: Lábrea – Ampliação e reforma de residência realizada com capital oriundo de empréstimos consignados, 2012. Foto: Danielle Pereira da Costa, novembro de 2012

- Para comprar eletroeletrônicos (com destaque para celulares) e eletrodomésticos (fogão e geladeira);
- Para o pagamento de tratamento de saúde, passeios e passagens aéreas;
- E, em menor número, para cobrir outro empréstimo anteriormente realizado.

Expostas as razões para o endividamento pela consignação ao salário pode-se inferir, de maneira ainda que minoritária e ainda que inconsciente por parte do idoso uma forma de “resistir” ou enganar o sistema financeiro globalizante, que se expressa pelo favorecimento aos filhos se valendo de pagarem menores taxas de juros, comparativamente àquelas que seriam pagas caso os filhos viessem a fazer os empréstimos em seu nome.

Em termos gerais, os valores dos empréstimos variam entre R\$1.000,00 e 10.000,00 reais, para serem pagos em parcelas variando de R\$100,00 a R\$300,00 por mês e com prazos longos para pagamento. Via de regra, prevalecem os empréstimos divididos de 24 até 60 meses. Quanto a instituição majoritariamente, os empréstimos foram feitos pelo Bradesco e, secundariamente, pelo BMG e pelo Banco do Brasil.

Em dois relatos os idosos assumiram terem sido vítimas de estelionato, praticado por pessoas de confiança, que fizeram empréstimos em seu nome em financeiras no município. Nos dois casos mais uma vez a atuação da rede constituída para efetivação do golpe envolveu gentes próximas dos aposentados, se valeu das fragilidades dos sistemas de interlocução dos sistemas técnicos, vistos que, se estes funcionassem não permitiriam a consolidação dos empréstimos feitos face aos montantes ultrapassarem o teto estabelecido de comprometimento da renda dos aposentados.

Por último, em outros casos, alguns aposentados relataram que posteriormente, ao analisarem os acordos que foram firmados com bancos e financeiras percebiam que na realidade haviam sido enganados, posto que, ao calcularem os valores das parcelas e o tempo médio executado para pagá-las confrontando com os montantes globais dos empréstimos adquiridos desvendava-se uma incongruência em relação às taxas de juros mensalmente cobradas. Sendo estas mais altas do que aquilo que era apregoado pelas regras do empréstimo consignado, que de maneira geral estabelece taxas entre 0 a 3% de juros ao mês, variando de instituição para instituição. Ou seja, pela *psicosfera* criada pela facilidade creditícia de acesso ao empréstimo consignado que os aliciou, associada a baixíssima escolaridade e total ignorância financeira que demonstram, acabavam adquirindo outros tipos de empréstimos vinculados a carteira de financiamentos dos bancos e financeiras elucidando assim mais uma perversidade do sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto ao processo de envelhecimento populacional e a inserção do idoso na dinâmica econômica da familiar e das cidades o estudo ratificou que O processo de envelhecimento da população brasileira a luz das análises quantitativas e da dinâmica social instaurada nos últimos 30 anos foi evidenciado seja pelos montantes globais que superam o patamar estabelecido pela Organização Mundial de Saúde para classificar a população de um país como envelhecida, seja pela constituição de pirâmides etárias, em especial na última década que vem confirmando o estreitamento da base e o alargamento do topo, ratificando uma mudança profunda no perfil reprodutivo da população brasileira e o efetivo aumento da expectativa de vida e aumento dos mais longevos.

No que diz respeito aos novos arranjos familiares, validou-se a ideia que esses trazem a tona uma pluralidade de composições familiares ímpar. Como coloca Alves (2007), tanto no que diz respeito às famílias com idosos, tanto para aquelas de idosos, merecendo atenção questões como a troca cuidados entre gerações e o suporte material advindo do dinheiro das aposentadorias e pensões. Traduzindo-se em aspectos relacionados às redes de suporte e de autonomia dos membros dos domicílios e, o outro referente à nova economia do domicílio.

No âmbito das redes de suporte e autonomia duas situações se evidenciaram: idosos com seus rendimentos contribuem com a economia do domicílio e de outra maneira cuida de crianças da casa, fazem pequenos reparos, ou são o responsável pela casa. E também são ajudados em relação a transporte/locomoção, serviços domésticos e cuidados médicos. Configurando-se assim, a opção pela co-residência na redução de custos para pais e filhos, mas também implicando na perda de privacidade para ambos, em especial para o idoso, que considera ter uma autonomia restrita no poder decisório, porque mesmo que sejam detentores da renda, que em alguns casos é a maior do domicílio não conseguem impor suas vontades pela dependência de

mobilidade que possuem para se deslocar, seja para o centro de Lábrea, seja para as capitais Manaus e Porto Velho para adquirir bens.

Na esfera econômica a co-residência observou-se que permite ganhos de escala no consumo de bens como eletroeletrônicos e mobiliários, na reforma e ampliação de residências e, na economia de gastos com a contratação de mão-de-obra para a execução de tarefas domésticas e cuidados.

Quanto ao idoso, à seguridade social e às possibilidades e riscos dos empréstimos consignados verificou-se com base no estudo realizado que os efeitos das mudanças na legislação brasileira relativos à efetivação dos benefícios de aposentadorias e pensões concedidos aos idosos proporcionaram impactos significativos na renda da sua família, nas suas condições de vida, na redução da pobreza, como também na dinamização da economia local.

Contudo, pode-se concluir também que em que pese o amplo arcabouço legal existente no país sobre a previdência social, a expansão/estruturação de sua rede de atendimento, assim como, a ampliação de acesso ao sistema financeiro garantido por normativas específicas ainda verifica-se um hiato entre as políticas e sua concretização no território. Merecendo haver a conjugação de ações específicas para:

- Difusão de conhecimento sobre os benefícios previdenciários que estes possuem e que vão além as aposentadorias e pensões, como outros não contributivos como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que para todos os idosos entrevistados em Lábrea se constitui em um desconhecido e caso sua expansão viesse a se concretizar daria materialidade ao princípio da seguridade social como política não contributiva de responsabilidade do estado;
- A incorporação da análise espacial ao critério demográfico contribuiria, mormente, para otimizar a distribuição a rede de cobertura das

agências da previdência social, evitando gastos desnecessários da população residente naqueles municípios que não possuem APS;

- Redução do descompasso entre as estratégias de financiamento e as normativas que as regem, assim como, fazer convergir sistemas técnicos para monitoramento dos montantes emprestados por idosos, na busca de minorar o endividamento abusivo;
- Fortalecimento dos sistemas de fiscalização e controle, visto que, “cifras ocultas”, com justificativas variadas para subnotificação dos crimes contra a pessoa ainda mostram-se elevadas e, para algumas regiões do país como a amazônica, num nível tal de dispersão ou inexistência, que prejudicam uma ação mais efetiva de instituições punitivas.

A defesa por essas ações busca corroborar com a efetivação da política de seguridade nacional que preze pela otimização dos recursos, garantindo uma lógica de atendimento integral, que prime pela prevenção e combate a violência financeira como forma de atenção aos idosos.

Considerando por último, que a avaliação feita permitiu concluir sob a perspectiva da ciência geográfica que o crime de estelionato enquadrado no artigo 171 do código penal brasileiro, praticado contra os idosos, elucida uma problemática social que tem se efetivado utilizando-se de meios técnicos e redes sociais e informacionais vorazes. E que a abordagem colaborou na construção de elementos para compreensão das relações entre os padrões e contexto desta forma de violência financeira praticada contra idosos, podendo vir a auxiliar na elaboração de bases para o desenvolvimento de políticas de prevenção e fiscalização de concessão dos empréstimos mais efetivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIGALIL, A.P.C.; MENDONÇA, J.M.B. Violência financeira contra a pessoa idosa. In: Rompendo o silêncio: faces da violência na velhice. Org. Marília Viana Berzins e William Malagutti. SP: Martinari, 2010.

ABRAMOVAY, R. CARVALHO, C.E. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. In: Santos, Carlos Alberto dos (org.). Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas – Diagnósticos e perspectivas –SEBRAE. Brasília, 2004.

ALVES, J.A.; Oliveira, J.A. de; MOURA, L.K.F. de. A rede bancária no estado do Amazonas: algumas notas sobre sua distribuição espacial. Revista Geográfica de América Central, v. 2, p. 1-15, 2011.

ALVES, J.A.; Oliveira, J.A. de. A Geografia das redes bancárias na Amazônia: análise da calha Solimões-Amazonas - AM. In: 3 Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, 2008, Santos - SP. PLURIS, 2008.

ALVES, J.A.; LIMA, S.P.M. de; LEITE, A.D. Serviços bancários e de comunicação: um levantamento sobre a infra-estrutura em Novo Airão/AM na perspectiva do turismo. In: I Congresso de Ecoturismo da Amazônia, 2008, Manaus. I Congresso de Ecoturismo da Amazônia, 2008.

ALVES, J.A.; Oliveira, J.A. de. O sistema bancário na calha Solimões-Amazonas: entre a floresta, os rios e as cidades. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos, 2008, São Paulo - SP. XV Encontro Nacional de Geógrafos - O espaço não pára por uma AGB em movimento, 2008.

ANTAS JR, R. M. . As conexões geográficas e a transformação no direito contemporâneo. In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). Ensaio de geografia contemporânea - Milton Santos obra revisitada. 1ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996, v. , p. 285-298.

ANTAS JR, R. M. . A norma e a técnica como elementos constitutivos do espaço geográfico: considerações sobre o ressurgimento do pluralismo jurídico. In: Maria Adélia de Souza. (Org.). Território brasileiro: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003, v. , p. -.

AUGUSTO, H. DOS A.; RIBEIRO, E.M. O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico. In: **Organ. rurais agroind.**, Lavras, v. 7, n. 2, p. 199-208, 2005.

BECKER, B. Amazônia: geopolítica do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BELO, I. Vejez y Acción Política: surge un nuevo movimiento social? Tese de Doutorado. Universidade de Barcelona. Barcelona, 2002.

BELTRÃO K.I.; CAMARANO, A.A. A dinâmica populacional brasileira e a previdência social: uma descrição com ênfase nos idosos. In: **Relatórios técnicos 01/99**. ENCE/IBGE, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/relatorios_tecnicos/relatorios/RT_01_99.pdf

BELTRÃO, K.I.; OLIVEIRA, F.E.B.; PINHEIRO S.S. A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais. In: TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 759. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>, 2000.

BEAUVOIR, S. A velhice. São Paulo, Difusão Européia do livro, 1976.

BOSI, E. Memórias e sociedade: lembranças de velhos. T.A. Queiroz, São Paulo, 405pp, 1993.

BRANDÃO, C.R. Pesquisa participante / Org. por: Carlos Rodrigues Brandão. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2003/10741>

_____. Lei nº 10.820 de 17 de outubro de 2003. Dispõe a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2003/10820>

_____. Lei nº 10.953 de 27 de setembro de 2004. Altera o artigo 6º da Lei no 10.820, que dispõe sobre a autorização de desconto de prestações em folha de pagamento. Brasília 2004. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2004/10953>

BRITO, F. A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade / Fausto Brito. - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007.

CAMARANO A.A. Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60? (organizadora), IPEA, Rio de Janeiro, 2004.

_____. O envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. Rio de Janeiro: IPEA, (Texto de discussão, 858), 2002.

_____. (Org.). Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMARANO, A.A.; PASINATO, M.T. de M. Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina. Ipea, 2007 (Texto para Discussão, n. 1.292).

CAMARANO, A. A; KANSO, S. Perspectivas de crescimento para a população brasileira e implicações para a previdência social. Seminário Previdência Social no Brasil: Contornos e Horizontes. Fundap, 2009. Disponível em: http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/oitavo_seminario/Exposicao_de_Ana_Amelia_Camarano.pdf, acesso em: março de 2012.

CAMARANO, A. A; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. Disponível em: <http://www.ucg.br/ucg/unati/ArquivosUpload/1/file/Envelhecimento%20Populacional%20na%20Agenda%20das%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas.pdf>, acesso em: abril de 2012.

CARVALHO, J.A.M. de; ANDRADE, F.C.D. Envejecimiento de la población brasileña: oportunidades y desafíos. In: **ENCUENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO SOBRE LAS PERSONAS DE EDAD**, Santiago. Anais... Santiago: CELADE, p. 81-102. (Seminarios y Conferencias - CEPAL, 2), 2003.

CARVALHO, J.A.M. de; GARCIA, R.A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(3):725-733, mai-jun, 2003.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
CHAIMOWICZ, F. A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas. Revista de Saúde Pública 31(2):184-200, 1987.

CODIGO PENAL BRASILEIRO. Artigo 171. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2333540/art-171-do-codigo-penal-decreto-lei-2848-40>. Acessado em 12 de março de 2011.

CONTEL, F.B. Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. São Paulo, Annablume, 2011.

CÔRTE, B.; MERCADANTE, E.F.; ARCURI, I.G. Envelhecimento e velhice: um guia para vida. São Paulo, Vetor, 2006.

COSTA, D.P. Psico-tecnosfera e as redes (i)legais que pescam aposentadorias, como atuam nas cidades da Amazônia?. In: IX ENANPEGE - Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2011, Goiânia. IX ENANPEGE - Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2011.

COSTA, D.P. Aposentados das pequenas cidades do Amazonas: salvadores e/ou vítimas?. In: V Seminário de Pesquisa em Geografia Humana, 2011, São Paulo. ANAIS do SEPEGE - V Seminário de Pesquisa em Geografia Humana, 2011.

COSTA, D.P. Pescando aposentadorias: A trama dos empréstimos consignados ilegais via rede mundial de computadores. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2010, Caxambú. Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2010.

CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEBERT G.G. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivitização do envelhecimento*. Ed. Edusp/Fapesp, São Paulo, 266pp, 1999.

DEBERT, G.G.; SIMÕES, J. "A aposentadoria e a invenção da "terceira idade". In Debert, Guita Grin (org.) **Antropologia e Velhice**. São Paulo: IFCH/UNICAMP, textos didáticos nº 13, janeiro de 1998.

DIAS, L.C. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, I. E, GOMES, P.C.G e CORRÊA, R.L.(org), **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil(1995):

DIAS, L. C.. Os sentidos da rede. In: Leila Christina Dias; Rogério L. L. da Silveira. (Org.). *Redes, sociedades e territórios*. 1 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, v. 1, p. 11-28.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FRANÇA, A.S. *Previdência Social e a Economia dos Municípios* 5ª. ed. - Brasília:ANFIP, 224p, 2004.

FERREIRA, C.R.; SOUZA, S.C.I. Previdência social e desigualdade: a participação das aposentadorias e pensões na distribuição da renda no Brasil – 1981 a 2001. In: **Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia**. Disponível em: www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/a04a139.pdf, 2004.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FORMIGA, M. C. de C.; SILVEIRA, K. F.; RAMOS, P. C. F.; COSTA, N. D. L. Octogenários da região Nordeste do Brasil: Concentração espacial e perfil sociodemográfico In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012.

FREITAS, S.M. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. 2ed – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GIAMBIAGI, F., TAFNER, P. *Demografia - a Ameaça Invisível*. Editora: ELSEVIER – CAMPUS, 2010, 224p.

Giddens, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

HADDAD, E. G.M. *A ideologia da Velhice*. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. *O direito à velhice: os aposentados e a previdência social*. Ed. Cortez, São Paulo, 115pp. (Coleção Questões da Nossa Época), 1993.

HAGUETTE, T.M.F. (1987) *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes.

IBGE. Censo Demográfico. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acessos diversos.

_____. Tendências demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/>> Acesso em: set. 2009.

_____. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 1980-2050 - revisão 2004: metodologia e resultados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/metodologia.pdf>. IBGE, Acesso em: nov. 2004.

_____. Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000. In: Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, número 9. RJ, IBGE 2002.

_____. Censo Demográfico 1991: resultados do universo: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 7 CD-ROM.

_____. Sinopse preliminar do censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 2002.

Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Decreto nº 5.180 de 13 de agosto de 2004. Altera o dispositivo do regulamento da Previdência Social, aprovado pelo decreto nº 3.408 de 6 de maio de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5180.htm

_____. Decreto nº 6523 de 31 de julho de 2008. Regulamenta a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6523>.

_____. IN-01 do INSS de 07/01/2008. Instrução Normativa INSS/PRES nº 1 de 7 de janeiro de 2008. Brasília. 2008. Disponível em: <http://www.010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/38/inss/2008/28.htm>

_____. IN-121 do INSS de 12/05/2006. Instrução normativa nº 5 de 12/05/2006. Instituto Nacional de Seguridade Social. INSS, publicado na página 38 em 15/05/2006. Disponível em: <<http://sijut.fazenda.gov.br>>

_____. IN-39 do INSS de 18 de junho de 2009. Altera a Instrução Normativa no 28/INSS/PRES, de 16 de maio de 2008, que estabelece critérios e procedimentos operacionais para consignação de descontos para pagamentos de empréstimo pessoal e cartão de crédito, contraídos por beneficiários da previdência social. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX>>

JESUS, D.E. de. Conceito de idoso na legislação penal brasileira. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 294, 27 abr. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5122>>. Acesso em: 05 ago. 2010

JORNAL O GLOBO; O fôlego da terceira idade: Segurados do INSS respondem por até 60% do movimento de pequenos mercados no interior. In: **Jornal O Globo**, edição de 17/11/2004.

JORNAL O GLOBO; Taxa de fecundidade no Brasil cai e é menor entre mais jovens e instruídas. In: **O Globo**, edição de 17/10/2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/10/taxa-de-fecundidade-e-menor-entre-mais-jovens-e-instruidas-diz-ibge.html>

LIMA, S.P.M. de. Hierarquia e Rede Urbana: uma tipologia para as cidades do Amazonas a partir do arranjo institucional "Meios de Comunicação". In: XI Simpurb - Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2009, Brasília - Distrito Federal. Simpósio Nacional de Geografia Urbana - Vinte anos de reflexões sobre o urbano e a cidade: transformações e tendências. Brasília/DF, 2009.

LIMA, S.P.M de; SCHOR, T. A comunicação nos grandes rios: contradições e expectativas na calha Solimões-Amazonas. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos - O espaço não pára por uma AGB em movimento, 2008, São Paulo - SP. O espaço não pára por uma AGB em movimento, 2008.

LIMA, S.P.M. de; SCHOR, T. Rede urbana e acesso à comunicação: uma análise da distribuição espacial da infra-estrutura de comunicação nas cidades localizadas ao longo da calha dos rios Solimões-Amazonas. In: XVII CONIC - Congresso de Iniciação Científica da UFAM, 2008, Manaus. XVII CONIX- Congresso de Iniciação Científica da UFAM. Manaus : EDUA - Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008.

LIMA, S.P.M. de; COSTA, D.P. Ondas Sonoras, Estradas Virtuais, Antenas e Telefonia: Rede Urbana e Acesso à Comunicação na Calha Solimões-Amazonas. In: X Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2007, Florianópolis. Trajetórias da geografia urbana no Brasil: tradições e perspectivas, 2007.

MACHADO, L. O. (1996): "O comércio de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose?", em Castro I al. **Brasil. Questões atuais da reorganização do território**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.15-64.

MACHADO, L. O. O comércio de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose?, In: Castro I. E. *et al.* **Brasil. Questões atuais da reorganização do território**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.15-64, 1996.

_____ (2003): "Região, Cidades e Redes Ilegais. Geografias Alternativas na Amazônia Sul-americana" Em Maria Flora Gonçalves, C.Brandão (orgs.) **Regiões e Cidades. Cidades nas Regiões**, S.Paulo, Edunesp, 2003 (no prelo). (Trabalho apresentado no Seminário da ANPUR Regiões e Cidades. Cidades nas Regiões, Campinas, outubro, 2001).

MASCARO, S.A. O que é velhice?. São Paulo: Brasiliense, (coleção Primeiros Passos; 310 p, 1996.

MOREIRA, M.M. **Determinantes Demográficos do Envelhecimento Brasileiro. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, realizado em Caxambú- MG – Brasil, 2000. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/idot5_1.pdf.

MEIHY, J. C. S. B. Manual de História Oral. São Paulo: Loyola, 1996.

NERY, M.; SOARES, W. Políticas sociais, renda e saúde na terceira idade. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

OLIVEIRA, J.A.; SCHOR, T. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e Maria Goretti da Costa Tavares (orgs.). Belém: EDUFPA, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Plan de Acción Internacional de Madrid sobre el envejecimiento, 2002. www.madrid2002-envejecimiento.org. Acesso: maio de 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat. *World Population Prospects: The 2004 Revision*. Disponível em <<http://esa.un.org/unpp>> Acesso em 22 jul. 2008.

_____. The 2004 Revision. Disponível em <<http://esa.un.org/unpp>> Acesso em 22 jul. 2008.

_____. Estratégias Internacionais de Ação sobre o Envelhecimento, 2002. Disponível em: www.madrid2002-envejecimiento.org. Acesso em agosto de 2009.

_____. Salud y Envejecimiento. Un documento para el debate. www.madrid2002-envejecimiento.org. Acesso em agosto de 2009.

_____. Derechos Económicos, Sociales y Culturales de las personas de edad. www.madrid2002-envejecimiento.org. Acesso em agosto de 2009.

PEIXOTO, C.A. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... pp. 69-84. In: Lins de Barros MM.(org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1998.

PINHEIRO, M.J.M. Voltei porque... As trajetórias de vida das mulheres abrigadas na casa do caminho – Fortaleza e suas representações sobre a violência conjugal. Dissertação. UFCE, 2005.

RAMOS, L.R. Perfil do idoso em área metropolitana na região sudeste do Brasil: resultados de inquérito domiciliar. **Rev. Saúde Pública**, 27: 87-94, 1993.

RIBEIRO, R.C.L. *A velhice em uma nova versão: uma abordagem interdisciplinar na microrregião de Viçosa- MG*. Dissertação de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 107pp, 1999.

SAAD, P.M. O envelhecimento populacional e seus reflexos na área de saúde. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu. Anais... São Paulo: ABEP, v. 7, 1990.

SALGADO, M.A. Envelhecimento, um desafio para a sociedade, pp. 4-8. In: **Série Terceira Idade**. SESC, São Paulo, 1997.

SANTANA, R.L.F.; POUCHAIN, C.G.; BISSI, L.F.; A Previdência Social e o Censo 2000: Perfil dos Idosos, In: Informe da Previdência Social, Setembro de 2002 . Volume 14 . Número 09, 2002.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. HUCITEC, SP. 1997.

_____. A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2001.

SCHOR, T. Ciência e tecnologia: uma interpretação da pesquisa na Amazônia – o caso do Experimento de Grande Escala Biosfera-Atmosfera na Amazônia. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em ciência ambiental, Universidade de São Paulo, 2005.

SCHOR, T.; COSTA, D.P.; OLIVEIRA, J.A. Notas sobre a tipificação da rede urbana na calha do rio Solimões, Amazonas. In: **XII Encontro Nacional da ANPUR**, 2007, Belem. Integração sul-americana, fronteiras e desenvolvimento urbano e regional., 2007.

_____. Urban network in the Amazon: a differentiated methodological perspective.. ISA - RC21 International Conference Urban Justice and Sustainability. Canadá, 2007.

SCHOR, T.; COSTA, D.P. Rede urbana na Amazônia dos grandes rios: uma tipologia para as cidades da calha do rio Solimões - Amazonas - AM. In: Elson Manoel Pereira; Leila Christina Duarte Dias. (Org.). As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011, v. , p. 129-146, 2011.

SCHOR, T.; COSTA, D.P.; OLIVEIRA, J.A. de. Cidades, rede urbana e desenvolvimento na Amazônia dos Grandes Rios. In: TRINDADE Jr., Saint-Clair Cordeiro; CARVALHO, Guilherme; MOURA, Aldebaran; GOMES NETO, João. (Org.). Pequenas e médias cidades na Amazônia. Blém: FASE/UFGA, p. 35-58, 2009.

SESC. Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. Org. Anita Liberalesso Neri. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC, SP. 288p, 2007.

SHERMAN, S.R.; WARD, R.; LaGORY, M. Socialization and ageing group-consciousness: the effect of neighborhood age concentration. **J.Gerontol.**, **40** : 102-9, 1985.

SILVEIRA, A.B. Preservação do valor real dos benefícios previdenciários, como princípio da ordem social brasileira, e os poderes estatais no âmbito do Regime Geral de Previdência Social. In: **Rev. Âmbito Jurídico**, RS 47, 30/11/2007 [Internet]. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2561. Acesso em 28/10/2008.

SIMÕES, J.A. A maior categoria do país: o aposentado como ator político, pp.13-34. In Lins de Barros MM (org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, A.A. A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, P.P. Retratos sul-amazônicos: fragmentos da história do Rio Purus/ São Paulo, Scortecci, 2010.

SILVEIRA, M.L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**: Salvador, v.22, n.55, p.-16-65. Jan/Abr, 2009.

SIQUEIRA, R.L.; BOTELHO, M.I.V.; COELHO, F.M.G. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 7(4):899-906, 2002.

TASHAKKORI, A.; TEDDIE, C. Mixed methodology: combining qualitative and quantitative approaches. 1998.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 10. Ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2000.

VERAS, R.P. Crescimento da população idosa no Brasil: transformações e consequências na sociedade. **Rev. Saúde Pública**, S. Paulo, **21** : 225-33, 1987.

VERAS, R.P. Considerações acerca de um jovem país que envelhece. **Cadernos de Saúde Pública**, RJ, 4 (4): 383-397, out/dez, 1988.

VERAS, R.P. País jovem com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil. (2ª ed.). Relume-Dumará-UERJ, Rio de Janeiro, 225pp, 1994.

VIANNA, M.L.T. O silencioso desmonte da seguridade social no Brasil. In: BRAVO, M.I.S. & PEREIRA, P. A.P. Política social e democracia. Cortez Editora, 2001.

WONG, L.R., *O Envelhecimento da População Brasileira e o Aumento da Longevidade: Subsídios para Políticas Orientadas ao Bem-Estar do Idoso*. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional/Universidade

Federal de Minas Gerais/Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002.

Aposentados são vítimas do golpe do empréstimo consignado. Reportagem disponível em: <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias>

Defensoria Pública propõe recomendação ao INSS para evitar fraudes em empréstimos consignados. *Reportagem do Jornal De Fato - Mossoró/RN - ESTADO - 21/11/2009*

Empréstimos não-autorizados diminuem aposentadoria de idosos. Reportagem disponível em: http://www.credinfo.com.br/admin_credinfo, 16 de novembro de 2009.

GOLPE NOS APOSENTADOS: Bando vendem dados sigilosos do INSS na web. Reportagem disponível em: http://www.faxaju.com.br/viz_conteudo.asp?codigo=16112009659150823, acessada em janeiro de 2010.

ANEXO 1

Roteiro de entrevista aplicado

Município	Lábrea
Ponto focal entrevistado:	☐ Idoso aposentado – Idade:_____ Sexo ☐ F ☐ M ☐ Representante de agências/instituições financeiras Nome/SIGLA da instituição:_____ ☐ Representante de instituições policial Nome/SIGLA da instituição:_____ ☐ Representante de instituição previdenciária Nome/SIGLA da instituição:_____
Pontos norteadores a serem levantados	
Com idosos	1) Quais os benefícios de viver/ser idoso na cidade? E os problemas? 2) Quanto a destinação de espaços, o senhor(a) identifica algum lugar na cidade reservado aos idosos? 3) Como o senhor(a) percebe/enxerga o impacto/peso da sua aposentadoria para a economia da cidade? E na contribuição de renda para o sustento da sua família? <i>(é preciso perguntar sobre a composição da família – quantos são e a participação/peso da pessoa idosa na residência)</i> 4) O que mudou na sua vida com o recebimento da aposentadoria? <i>(especialmente em relação à convivência familiar e a inserção na circulação financeira da cidade)</i> 5) O(a) senhor(a) tem conhecimento dos direitos que possui? Em especial os previdenciários e de acesso ao sistema financeiro? 6) Já fez algum empréstimo? Por qual instituição? Para qual motivo? <i>(perguntar também o valor, número de prestações o comprometimento da aposentadoria)</i>
Com representantes de agências e instituições financeiras	1) Como o senhor(a) percebe/enxerga o impacto/peso das aposentadorias na economia da cidade? 2) Quando essa situação de impacto das aposentadorias na economia da cidade começou a se consolidar? A que fatores a atribui? <i>(caso a pergunta anterior indique positividade na resposta)</i>
Com representantes de instituições policiais e/ou instituições previdenciárias	1) O senhor(a) já registrou algum caso de extorsão aplicada à idosos referente a empréstimo consignado ilegal/irregular? <i>(solicitar a descrição da referida situação identificando características do aposentado lesado, instituição onde o golpe foi aplicado, redes sociais envolvidas)</i>

ANEXO 2

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

§ 1º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode aplicar a pena conforme o disposto no art. 155,

§ 2º.

§ 2º - Nas mesmas penas incorre quem:

Disposição de coisa alheia como própria

I - vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria;

Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria

II - vende, permuta, dá em pagamento ou em garantia coisa própria inalienável, gravada de ônus ou litigiosa, ou imóvel que prometeu vender a terceiro, mediante pagamento em prestações, silenciando sobre qualquer dessas circunstâncias;

Defraudação de penhor

III - defrauda, mediante alienação não consentida pelo credor ou por outro modo, a garantia pignoratícia, quando tem a posse do objeto empenhado;

Fraude na entrega de coisa

IV - defrauda substância, qualidade ou quantidade de coisa que deve entregar a alguém;

Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro

V - destrói, total ou parcialmente, ou oculta coisa própria, ou lesa o próprio corpo ou a saúde, ou agrava as consequências da lesão ou doença, com o intuito de haver indenização ou valor de seguro;

Fraude no pagamento por meio de cheque

VI - emite cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, ou lhe frustra o pagamento.

§ 3º - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.

Duplicata simulada

Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
São Jose S 07°15'48.6``/W064°47'42.5``	Adália Rodrigues Nascimento	F	Aposentadoria rural	78
Registros Fotográfico e Fonográfico
ADÁLIA RODRIGUES NASCIMENTO.WMA				
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Barra Limpa S 07° 15' 41.0`` W 0 64° 47' 35.8``	Alda Lima da Silva	f	Pensionista	70
Registros Fotográfico e Fonográfico
ALDA LIMA DA SILVA.WMA				
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
São Jose	Anália Nascimento Da Rocha	F	Aposentadoria Rural e Pensionista	81

S 07° 15' 48.3`` W 0 64° 47' 40.6``				
Registros Fotográfico e Fonográfico
ANÁLIA NASCIMENTO DA ROCHA.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Bairro da Fonte S 07° 16' 10.2`` W 0 64° 48' 09.0``	Antônia Hilário dos Santos	F	Aposentadoria rural	61
Registros Fotográfico e Fonográfico
ANTONIA HILÁRIO DOS SANTOS 04.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Vila Falcão	Benedito Augusto de Souza	M	Aposentadoria rural	76

S 07° 15' 16.1" W 064° 47' 23.3"				
Registros Fotográfico e Fonográfico

Comunidade/ Coordenada da Residência		Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício
São Jose S 07° 15' 50.1" W 064° 47' 44.1"		Claudina Maia Galvão	F	Aposentadoria Rural e Pensionista
				Idade
				75
Registros Fotográfico e Fonográfico

Comunidade/ Coordenada da Residência		Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício
				Idade

BENEDITO AUGUSTO DE SOUZA.WMA

CLAUDINA MAIA GALVÃO.WMA

Centro S 07° 15' 57.8" W 064° 47'39.2	Cosma Ricardo de Souza	F	Pensionista	67
Registros Fotográfico e Fonográfico
COSMA RICARDO DE SOUZA.WMA				
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Bairro da Fonte S 07° 15' 53.4" W 0 64° 48' 04.5"	Creuza Berto dos Santos	F	Aposentadoria rural	68
Registros Fotográfico e Fonográfico
CREUZA BERTO DOS SANTOS.WMA				
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Bairro da Fonte S 07° 15' 52.6`` W 0 64° 48' 04.1``	Dalila Uchoa da Silva	F	Pensionista	67
Registros Fotográfico e Fonográfico
DALILA UCHOA DA SILVA.WMA				
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Vila Falcão S 07° 15' 19.5`` W 0 64° 47' 13.3``	Eliziário Alves de Souza	M	Aposentadoria Rural	88
Registros Fotográfico e Fonográfico
ELIZIARIO ALVES DE OLIVEIRA.WMA				
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Barra Limpa S 07° 15' 47.9" W 0 64° 47' 22.9"	Euclides Andrade Nogueira	M	Aposentadoria Rural	68
Registros Fotográfico e Fonográfico
EUCLIDES ANDRE NOGUEIRA.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
São Jose S 07° 15' 47.5" W 0 64° 47' 44.7"	Eugenia Ferreira de Andrade		Aposentadoria Rural e Pensionista	69
Registros Fotográfico e Fonográfico
EUGENIA FERREIRA DE ANDRADE.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Vila Falcão S 07° 15' 13.5" W 0 64° 47' 11.9"	Francisca Correa Feliciano	F	Aposentadoria rural	85
Registros Fotográfico e Fonográfico
FRANCISCA CORREA FELICIANO.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Barra Limpa S 07° 15' 48.5" W 0 64° 47' 22.7"	Francisca da Silva Duarte	F	Aposentadoria por tempo de contribuição	70
Registros Fotográfico e Fonográfico
FRANCISCA DA SILVA DUARTE.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

São Jose S 07° 15' 48.4`` W 0 64° 47' 42.8	Francisca Queiroz de Souza	F	Aposentaria Rural e Pensionista	79
Registros Fotográfico e Fonográfico
FRANCISCA QUEIROZ DE SOUZA.WMA				
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
São José S 07° 15' 47.3`` W 0 64° 47' 43.7``	Francisco Ferreira Bessa	M	Aposentadoria Rural	86
Registros Fotográfico e Fonográfico
FRANCISCO FERREIRA BESSA.WMA				
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Vila Falcão S 07° 15' 25.1`` W 0 64° 47' 15.8``	Francisco Ferreira Lima	M	Aposentadoria Rural	68
Registros Fotográfico e Fonográfico
FRANCISCO FERREIRA LIMA.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Vila Falcão S 07° 15' 01.4`` w 064° 47'09.3``	Givanildo Martins Fidelis Pinheiro	M	Pensionista	62
Registros Fotográfico e Fonográfico
GIVANILDO MARTINS FIDELIS PINHEIRO.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Nossa Senhora de Fátima S 07° 15' 23.5`` W 0 64° 47' 33.2``	Helena Moreira da Silva	F	Aposentadoria Rural	74
Registros Fotográfico e Fonográfico
HELENA MOREIRA DA SILVA.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Bairro da Fonte S 07° 16' 17.6`` W 0 64° 48' 01.1``	Hidelbrando Coelho	M	Aposentadoria Rural	66
Registros Fotográfico e Fonográfico
HIDELBRANDO COELHO.WMA			
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Nossa Senhora de Fatima 07° 15' 22.7" W 064° 47'24.8"	Joao Crispim de Abreu	M	Aposentadoria Rural	68
Registros Fotográfico e Fonográfico
JOAO CRISPIM DE ABREU.WMA				
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Bairro da Fonte S 07° 16' 10.4" W 0 64° 48' 09.5"	João Quintino Ferreira Lima	M	Aposentadoria Rural	70
Registros Fotográfico e Fonográfico
JOÃO QUINTINO FERREIRA LIMA 05.WMA JOAO QUINTINO COMPLEMENTO 05.WMA				
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Vila Falcão S 07° 15' 16.7" W 064° 47'28.0"	José Nunes Maia	M	Aposentadoria Rural	73
Registros Fotográfico e Fonográfico
JOSÉ NUNES MAIA.WMA
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Vila Falcão S 07° 15' 15.9" W 0 64° 47' 13.0"	Josefa Alves Veiga	F	Aposentadoria Rural	66
Registros Fotográfico e Fonográfico
JOSEFA ALVES VEIGA.WMA
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Barra Limpa S 07° 15' 47.9`` W 0 64° 47' 22.9``	JosefadDos Santos Da Silva	F	Aposentadoria Rural	66
Registros Fotográfico e Fonográfico
JOSEFA DOS SANTOS DA SILVA.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Centro S 07° 15' 43.7`` W 0 64° 47' 48.8``	Juraci Celestino Rodrigues	F	Pensionista	88
Registros Fotográfico e Fonográfico
JURACI CELESTINO RODRIGUES.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Bairra Limpa S 07° 15' 47.3" W 0 64° 47' 29.8"	Lázaro Maia Galvão	M	Aposentadoria Rural	69
Registros Fotográfico e Fonográfico
LAZARO MAIA GALVÃO.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
NOSSA SENHORA DE FATIMA S 07° 15' 26.6" W 064° 47' 26.2"	LUCINDA HOLANDA DA SILVA	F	Pensionista	84
Registros Fotográfico e Fonográfico
LUCINDA HOLANDA DA SILVA.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Barra Limpa S 07° 15' 48.0" W 0 64° 47' 23.4"	Luiz de Souza Lacerda	M	Pensionista	61
--	-----------------------	---	-------------	----

Registros Fotográfico e Fonográfico

LUIS DE SOUZA LACERDA.WMA

Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Barra Limpa S 07° 15' 36.5" W 064° 47' 25.7"	Luiza Inácio de Oliveira	F	Pensionista	67

Registros Fotográfico e Fonográfico

LUIZA INACIO DE OLIVEIRA.WMA

Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
---	---------------	------	-------------------------	-------

Bairro da Fonte S 07° 16' 09.0`` W 0 64° 48' 06.2``	Macelina Francelino Batista	F	Pensionista	60
Registros Fotográfico e Fonográfico
	MARCELINA FRANCELINO BATISTA 13.WMA
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Bairro São Jose S 07° 15' 54.0`` W 0 64° 47' 33.9``	Manoel Alexandre Sobrinho	M	Aposentadoria Rural	74
Registros Fotográfico e Fonográfico
MANOEL ALEXANDRE SOBRINHO.WMA
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Pantanal S 07° 15' 39.5" W 064° 47' 15.0	Maria Araújo de Paiva	F	Pensionista	65
Registros Fotográfico e Fonográfico
MARIA ARAUJO DE PAIVA.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Barra Limpa S 07° 15' 30.5" W 064° 47' 16.3"	Maria Cainda Batista	F	Aposentadoria Rural	77
Registros Fotográfico e Fonográfico
MARIA CAINDA BATISTA.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Pantanal S 07° 15' 52.3" W 064° 47'13.6	Maria da Conceição C. de Moraes	F	Pensionista	65
Registros Fotográfico e Fonográfico
MARIA DA CONCEICAO CAVALCANTE DE MORAES.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Barra Limpa S 07° 15' 36.7" W 064° 47'19.6"	Maria da C. F. do Nascimento	F	Aposentadoria Rural	68
Registros Fotográfico e Fonográfico
MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA DO NASCIMENTO.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Barra Limpa S 07° 15' 35.3" W 064° 47' 18.8"	Maria da Conceição	F	Aposentadoria Rural	78
Registros Fotográfico e Fonográfico
MARIA DA CONCEIÇÃO.WMA Comércio construído com empréstimo				
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Vila Falcão S 07° 15' 06.5" W 064° 47' 11.3"	Maria de Nazaré Souza Silva	F	Aposentadoria Rural	63
Registros Fotográfico e Fonográfico				
<div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div> </div> <div> Não permitiu registro fotográfico </div> <div> MARIA DE NAZARE SOUZA SILVA.WMA </div> </div>				
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Bairro da Fonte S 07° 15' 53.5`` W 0 64° 48' 07.3``	Maria Ferreira Gomes	F	Pensionista Soldada da Borracha	
Registros Fotográfico e Fonográfico
MARIA FERREIRA GOMES.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Nossa Senhora de Fatima S 07° 15' 26.5`` W 064° 47' 26.1``	Maria Holanda da Silva	F	Pensionista	65
Registros Fotográfico e Fonográfico
MARIA HOLANDA DA SILVA.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Vila Falcão S 07º 15' 14.5`` W 0 64º 47' 13.2``	Maria Menezes Campos	F	Pensionista	60
Registros Fotográfico e Fonográfico
MARIA MENEZES CAMPOS.WMA	
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Pantanal S 07º 16' 04.9`` W 064º 47'25.6``	Marieta Rodrigues Dantas	F	Aposentadoria Rural	73
Registros Fotográfico e Fonográfico
MARIETA RODRIGUES DANTAS.WMA	
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Pantanal S 07° 15' 38.6" W 064° 47' 14.3"	Otício Santana Da Silva	M	Aposentadoria Rural	82
Registros Fotográfico e Fonográfico
OTICIO SANTANA DA SILVA.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Barra Limpa S 07° 15' 45.8" W 064° 47' 22.7"	Pedro Galvão Ribeiro	M	Aposentadoria Rural	71
Registros Fotográfico e Fonográfico
PEDRO GALVÃO RIBEIRO.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Vila Falcão S 07° 15' 16.1" W 064° 47'23.0	Raimunda Carneiro de Souza	F	Pensionista	74
Registros Fotográfico e Fonográfico
RAIMUNDA CARNEIRO DE SOUZA.WMA
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Bairro da Fonte S 07° 15' 53.1" W 0 64° 48' 05.3"	Raimunda Clemente de Souza	F	Aposentadoria Rural	74
Registros Fotográfico e Fonográfico
RAIMUNDA CLEMENTE DE SOUZA.WMA
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Barra Limpa S 07° 15' 36.5" W 064° 47' 19.7"	Raimunda Gomes Bezerra	F	Aposentadoria Rural	66
Registros Fotográfico e Fonográfico
RAIMUNDA GOMES BEZERRA.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Nossa Senhora de Fatima S 07° 15' 23.8" W 064° 47' 26.8"	Raimunda Gomes da Silva Filha	F	Aposentadoria Rural	72
Registros Fotográfico e Fonográfico
RAIMUNDA GOMES DA SILVA FILHA.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Vila Falcão S 07° 15' 19.4" W 0 64° 47' 13.4"	Raimunda Gomes de Albuquerque	F	Aposentadoria Rural	72
Registros Fotográfico e Fonográfico
RAIMUNDA GOMES DE ALBUQUERQUE.WMA				
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Barra Limpa S 07° 15' 34.2" W 0 64° 47' 23.3"	Raimunda Rodrigues de Souza	F	Aposentadoria Rural	65
Registros Fotográfico e Fonográfico
RAIMUNDA RODRIGUES DE SOUZA.WMA				
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Pantanal S 07° 15' 58.2" W 064° 47' 19.6"	Raimundo Henrique dos Santos	M	Aposentadoria Rural	66
Registros Fotográfico e Fonográfico
RAIMUNDO HENRIQUE DOS SANTOS.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Centro S 07° 15' 44.9" W 064° 47' 49.3"	Rita da Silva Ribeiro	F	Pensionista	73
Registros Fotográfico e Fonográfico
RITA DA SILVA RIBEIRO.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Bairro da Fonte S 07° 16' 17.6`` W 0 64° 48' 01.1``	Rita de Cássia Soares da Silva	F	Aposentadoria Rural	67
Registros Fotográfico e Fonográfico
RITA DE CÁSSIA SOARES.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Bairro da Fonte S 07° 16' 05.6`` W 0 64° 48' 09.9``	Sebastiana Carneiro de Souza	F	Aposentadoria Rural	68
Registros Fotográfico e Fonográfico
SEBASTIANA CARNEIRO DE SOUZA 07.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Barra Limpa S 07° 15' 36.5" W 064° 47' 17.8	Sebastião Bispo de Amaral	M	Pensionista	64
Registros Fotográfico e Fonográfico
SEBASTIAO BISPO DE AMARAL.WMA				
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Vila Falcão S 07° 15' 18.4" W 064° 47' 24.3"	Sebastião Sena dos Santos	M	Aposentadoria Rural	64
Registros Fotográfico e Fonográfico
SEBASTIÃO SENA DOS SANTOS.WMA				
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Barra Limpa S 07° 15' 37.1" W 064° 47' 27.0"	Tereza Inácio de Oliveira	F	Aposentadoria Rural	70
Registros Fotográfico e Fonográfico
TEREZA INACIO DE OLIVEIRA.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
Vila Falcão S 07° 15' 20.6" W 064° 47' 15.8"	Tereza Mendes Rodrigues	F	Aposentadoria Rural	72
Registros Fotográfico e Fonográfico
TEREZA MENDES RODRIGUES.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

São Jose S 07° 15' 50.7`` W 0 64° 47' 43.0``	Valdelice Ramos da Silva	F	Pensionista	69
Registros Fotográfico e Fonográfico
VALDELICE RAMOS DA SILVA.WMA		
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
VILA FALCÃO S 07° 15' 01.3`` W 0 64° 47' 14.3``	VICENTE NUNES MACIEL	M	Aposentadoria Rural	70
Registros Fotográfico e Fonográfico

Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade

Vila Falção S 07° 15' 16.9" W 064° 47'22.8	Vilde Vieira da Silva	M	Aposentadoria Rural	72
Registros Fotográfico e Fonográfico
VILDE VIEIRA DA SILVA.WMA	
Comunidade/ Coordenada da Residência	Nome do Idoso	Sexo	Modalidade de benefício	Idade
São Jose S 07° 15' 50.9`` W 0 64° 47' 42.1``	Zulena Nogueira de Freitas	F	Aposentadoria por tempo de contribuição	66
Registros Fotográfico e Fonográfico
ZULENA NOGUEIRA DE FREITAS.WMA	
Entrevistas realizadas por Danielle Pereira da Costa em companhia com o funcionário do Centro de Estudos Superiores da Universidade do Estado do Amazonas em Lábrea, Raimundo Duarte Nonato Amâncio, outubro e novembro de 2011 e outubro de 2012. Organizado por: Danielle Pereira da Costa, 2013.				
Loja	Atacadão Popular e Loja Popular			

Centro S 07° 15' 35.2" W 064° 47' 50.5"	Entrevistado:	Frank Rebouças Damasceno(Gerente)
Registros Fotográfico e Fonográfico		
<div data-bbox="495 352 1496 1110" data-label="Image"> </div> <div data-bbox="1720 1002 1787 1066" data-label="Image"> </div> <div data-bbox="1541 1070 1960 1098" data-label="Text"> FRANK REBOUÇAS DAMASCENO.WMA </div>		
Loja	Paes Mendonça Material de Construção	
Centro S 07° 15' 23.2" W 064° 47' 09.6"	Entrevistado:	Neifran Santos de Paz (Gerente)
Registros Fotográfico e Fonográfico

NEIFRAN SANTOS DE PAIVA.WMA

Loja	Paes Mendonça Eletrodomésticos	
Centro	Entrevistado:	Neirton Santos de Paz (Gerente)
S 07° 15' 33.1" E W 064° 47' 46.6"		

Registros Fotográfico e Fonográfico

NEIRTON SANTOS DE PAZ.WMA

Loja	Importadora Yago	
Centro S 07° 15' 49.6" E W O64° 47' 45.7."	Entrevistado:	Ruth Moreira de Almeida (Gerente)
Registros Fotográfico e Fonográfico		
<div> </div> <div>RUTH MOREIRA DE ALMEIDA.WMA</div>